

C •

FCTUC FACULDADE DE CIÊNCIAS
E TECNOLOGIA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Departamento de Arquitectura

Ana Isabel Pais Salvador

Co-orientadores:

Professor Doutor José Fernando Castro Gonçalves ;

Arquitecto Rui Lobo

Estudo de Reconversão do Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão em Pousada

Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura

Agosto de 2009

**Estudo de Reconversão do Real Mosteiro
de Santa Maria de Maceira Dão em
Pousada
(Parte I)**

Agradecimentos

Duas palavras de agradecimento ao Dr. Soares Marques, Presidente da Câmara de Mangualde, e ao Sr. Guilherme Cardoso, funcionário da Biblioteca Municipal de Mangualde, pela disponibilidade e simpatia.

Ao Arquitecto Rui Lobo, pelas suas palavras sábias, simpatia e orientação.

Ao Filipe, Sara, Vera e Rústicos, pelo carinho, presença e amizade.

Aos meus pais e irmã, pela oportunidade de um sonho.

*Quando os Monges, durante séculos e séculos,
impressionaram com a sua marca uma terra,
ainda que não ficasse da morada dos monges
senão uma pedra que se desagrega,
senão um grão de areia que se esbroa,
a pedra, a areia, falam dos monges.
Mesmo que a pedra e o grão de areia
por seu turnos desaparecessem,
a terra, a velha e nobre terra,
a terra sobre a qual os monges se debruçavam,
o vale em que rezavam,
as árvores que plantaram
continuariam a falar deles.
Porque, durante séculos e séculos,
Os monges impressionaram com a sua marca uma terra.*

(Dom Maur COCHERIL- Cister em Portugal)

INDICE

Introdução.....	11
PRIMEIRA PARTE: INTRODUÇÃO AO TEMA.....	23
Capítulo 1: O Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão.....	25
1.1. Acesso	25
1.2. O Lugar	27
1.3. Enquadramento histórico	31
1.4. Evolução espacial do edifício	37
1.5. Funcionamento do edifício (imagem 51 e 52)	45
1.6. Composição arquitectónica	49
1.6.1. Período medieval	51
1.6.2. Finais do séc. XVI e séc. XVII	55
1.6.3. Barroco.....	63
1.7. Análise construtiva	67
1.7.1. Exterior	67
1.7.2. Interior	69
1.7.3. Paredes.....	71
1.7.4. Soalhos	75
Capítulo 2: A Ordem de Cister e Portugal.....	79
2.1. Cister e a Implantação dos mosteiros	79
2.2. Implantação dos mosteiros em Portugal	85
2.3. Evolução/ adaptações dos mosteiros em Portugal	91
SEGUNDA PARTE: INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO.....	97
Capítulo 3: Valores e Fundamentos de intervenção no Património	103
Capítulo 4: Intervenção no Património: Reversão de mosteiros em pousadas - casos de estudo	115

4.1. Reconversão do Mosteiro de Santa Marinha da Costa em Pousada de Santa Marinha – Guimarães	119
4.2. Reconversão do Mosteiro de Santa Maria do Bouro em Pousada de Santa Maria do Bouro – Amares	125
4. 3. Reconversão do Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa em Pousada da Flor da Rosa – Crato	131
4. 4. Reconversão do Convento dos Lóios em Pousada da Nossa Senhora da Assunção - Arraiolos	135
4. 5. Reconversão do Convento da Graça em Pousada do Convento da Graça - Tavira	141
TERCEIRA PARTE : ESTUDO PRÉVIO - POUSADA DE MACEIRA DÃO	149
Capítulo 5: Reconversão do Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão em Pousada - programa	151
Capítulo 6: Proposta - apresentação, a nível de estudo prévio, da proposta de intervenção	155
ANEXOS.....	157
I. Cronologia	159
II.A lenda da fundação do Mosteiro, seg. Fr. Bernardo de Brito	173
III. Carta de Couto de Sta Maria de Moimenta.....	177
IV. Pousada de Santa Marinha	181
V. Pousada de Santa Maria do Bouro	183
VI. Pousada de Santa Maria da Flor da Rosa.....	185
VII. Pousada de Nossa Senhora da Assunção	187
VIII. Pousada do Convento da Graça	189
FONTES DE IMAGEM.....	191
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	195



Imagem 1: Mosteiro de Maceira Dão



Imagem 2 - Mosteiro de Maceira Dão

Introdução

Na procura do tema e objecto de estudo com raízes Beirãs (distrito de Viseu), surgiu um monumento de interesse e valor histórico: o Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão. (imagem 1 e 2)

A visita ao local dá a motivação, pois o *“sítio é cheio de poesia, cheio de recolhimento, e, a não ser o sussurro da água e o cantar das aves, nenhum ruído perturba o silêncio que envolve tudo. É um silêncio que nos apetece chamar místico...”*¹.

Foi suficiente e a resposta é este trabalho. Surge a necessidade, no sentido de lhe devolver vida (impedindo desta maneira a tendência de abandono e ignorância ainda que no mero papel e na base da teoria), de uma “intervenção” – o estudo da reconversão do Real Mosteiro em Pousada.

O edificado remonta ao séc. XII, é de origem cisterciense, localiza-se numa várzea e é ladeado por um ribeiro. Ao longo dos séculos vai somando construções e novas formas, adquirindo a volumetria que, apesar do estado de enfraquecimento e desamparo, ainda hoje se pode verificar na sua magnitude: a “torre” Medieval do século XII (a única construção original que ainda se mantém), um bloco principal, tipo conventual do século XVII (formado por dois pisos onde se encontra o claustro) e a Igreja, construída nos finais da primeira parte do séc. XVIII, composta por uma torre sineira, um corpo octogonal e nave em forma elíptica.

A documentação relativa a este mosteiro é dispersa e escassa, devido sobretudo ao incêndio de que foi alvo o Seminário de Viseu, onde estaria o arquivo do Mosteiro, ali guardado desde 1834.

Actualmente tem classificação de Monumento Nacional e é propriedade privada, podendo ser apreciado somente pelo seu exterior devido ao seu precário estado de conservação, onde, em algumas zonas mais afectadas e à falta de uma intervenção de consolidação, a curto prazo, se degradar irreversivelmente e, eventualmente ruir.

¹ ALVES, Alexandre – O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão. p. 14.



Imagem 3 – Fachada Poente



Imagem 4 – Cobertura



Imagem 5 - Torre sineira



Imagem 6 – Parede nascente da igreja



Imagem 7 - Fachada nascente

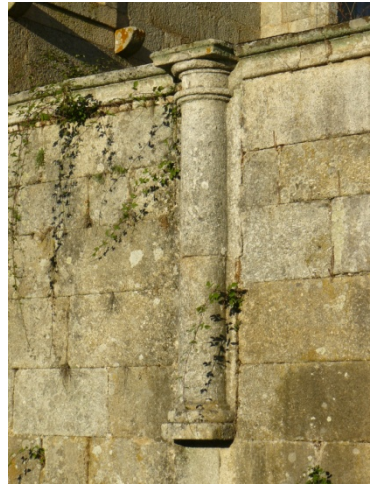


Imagem 8 - Fachada poente



Imagem 9 – Fachada poente



Imagem 10 – Entrada igreja (poente)



Imagem 11 - Fachada sul

Nas paredes são bem visíveis sinais de degradação dos elementos constituintes e fendilhações, e é presença constante a vegetação em forma de musgos, líquenes e pequenos arbustos. (imagens 3 a 20)

Os pavimentos em geral também se encontram bastante degradados, nomeadamente na igreja, onde já não se encontra o lajeado que a havia revestido devido a ter sido *“mil vezes revolvido pela picareta e pela enxada dos pesquisadores daqueles tesouros que os frades – como sempre providentes...- teriam ocultado por ali”*². Também ao nível do primeiro piso do volume conventual, as lajes de pedra em contacto com o solo formam um piso irregular, com zonas de abatimento bastante considerável, e no segundo piso, onde é impossível de transitar, quer pela ausência de soalho, quer pelo mau estado da estrutura de suporte.

Em relação aos vãos pode verificar-se o mau estado em que se encontram, devido na sua maioria á cedência dos elementos de travamento dos próprios vãos, tendo consequência evidente na integridade dos mesmos, assim como na integridade da estrutura da parede.

Relativamente às coberturas, de modo geral podem referir-se problemas relacionados com a vulnerabilidade das estruturas de cobertura e dos seus apoios e dos materiais de revestimento, encontrando-se bastante danificadas.

A extinção das ordens religiosas, a ausência de qualquer tipo de função, o envelhecimento dos materiais e a falta de manutenção terão sido os elementos mais significativos para o seu estado actual.

² Ibidem, Ibid., pág. 40



Imagem 12 – “Aviso do proprietário”



Imagem 13 – Interior da igreja



Imagem 14 – Paredes do refeitório



Imagem 15 – Segundo piso



Imagem 16 – Pavimento segundo piso



Imagem 17 – Tecto da igreja



Imagem 18 – Interior da igreja



Imagem 19 – Claustro (Ala norte)



Imagem 20 – Ala norte

Para uma noção do que se pretende estudar, seguem-se conceitos considerados importantes para um conhecimento da “génese” deste trabalho, sendo eles:

Ordem de Cister - *“Fundada, em 1098, por S. Roberto de Molesme para aí viver uma vida mais austera que nos mosteiros contemporâneos, Cister, graças à actividade dos seus primeiros abades (S. Aubri, 1099-1108; S. Estêvão Harding, 1109-1133), mas sobretudo graças à entrada de S. Bernardo, em 1112, e à fundação de Claraval, tornou-se o centro duma Ordem que multiplicou os seus mosteiros por toda a Europa cristã medieval. A Carta de Caridade (1119) fixa os usos Cistercienses: arte, canto, liturgia foram muito marcados em Cister por uma preocupação de sobriedade.”*³

Património - *“Esta (...) antiga palavra estava, na origem, ligada às estruturas familiares, económicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo. Requalificada por diversos adjectivos (genérico, natural, histórico, ...) que fizeram dela um conceito nómada, prossegue hoje em dia um percurso diferente e notório.*

*Património histórico. A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao passado: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos. Na nossa sociedade errante, sempre em transformação devido ao movimento e ubiquidade do seu presente, ‘património histórico’ tornou-se numa das palavras-chave da tribo mediática: ela remete para uma instituição e para uma mentalidade”.*⁴

“Património é o que tem qualidade para a vida cultural e física do homem e para a existência e a afirmação das diferentes comunidades”, sendo também

³ Vários Autores - Dicionário de Termos da Fé. pág. 168

⁴ CASTRO, Teresa – Françoise Choay: a alegoria do património. pág. 11

um “conjunto de bens que uma geração sente que deve transmitir às seguintes porque pensa que esses bens são um talismã que permite à sociedade compreender o tempo nas três dimensões”.⁵

Intervenção – “ (...) inclui uma ampla diversidade de critérios, de doutrinas e de filosofias de actuação sobre o património existente. Assim, vai-se desde as ideias genéricas de recuperação – melhorar, restaurar, mas com algumas alterações e com a introdução de pequenos elementos – ao caso mais extremo – o de renovação construtiva - com quase total substituição da estrutura material previamente existente. Frequentemente, inclui obras de adaptação ou de reconversão funcional uma vez que a intervenção aparece a maior parte das vezes associada a mudanças de função. (...) De qualquer modo a ideia geral da intervenção é a de introduzir algo de totalmente novo, que seja do nosso tempo, com uma ideia implícita de estabelecer um diálogo com o antigo, uma introdução reversível se se obedecer estritamente aos conceitos ‘puros’ da Carta de Veneza; e irreversível quando se adopta por obra mais radical ou definitiva”.⁶

Estes conceitos e fundamentos são importantes na medida em que eles serão o “suporte” do trabalho.

Dito isto, explica-se que o trabalho é dividido em três partes, sendo a primeira de enquadramento em que o objectivo é o estudo e entendimento do Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão. Na segunda parte procede-se ao estudo das questões do património e da intervenção, utilizando cinco casos de estudo, casos práticos de intervenções em edificado monástico, que servirão de apoio à fundamentação de uma proposta, a título de estudo prévio, do objecto de estudo: a reconversão do Convento de Maceira Dão em Pousada, encontrando-se esta na terceira e última parte do trabalho.

⁵ ALMEIDA, C.A. Ferreira de Património – Riegl e hoje. pág. 410

⁶ FERNANDES, José Manuel - Panorâmica da Conservação, Protecção Reabilitação e Requalificação em Portugal. pág. 63

A primeira parte está dividida em **dois capítulos**:

1- O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão: estudo do mosteiro, nomeadamente do lugar, enquadramento e evolução histórica, organização espacial do edifício, funcionamento e composição arquitectónica e análise construtiva.

2- A Ordem de Cister e Portugal: breve abordagem à Ordem de Cister, implantação dos mosteiros cistercienses e sua evolução em Portugal.

A segunda parte está relacionada com o tema de Intervenção no Património e é constituída também por **dois capítulos**:

3- Valores e fundamentos teóricos: apresentação das principais cartas internacionais sobre o património, com destaque para a Carta de Atenas (de 1931), Carta de Veneza (de 1964) e a Carta de Cracóvia de 2000.

4- Intervenção no Património: Reversão de Mosteiros em Pousadas - casos de estudo: estudo e análise da prática de intervenção do património monástico, através de cinco reconversões: Mosteiro de Santa Marinha de Costa em Pousada de Santa Marinha, Mosteiro de Santa Maria do Bouro em Pousada de Santa Maria do Bouro, Convento dos Lóios em Pousada de Nossa Senhora da Assunção, o Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa em Pousada Flor da Rosa e convento da Graça em Pousada do Convento da Graça levadas sob a tutela da ENATUR.

Depois do estudo do lugar, edificado, contexto de intervenções em monumentos conventuais e casos práticos, segue-se por último, a terceira parte, organizada por **dois capítulos**:

5- Reconversão do Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão em Pousada - programa: apresentação de programa adequado para o edificado e espaço envolvente com base nos casos de estudo seleccionados.

6- Proposta: apresentação, a nível de estudo prévio, de desenhos arquitectónicos: plantas, cortes, alçados e modelo 3d.

A realização recente de diversos projectos de arquitectura em edifícios de Património, nomeadamente monásticos, levantam a questão da necessidade de se definirem posturas e/ou metodologias válidas, realistas e adequadas a este edificado, questão pertinente quando se pretende injectar vida, dar continuidade a um monumento, quando se pretende responder a questões de abandono, degradação e esquecimento.

Com este estudo, espera-se estabelecer um diálogo com o Mosteiro antigo, uma estratégia que promova a continuidade e valorize o esquecido Monumento, de procurar uma postura crítica para uma futura intervenção, não descurando o facto de o arquitecto ter a necessidade de uma equipa multidisciplinar para a realização de um projecto com esta ambição.

PRIMEIRA PARTE: INTRODUÇÃO AO TEMA

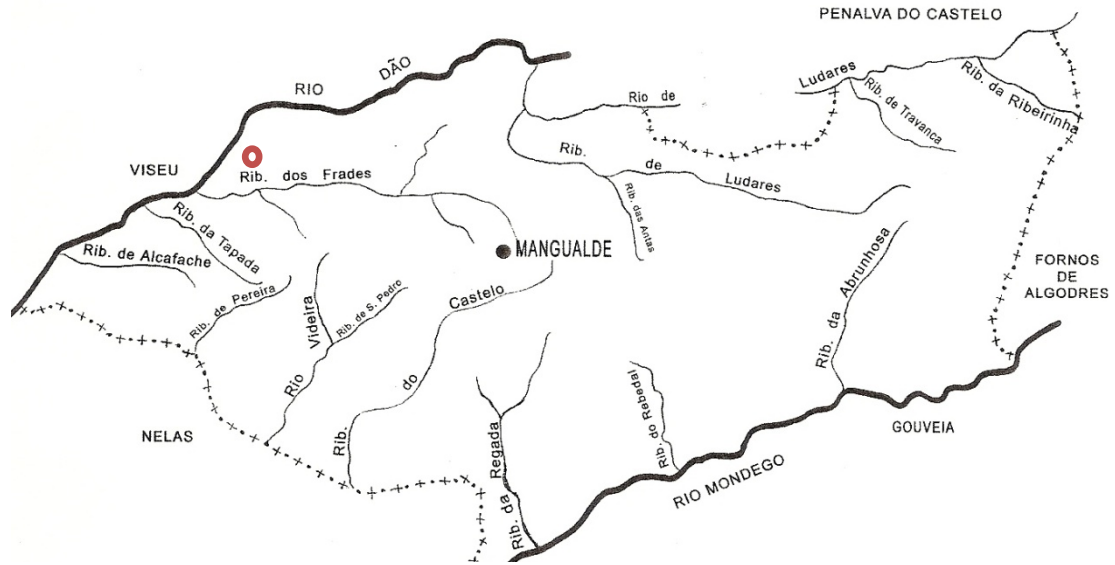


Imagem 21 – Mapa hidrográfico de Mangualde.

● - Localização do Mosteiro

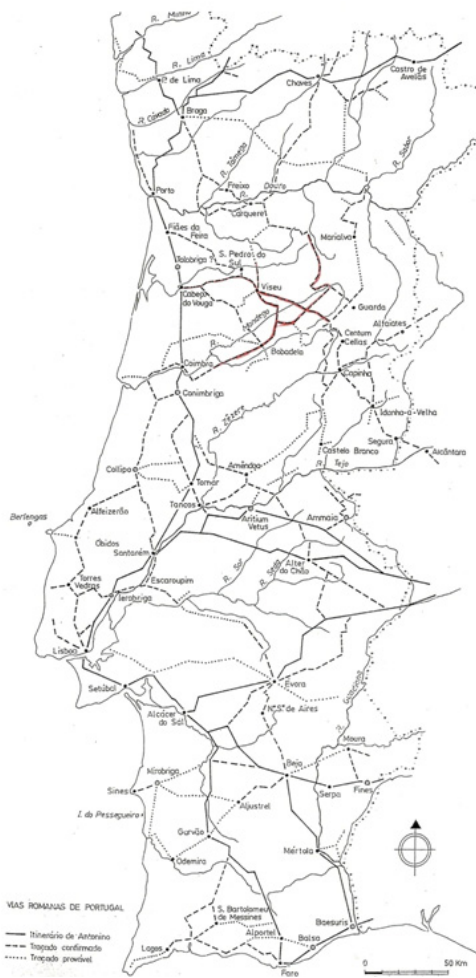


Imagem 22 – Mapa de vias romanas em Portugal

Capítulo 1: O Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão

1.1. Acesso

O Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão está localizado na freguesia de Maceira Dão, no concelho de Mangualde, região centro do país, mais concretamente na Beira Interior, no distrito de Viseu.

O concelho é atravessado a norte pelo rio Dão e a sul pelo rio Mondego, contendo entre outros riachos e ribeiras, a Ribeira dos Frades: na margem da qual está implantado o mosteiro. (imagem21)

Por este concelho passaram antigos povos - guerreiros de Viriato, romanos, mouros e cristãos falados em lendas (como é o caso da origem do mosteiro), soldados de Castela, de França, e caminhos antigos, tendo sido atravessado, em época romana, por uma das principais vias da Lusitânia, ligando “Emerita Augusta” (Mérida) a “Bracara Augusta” (Braga).

Para uma compreensão de como inicialmente se faria a chegada ao mosteiro, foram estudar-se as vias romanas que lhe poderiam eventualmente dar ligação. (imagens 22)

São três as vias romanas que ligavam Viseu (centro romano de grande importância) à rede espanhola e atravessavam o concelho de Mangualde. (imagens 23 e 24)

A primeira (Viseu – Seia) passava a sul do concelho era conhecida pelo nome de “via romana de Alcafache”: partia da cidade de Viseu, do sítio denominado Rigueira, e seguia o trajecto da calçada das Cruzes à Via-Sacra, daí até Ranhados, Coimbrões indo ter ao Banho de Alcafache; aí transpunha o rio Dão, seguia pela freguesia de Alcafache para a de Espinho, e por fim através do rio Mondego até Seia, passando a norte da cidade de Nelas.

Uma segunda via romana (Viseu - fronteira) partiria do mesmo sítio da primeira - Rigueira – dirigindo-se pelo lugar da Via-Sacra por Viso e Prime, depois transpunha o rio Sátão e Dão, e depois seguia pela serra de Fagilde até á Roda, trilhando até ao monte de Nossa Senhora do Castelo, dirigindo-se



Imagem 23 – Mapa das vias romanas no distrito de Viseu

— Itinerário de Agostino
- - - Traçado confirmado
... Traçado provável

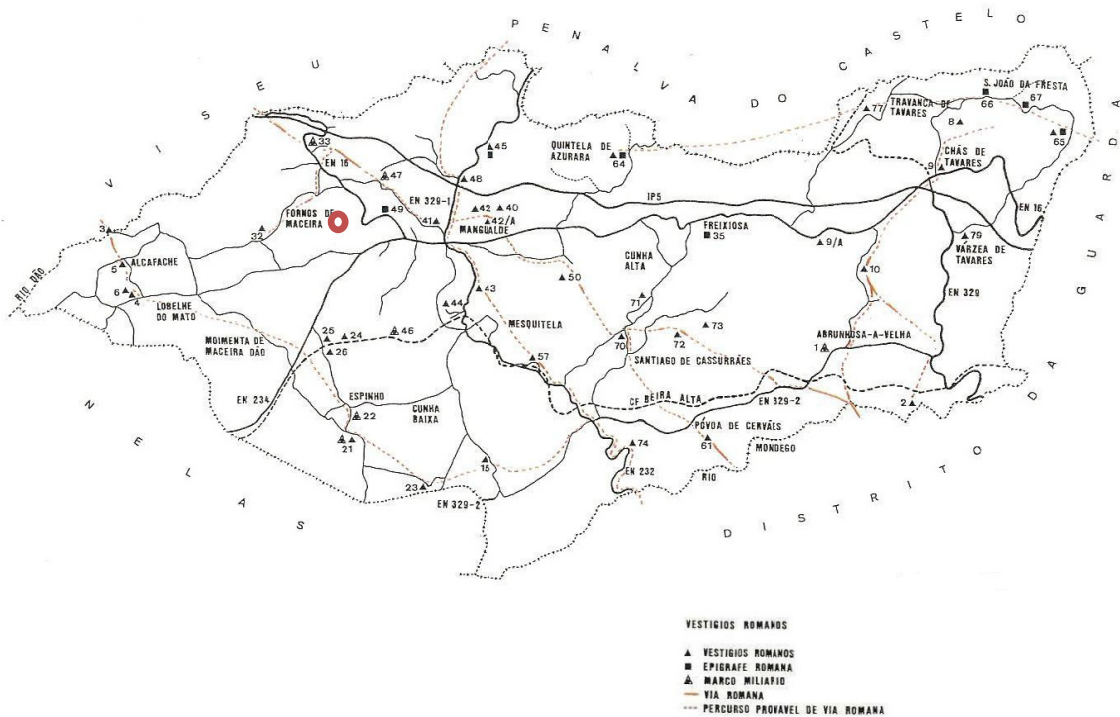


Imagem 24 – Mapa das vias romanas no concelho de Mangualde

● Localização do Mosteiro

depois para o sul, através de Almeidinha, Cassurrães, Abrunhosa-a-Velha, Cabra, transpunha o rio Mondego e seguia por Linhares e daí à Guarda.

A terceira via romana (Foz-Dão – fronteira), dirigia-se da Foz-Dão a Infias (concelho de Fornos de Algodres), passava pela vila do Carregal, seguindo através de Senhorim, entrava pelo lado poente de Mangualde, Infias e fronteira.

Não podendo afirmar-se com exactidão o antigo percurso até ao mosteiro, levantam-se no entanto algumas sugestões, que se baseiam no estudo do local e através do estudo das vias romanas e medievais que por perto passariam: um ramal da via Emerita Augusta a Viseu poderia servir o aglomerado populacional existente em Fornos de Maceira Dão e tinha o seu início um pouco a sul de Fagilde, continuando pelo “Caminho das Alminhas” até Tabosa. Daqui seguiria a Fornos de Maceira Dão, e *“sensivelmente a 400m/SS0 de Tabosa, e à beira da E. M. 595-1, conserva-se um pequeno troço lajeado, com uma largura média de 3,20m”*⁷. (imagem 23 e 24)

Actualmente o acesso ao local faz-se através da A25 (Aveiro - Vilar Formoso), saindo na cidade de Mangualde seguindo a EN16 em direcção a Vila Garcia, atravessando esta freguesia alcançando a Rua Nova chega-se ao lugar de Moinhos do Dão, com coordenadas GPS de (40°36’57. 52”) N e (7°49’41.39”) O.

1.2. O Lugar

“Sítio cheio de poesia, cheio de recolhimento; e, a não ser o sussurro da água e o cantar das aves, nenhum ruído perturba o silêncio que envolve tudo - Silêncio Místico”.⁸

Trata-se de um vale com particularidades próprias, com limites bem definidos, naturais, resultado da topografia do lugar, reforçados pela existência de uma compacta arborização nas zonas de maior cota do vale.

⁷ GOMES, Luís, CARVALHO, Pedro Sobral – O património arqueológico do concelho de Mangualde. pág. 157

⁸ Loc. Cit. ALVES, Alexandre, pág. 14



Imagem 25 – Foto “Google Earth”



Imagem 26 – Envolvente poente



Imagem 27 – Envolvente norte



Imagem 28 – Ribeira dos Frades



Imagem 29 – Ponte do aceso “poente”



Imagem 5 – Ponte aceso “nascente”



Imagem 31 – Pombal



Imagem 6 – Alminha



Imagem 33 - Cruzeiro

O vale é pouco profundo e resulta de três encostas de características definidas: a encosta nascente, que possui uma pendente mais acentuada e onde se inscreve o ponto mais alto de onde se observa o vale em toda a sua extensão; a encosta norte, com pendente menos acentuada, caracteriza-se pelos seus socacos de pequenas dimensões, diferenciando-se das outras pelos seus muros de suporte; a encosta sul, de pendente suave, dando origem a grandes terrenos férteis para o cultivo. (imagem 25)

Estas três encostas quase fecham o vale, que no entanto se deixa escapar para poente, onde se perde de vista. (imagem 26 e 27)

Na encosta nascente situa-se, no seu ponto mais alto, uma edificação, a Capela da Nossa Senhora da Cabeça. Esta está implantada numa plataforma privilegiada em relação ao vale, que é o lugar onde se pode observar a paisagem na sua globalidade: a estrutura do vale, a orientação, a axialidade, o reflexo dos factores naturais, os percursos, os limites, as intercepções, os pontos marcantes. A orientação do vale, nascente - poente, é o resultado da presença do Ribeiro de Frades, (afluente do Dão) que surge de nascente, dirigindo-se para poente. (imagem 28)

O ribeiro e o percurso que lhe é contíguo formam a grande linha orientadora da paisagem, reforçada pela existência da Igreja da Nossa Senhora da Cabeça. Desta linha partem dois outros caminhos que podem ser caracterizados por duas linhas secundárias. Ambos os caminhos passam para a margem sul, através de pontes, sendo alternativas (mais fáceis outrora) à entrada do território. (imagem 29 e 30)

É notória a humanização do vale. Com a intervenção do homem no lugar, ele ajuda a compor a paisagem, reforçando a estrutura natural da mesma, através da introdução de elementos artificiais, tais como percursos, escadas, alminhas, eira, pombal, capela, mosteiro. (imagem 31 a 33)

De todos estes elementos, o mosteiro tem uma posição de destaque. A grande massa construída torna-se o centro das atenções, não só pela sua imponência, mas também por ser o elemento gerador de todas as outras intervenções. O edificado encontra-se integrado numa propriedade com cerca de 400 hectares, composto por terreno de cultivo de diversos produtos agrícolas, vinhedos, olivais e pinhais.

1.3. Enquadramento histórico

Depois de um médico, D. Soeiro, ter curado um familiar de D. Afonso Henriques, aquele recebeu no ano de 1154, como recompensa, umas terras em Moimenta do Dão, para onde foi viver com um grupo de amigos segundo a regra de S. Bento, tendo ficado instalados até antes de 1168.⁹ Posteriormente, no ano de 1173, procuraram terras mais produtivas (uma vez já que as suas eram fustigadas pelo vento, e de existir muita pedra e pouca probabilidade de expansão) e instalaram-se em Maceira Dão¹⁰.

O prestígio e a autoridade de D. Soeiro, físico de renome e amigo pessoal do Rei, fez com que as pessoas dessem grandes e variadas esmolos, terras, quintas e herdades, tendo criado condições para a construção do Mosteiro nas terras mais férteis e favoráveis de Maceira Dão.

Em 1175, ‘Afonso, pela graça de deus rei dos portugueses, concede, “in perpetuum’, carta de couto ao Mosteiro de Maceira dão”¹¹.

O mosteiro passou da Ordem Beneditina para a Ordem de Cister em 1188, onde permaneceu até à extinção das Ordens religiosas em 1834. A Ordem de Cister era a mais protegida pelos reis da I Dinastia, sendo as suas Casas cumuladas de doações, privilégios e lembradas nos testamentos dos reis, á semelhança do que acontecia com as “casas” da Ordem de Cister. Segundo Frei Manuel dos Santos, na sua “Alcobaça Ilustrada”, este era um “Real Mosteiro”, pelo que D Afonso Henriques através da oração dos monges, o tomou com protecção real.¹²

Em 1445, “os bens do Mosteiro atingiam á volta de 1600 “números”, nomeadamente casas, pardieiros, herdades, vinhas, cortinhais, chãos, leiras, moinhos, lameiros, linhares, hortas, prados, pomares, bacelos, soutos, lagares de vinho e azeite, adegas, regadinhas, olivais, courelas, etc. ...” em que 485

⁹ Gusmão, Artur Nobre de - *A expansão da arquitectura Borgonhesa e os mosteiros de Cister em Portugal*. pág 160

¹⁰ Op. cit. *O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão: concelho de Mangualde*. pág. 22

¹¹ Ibidem, Ibid., pág. 23

¹² Ibidem, Ibid., pág. 40

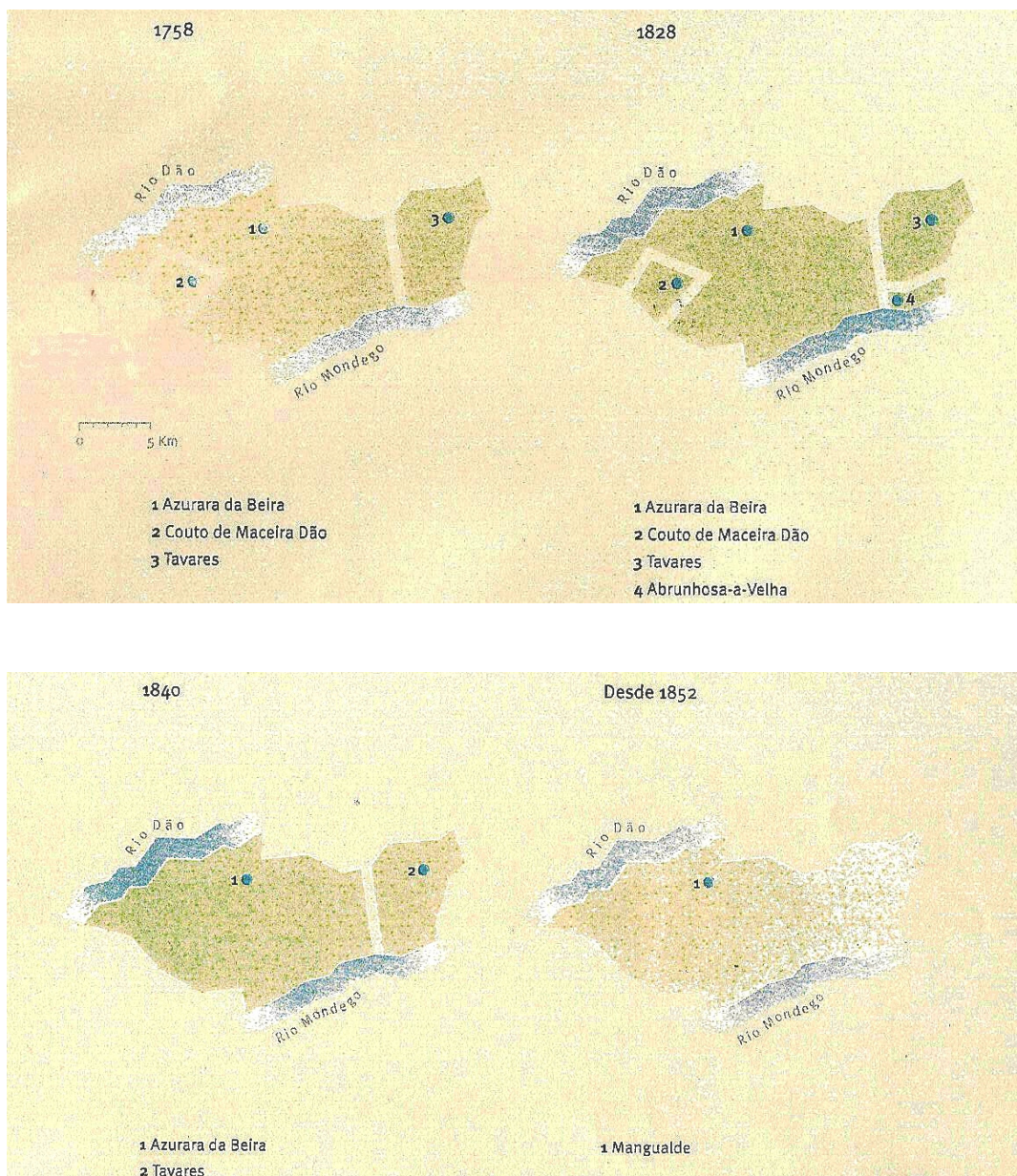


Imagem 34 e 35 – Integração do Couto nas terras de Azurara

encontravam-se dentro do concelho de Mangualde, e os restantes espalhados pelos concelhos de Algodres, Aveiro, Besteiros, Folgosinho e Melo, Gouveia, Manteigas, Matanças, Mões, Penalva, Sátão, Seia, Senhorim, Tavares, Trancoso, Viseu e Vouzela¹³, mas apesar de tantos bens, devido a má administração por parte do Duque de Viseu, o mosteiro cai em decadência.

Foram realizadas obras de recuperação em 1503 (que não terão alterado o aspecto geral do edificado), ano em que El-Rei D. Manuel I concede ao Abade de Maceira Dão licença para comprar o mosteiro. Em 1527, o Couto de Maceira Dão tinha 24 moradores, distribuídos 12 por Moimenta e os outros 12 pelas povoações de Vila Garcia e Mosteiro.

Cerca de 5 anos depois, em 1532, no mosteiro havia ainda 12 monges e um abade, habitantes esses que foram obrigados a deixar o Mosteiro.

Em relação ao estado do mosteiro por essa altura, Claude de Bronseval, (na sua inspeção aos mosteiros da Ordem de Cister em Portugal), no seu “diário de viagem” transmite informações do mosteiro: em relação à sua clausura e solidão do lugar, relatou que era pequeno, mal construído e sem refeitório nem cozinha regular. Este estado deplorável era contudo, compensado por uma vida de verdadeira pobreza que o cativou, tendo aí permanecido três dias, deleitado com esse rigor.¹⁴

Em 1560, o Mosteiro de Maceira teve um aumento de rendas com a incorporação dos bens do Mosteiro das Religiosas Cistercienses de S. João de Vale de Madeiros, extinto nesse ano por decisão do Cardeal Rei.¹⁵, apesar de que, em 1573 já são de novo atribuídos ao mosteiro 10 monges.

Devido sobretudo à recorrência que os Reis faziam aos bens das igrejas e ordens religiosas, o mosteiro cai em decadência de novo.

No séc. XVII e XVIII, surge um edifício novo: ao lado da “Portaria”, o novo edificado tem um cronograma¹⁶ com a data de 1613, tendo as obras continuado até ao final do século, devido aos fracos recursos e dificuldades financeiras.

¹³ Ibidem, Ibid., pág. 41

¹⁴ GOMES, Saul António - *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal, Séculos XV e XVI.* pág. 345

¹⁵ Loc. cit. –ALVES, Alexandre. pág. 44

¹⁶ Ibidem, Ibid., pág. 62

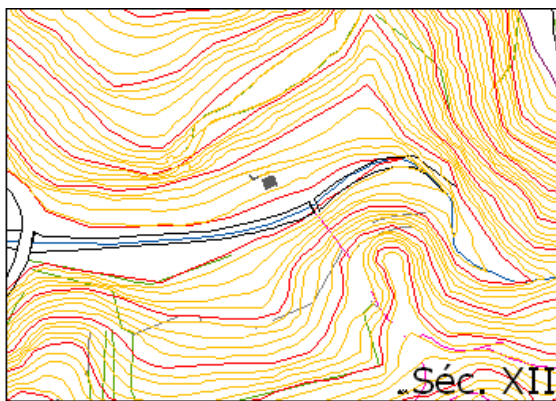


Imagem 36 – Volumetria do séc. XII

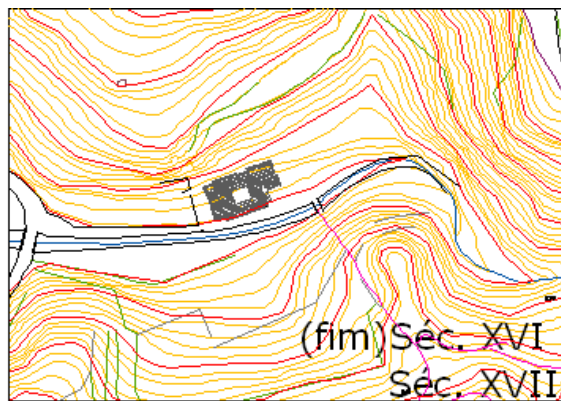


Imagem 37 - Volumetria dos fins do séc. XVI, inícios XVII

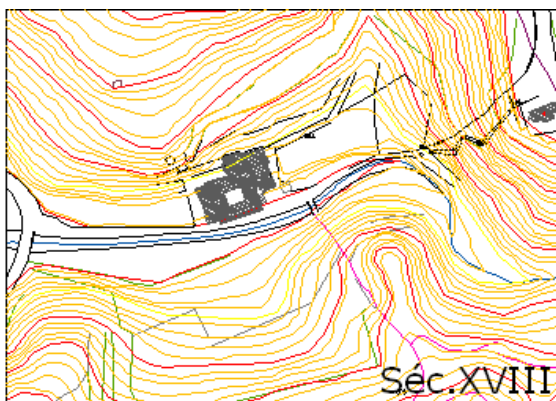


Imagem 38 – Volumetria do séc. XVIII

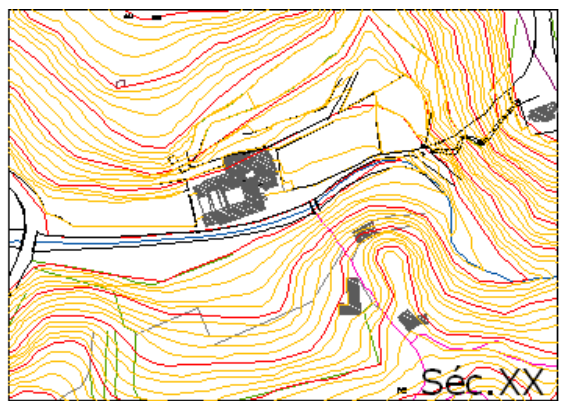


Imagem 39 – Volumetria do séc. XXI

A igreja é reedificada a partir de 1744, e em 1779 é concluída a abóbada de tijolo.¹⁷

Nos finais do Antigo Regime (1828), Maceira Dão possuía 362 pessoas e administrava uma área aproximada de 6,49Km². (imagem 34e 35)

Após a extinção das Ordens religiosas em 30 de Maio de 1834, e a incorporação do Couto no concelho de Azurara, procedeu-se ao inventário e tomada de posse dos bens do Mosteiro pela sub-prefeitura de Tondela a mando do Tesouro Público logo a 4 de Junho do mesmo ano.

A 20 de Março de 1965, na Comarca de Mangualde foi posto em praça pública, pela primeira vez, *"terra de sementeira, olival, vinha e pinhal, casa de habitação e convento e anexos, sita á quinta do Convento, no limite do lugar e freguesia de Fornos do Dão"*, no valor de 728.720\$00, tendo este conjunto sido arrematado por António Jorge Ferreira, delegado de saúde de Pombal.¹⁸

Foi lançado o apelo pela ACAB (Associação Cultural Azurara da Beira) e pela Câmara Municipal de Mangualde, na classificação do histórico monumento como Imóvel de Interesse Público.

Em 1994, a solicitação do IPPAR, informou-se da conveniência em classificar o imóvel cisterciense, quer pela sua importância histórica, quer pelo valor patrimonial e cultural que representa para o Concelho.

A comunicação da classificação de Monumento Nacional deu-se em 1997, pelo Decreto-Lei nº5/2002 de 19 de Fevereiro.

Hoje em dia, todas as dependências do Mosteiro se encontram votadas ao abandono e despojadas de todos os seus bens, pertencendo a particulares de Lisboa.

¹⁷ Ibidem, ibid, pág. 62

¹⁸ Ibidem, ibid, pág. 98

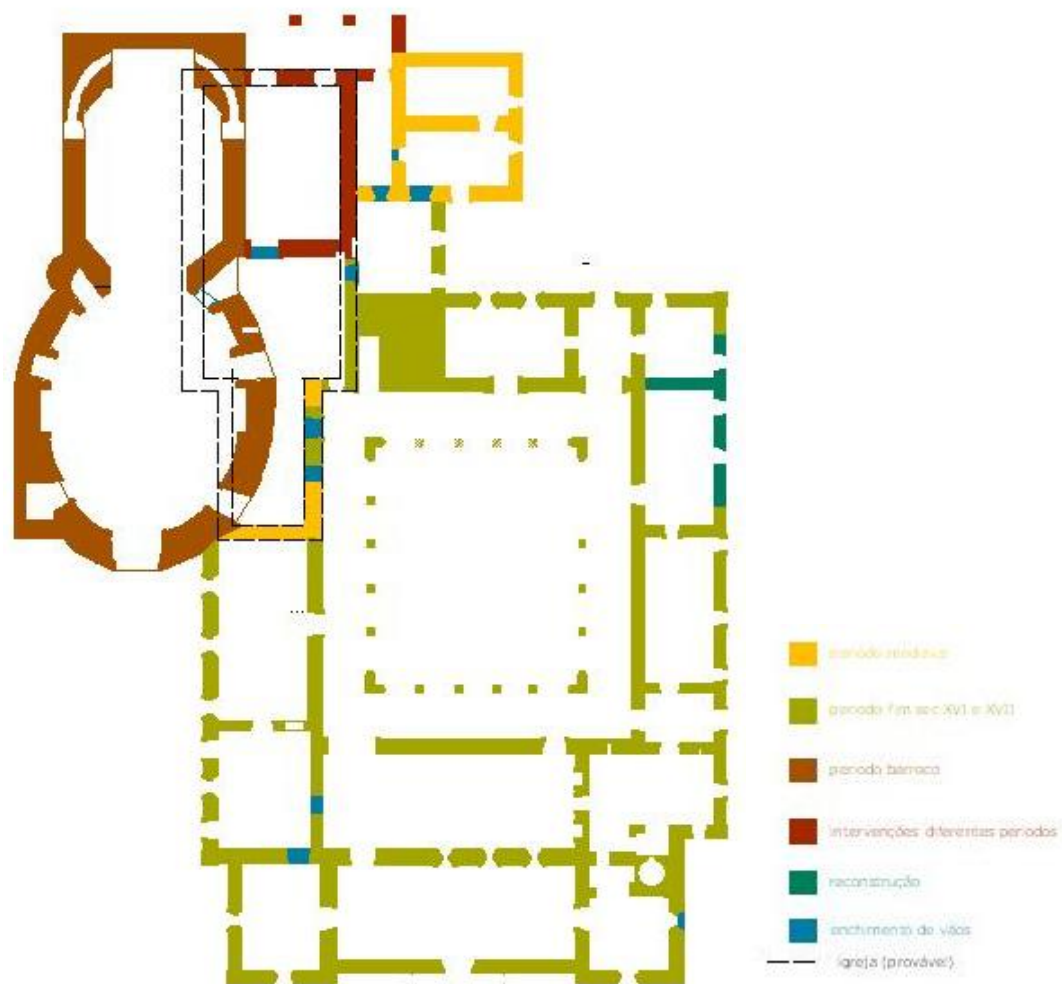


Imagem 40 – Evolução volumétrica do mosteiro

1.4. Evolução espacial do edifício¹⁹

O edifício surge como resultado de um crescimento ao longo do tempo, dando origem a uma construção complexa que se caracteriza pela diversidade de volumes e formas que a compõem, resultando da justaposição de três corpos bastante diferenciados entre si nas formas e dimensões, nas funções e escalas. (imagem 36 a 39)

O edificado reverte de três grandes intervenções, que correspondem essencialmente a três períodos de construção: medieval, finais do séc. XVI e séc. XVII, e barroco. Assim se explica o facto de cada um dos corpos apresentar características tão diversas dos outros, quase podendo fazer-se a análise das três fases em separado, pois nenhuma delas estabelece relações com as outras. (imagem 40)

Do período medieval resta o torreão.

Este situa-se a nascente do conjunto edificado, distinguindo-se dos outros pela sua volumetria peculiar, e pelo seu tipo de construção.

Diz-se que terá possuído cinco pisos, embora actualmente restem apenas três²⁰. As paredes muito fechadas são rasgadas pontualmente por aberturas de dimensões reduzidas, o que, a par com o aparelho bem tratado, confere a esta construção um aspecto bastante robusto. (imagem 41 e 43)

O primeiro piso assenta directamente sobre o chão e tem comunicação directa para o exterior através de uma porta com um arco de volta inteira, única abertura exterior de origem existente neste piso.

Os dois pisos inferiores dividem-se em dois compartimentos iguais, separados entre si por uma grossa parede em pedra que serve de apoio aos diferentes pisos. A comunicação entre os compartimentos estabelece-se de forma directa, com uma porta, não existindo espaços de circulação neste

¹⁹ Este subcapítulo teve base na prova de Loc. Cit. SANTOS, Ana Paula Nabais, SILVA e Victor M.C. Leite, pág 23 a 29.

²⁰ Loc. Cit. SANTOS, Ana Paula Nabais, SILVA e Victor M.C. Leite, pág 23.



Imagem 41 – Fachada poente do torreão



Imagem 42 – Fachada sul do torreão



Imagem 43 – Fachada nascente do torreão

corpo, nem sequer vertical, fazendo-se o acesso aos diferentes pisos sempre pelo exterior do torreão.

De resto, o mosteiro medieval devia ser bastante modesto, como mostra a descrição de Bronseval, estando muito aquém de um mosteiro construído e acabado segundo o modelo tipo cisterciense da Idade Média.

A intervenção dos finais do séc. XVI e séc. XVII surge de raiz e a poente das outras edificações. (torreão e presumivelmente igreja medieval, que, embora restem vestígios de paredes do mesmo período, não serão suficientes para especular o seu desenho).

Nesta intervenção surge um edifício conventual, e levanta-se hipótese do desenho da igreja deste período, que ainda em 1666 era “enriquecida com novos paramentos e alfaias de prata.”²¹ (ver imagem 40)

Desta intervenção surgem dúvidas, acerca da mais que provável rotação que o mosteiro terá “sofrido” em relação à entrada anterior: a construção do edificado conventual terá surgido em conformidade com portaria a nascente, mas, ainda em construção, o conjunto sofre uma rotação de 180°, mudando assim a lógica de acesso ao convento com frente a poente, tendo sido construída a nova portaria. Terá isto acontecido devido à reedificação da igreja, barroca, em 1774? Ou seja, a nova portaria surge como consequência dessa reedificação? Muito provavelmente. Por um lado, no que diz respeito ao aparelho dessa “nova” portaria, esta encontra-se em sintonia com o corpo conventual, parecendo este ter sido construído na mesma altura e sequência, por outro, no facto desta nova portaria anteceder ao refeitório, cozinha e oficinas, que logicamente deveriam estar nas traseiras do edifício, em conformidade com a portaria a nascente, que dava acesso à sala do Capítulo.
(ver imagem 51 e 52)

A nova construção é caracterizada pela sua horizontalidade, vazio central correspondente ao claustro e ainda pelo pátio a poente que define uma entrada no edifício. No interior as funções normais à vida do mosteiro distribuem-se pelos dois pisos, procurando, conforme as necessidades, a melhor insolação.

²¹ Loc. cit. ALVES, Alexandre. pág. 63



Imagem 44 – Fachada nascente do edificado conventual

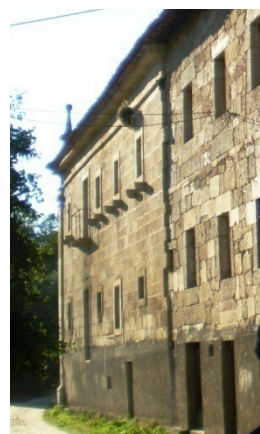


Imagem 45 – Fachada sul do edificado conventual



Imagem 46 – Fachada nascente do edificado conventual



Imagem 47 – Fachada sul do edificado conventual

As paredes exteriores, muito extensas e bem aparelhadas, deixam transparecer a intenção de deixar a pedra à vista. Sem qualquer embasamento, o edifício assenta directamente sobre o solo, apresentando no entanto como remate superior uma cornija, sobre a qual assenta o telhado. Os cunhais são tratados com pilastras, com base fuste e capitel, rematadas por um pináculo na cobertura.

As fachadas tornam-se fechadas na sua aproximação ao terreno, umas pela ausência total de aberturas, as outras pela existência de vãos com dimensões muito reduzidas²². (imagens 44 a 47)

O edifício parece no entanto querer abrir-se para a paisagem, tornando o piso superior mais leve, pela existência de aberturas maiores. O contorno das diversas aberturas faz-se através de molduras de pedra, recebendo as do piso superior um tratamento diferente, com a adição de dois cachorros laterais.

Este corpo tem uma relação bastante complexa com o terreno. A pendente suave, subindo à medida que se afasta do rio torna-se problemática para a sua implantação dada a sua grande dimensão. O edifício encontra-se assim enterrado no seu lado norte e sobrelevado a sul, fazendo-se a entrada pela sua cota intermédia, correspondente à cota do primeiro piso, pelo quadrante poente.

As circulações internas realizam-se em torno do claustro, em dois níveis diferentes, possuindo caracteres distintos. No piso inferior, o claustro, destinado a ser percorrido em oração, tinha vida própria, mantendo uma relação meramente pontual com os outros espaços. No piso superior, este mesmo espaço funciona como corredor para o qual comunicam todos os compartimentos, desempenhando o papel de mero distribuidor. O acesso entre os dois pisos faz-se através de uma escadaria interior, que por sua vez estabelece a comunicação com o corpo medieval.

A qualidade do aparelho exterior tem o seu reflexo no interior pelo cuidado com que são tratados os revestimentos. O espaço do claustro recebe, sobre a sua parede de reboco branco um lambril em azulejo (branco e azul), contrastando com o seu tecto em madeira escura, o qual terá recebido algumas

²² Ver Parte II- Existente



Imagem 48– Fachada poente da igreja



Imagem 49 – Ligação da igreja ao edifício conventual



Imagem 50 – Vista da igreja e torre sineira

pinturas das quais restam ainda alguns vestígios. Os pavimentos merecem um certo cuidado ao nível da escolha de materiais de revestimento, tratando as zonas comuns como um pavimento em lajeado de granito e as zonas mais íntimas com um soalho em madeira, o que de certa forma contribui para a definição do carácter dos diferentes espaços do mosteiro.

A última grande intervenção do conjunto realiza-se no período barroco (1744) e corresponde à construção de uma nova igreja e respectiva torre que se verifica com implantação territorial vantajosa, dominando por completo o vale.

A sua implantação é comum entre as igrejas cistercienses portuguesas, e, como se verifica no exemplo da Igreja do Convento de Santa Maria do Bouro e na de Santa Maria das Júnias, está colocada no lado esquerdo do mosteiro e recuada em relação à portaria.²³

Apresenta no seu exterior uma planimetria tronco cilíndrica, e interiormente uma planta elíptica. (imagens 48 a 50)

A igreja divide-se em dois espaços distintos. A nave elíptica prolonga-se no sentido do seu eixo maior noutro espaço que define a capela-mor. É ainda no sentido do eixo maior que se encontra a entrada no espaço de igreja, definindo assim, a poente - nascente uma sucessão de espaços diferenciados: entrada, nave, arco triunfal, capela-mor e altar-mor. Esta diferenciação de espaços traduz-se não só a nível da planta mas também na diversidade de pés direitos e tectos, resultando num pequeno jogo de volumes e formas.

O espaço da nave transmite uma sensação de grandeza, não só pela sua forma oval, como pé direito, reforçada ainda pela presença de uma cúpula em tijolo.

Apesar da sua localização a Norte, a nave é invadida por uma luz proveniente de Sul, através de aberturas existentes acima do nível das restantes construções. A igreja vive ainda de uma certa dinâmica criada pela existência de pequenos altares, púlpitos, aberturas e escadas. Estes elementos não interferem com a leitura do espaço, pois encontram-se inseridos no interior

²³ ANDRADE, Hugo Miguel – Igrejas elípticas em Portugal, pág. 78

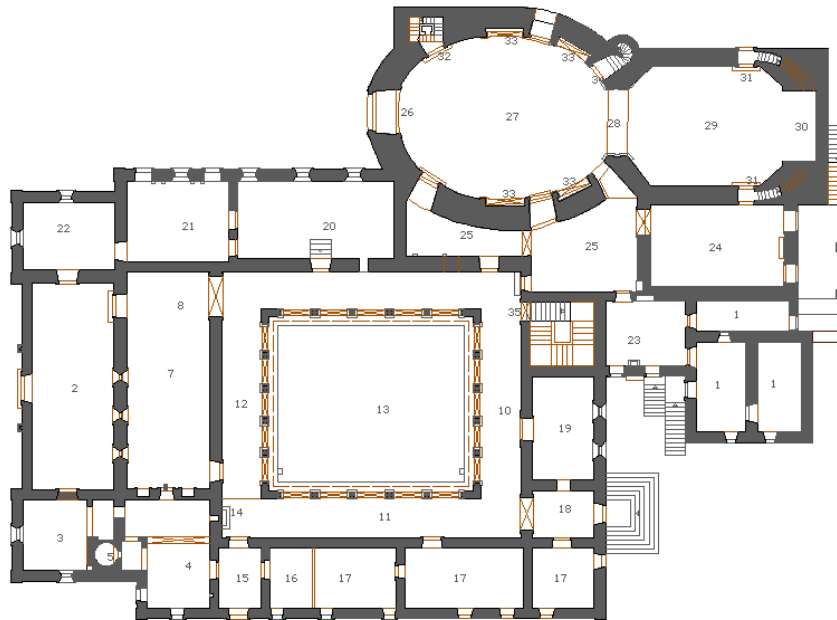


Imagem 51 – Funcionamento primeiro piso

- 1-Armazém
- 2-Portaria
- 3-Despeza
- 4-Cozinha
- 5-Forno
- 6-Passa Pratos
- 7-Refetório
- 8-Acesso ao Claustro
- 9-Ala Norte
- 10-Ala Nascente
- 11-Ala Sul
- 12-Ala Poente
- 13-Pátio
- 14-Lava-mãos
- 15-átrio de serviço
- 16-Zona de serviço
- 17-Sala de trabalho dos monges
- 18-Parlatorio
- 19-Sala do Capítulo
- 20-Adega
- 21-Lagar
- 22-Celeiro
- 23-Antiga Sacristia
- 24-Sacristia
- 25-Localização provável antiga Sacristia
- 26-Entrada axial da Igreja
- 27-Nave
- 28-Arco triunfal
- 29-Capela Mor
- 30-Altar Mor
- 31-Acesso ao Altar mor
- 32-Acesso à torre sineira
- 33-Altar
- 34-Acesso ao Pulpito
- 35-Acesso ao piso das celas
- 36-Corredor
- 37-Cela
- 38-Aposentos Abade
- 38a-Zona de estar
- 38b-Zona de dormir
- 39-Hospedaria
- 40-Espaço não def.
- 41-Biblioteca
- 42-Chaminé
- 43-Espaço não def.
- 44-Corredor
- 45-Scriptorium
- 46-Enfermaria
- 47-Pulpito

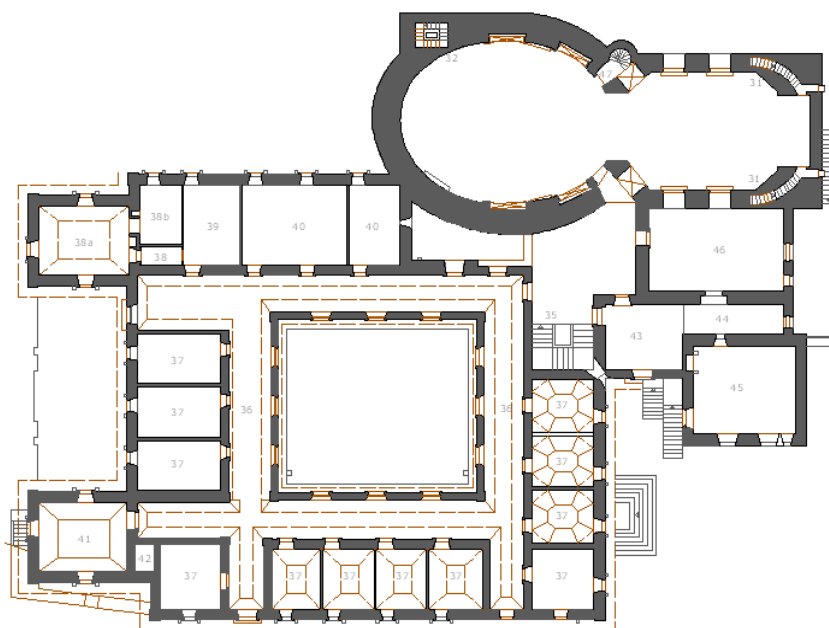


Imagem 52- Funcionamento do segundo piso

das grossas paredes. O traçado octogonal alongado da capela-mor e o dinamismo próprio da nave elíptica conferem-lhe as suas características barrocas.²⁴

Este corpo distingue-se dos outros pelas soluções construtivas adoptadas. As paredes são em pedra de espessura considerável e o seu aparelho é bastante tosco, o que faz prever um acabamento em reboco pintado a branco.

Da época barroca, resta fazer referência à torre da igreja. Trata-se de uma torre sineira, que se assume como um volume vertical.

Tanto ao nível da construção como ao nível das funções a que se destinavam, o mosteiro é resultado de uma sucessão de construções, feitas ao longo do tempo.

1.5. Funcionamento do edifício²⁵ (imagem 51 e 52)

O acesso ao interior do território faz-se através de um caminho que chega de poente e que conduz à portaria, espaço interior mas ao mesmo tempo sem cobertura, que faz de certa forma uma transição gradual do caminho público exterior para o interior privado do mosteiro.

A poente, a portaria dá acesso a dois compartimentos laterais, um a norte e outro a sul, cujas funções são difíceis de determinar, e a um pequeno espaço que nos conduz ao claustro. (imagem 53 e 54)

A nascente, uma outra porta estabelece a relação entre interior do mosteiro e um pequeno pátio exterior (que se justifica através da hipótese do edificado ter sofrido a rotação da entrada principal do mosteiro, verificando-se que este tem duas entradas, esta e a do lado poente) (imagem 55)

Este pátio é o centro distribuidor dos acessos aos percursos quer aos campos agrícolas, quer à capela da Nossa Senhora da Cabeça, tornando-se assim um espaço relevante na vida diária deste mosteiro.

²⁴ *Ibidem, Ibid.*, pág. 80

²⁵ Este subcapítulo teve base na prova de pré-profissionalização de Ana Paula Nabais e Victor Leite Silva, págs. 30 a 35.



Imagem 53 – Entrada poente - portaria



Imagem 54 – Interior da portaria



Imagem 55 – Entrada nascente - portaria antiga



Imagem 56 – Porta do Capitulo



Imagem 57 – Passa – pratos



Imagem 58 – Refeitório



Imagem 59 – Adega



Imagem 60 – Escadaria



Imagem 61 – Ligação interior à igreja

O acesso ao interior do mosteiro faz-se através de uma escadaria que nos transporta ao interior do claustro através do parlatório.

O claustro, sendo espaço privilegiado de oração e reflexão, estabelece o contacto com os diferentes espaços do mosteiro. A importância da sala do capítulo, situada na ala nascente, é revelada pelo cuidadoso desenho da sua porta de entrada. (imagem 56)

Na ala sul sucedem-se uma série de espaços, aos quais se apontam como possíveis salas de trabalho dos monges.

Na intersecção das alas sul e poente situa-se a cozinha ligada ao refeitório através do passa-pratos. É junto à entrada do refeitório, no topo poente da ala sul, que se situa o lava-mãos. O refeitório ocupa a grande parte da ala poente, recebendo luz através de grandes aberturas voltadas para a portaria. (imagem 57 e 58)

Na ala norte existe um grande espaço ocupado ainda hoje pela adega, ligado internamente a um outro destinado aos lagares. (imagem 59)

A localização das adegas a norte e a sua posição enterrada são consideradas boas condições para a conservação do vinho, constituindo talvez os factores fundamentais para a sua posição nesta ala.

O claustro dá ainda o acesso a dois outros espaços que se encontram no cruzamento das duas alas norte e nascente, sendo este o ponto de convergência dos diversos períodos de construção.

Ao lado da Sala do capítulo, a nascente, uma escadaria em pedra acede ao piso superior do claustro, fazendo a ligação com o último piso do “torreão”. (imagem 60)

Neste piso, o claustro adquire um carácter diferente. Transformando-se num corredor fechado, serve de usufruto dos diversos espaços que o envolvem. O segundo piso destina-se essencialmente aos espaços de dormir, ocupando as celas integralmente as alas nascente, sul e poente.

A localização dos aposentos do abade, no topo poente da ala norte por cima da portaria, permite um controlo das entradas do mosteiro. Estes aposentos eram constituídos por dois compartimentos que recebiam luz de três pontos diferentes: sul, poente e norte.

Na ala norte encontrava-se um outro compartimento, contíguo aos aposentos do abade, destinado provavelmente à hospedaria. Neste piso, junto

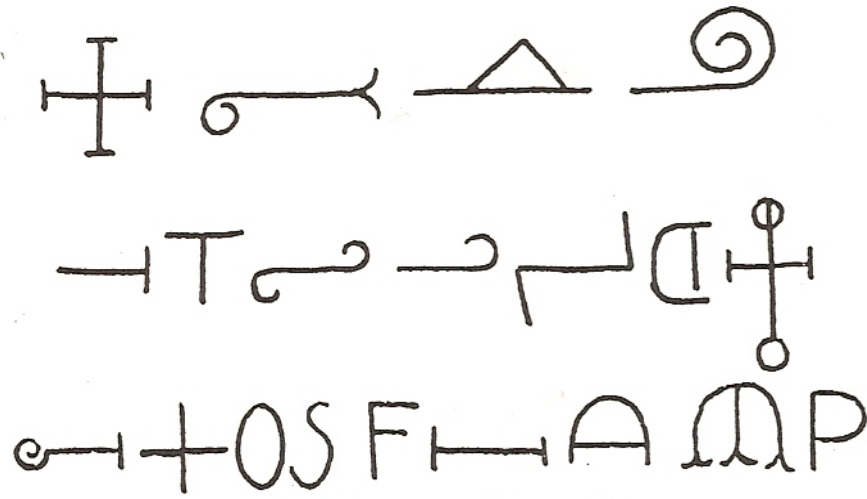


Imagem 62 – Siglas existentes no mosteiro



Imagem 63 – Sigla existente

á portaria mas no topo oposto aos aposentos do abade, existia um espaço que se destinaria talvez à biblioteca.

Voltando ao piso inferior do claustro, tem-se acesso ao interior da igreja, atravessando o espaço situado no cruzamento das alas norte e nascente.

(imagem 61).

Construída no período barroco, a igreja localiza-se, conforme as normas da ordem, no ponto de cota mais alta e o mais a norte de todo o conjunto.

Orientando-se a cabeceira a nascente e a entrada a poente, a igreja divide-se em dois grandes espaços - a nave e a capela-mor . A nave, de planta oval, é rodeada por uma série de aberturas e altares sempre simétricos em relação ao eixo maior da oval. De uma destas aberturas, subindo uma escada em caracol, tem-se acesso ao púlpito situado a uma cota superior.

É no seguimento da nave que se faz o acesso ao claustro e ainda à torre sineira, situada no ponto mais a noroeste da igreja. A capela-mor é rematada a nascente pelo altar-mor e estabelece a ligação à sacristia através de uma abertura lateral, a qual possui o seu simétrico no lado oposto comunicando com o exterior. Através destas aberturas, e dentro da espessura da parede, duas escadas acedem á área reservada do altar-mor.

Evoluindo com o crescimento e as novas construções do mosteiro, os espaços vão assumindo funções diversas ao longo do tempo.

1.6. Composição arquitectónica²⁶

O edifício que se nos apresenta actualmente, é o resultado de diversas partes, acrescentos e alterações efectuadas em diferentes períodos de construção, sendo enumerados, nomeadamente, o Medieval, os finais do séc. XVI e séc. XVII e o Barroco.²⁷

²⁶ Este subcapítulo teve base na prova de pré-profissionalização de Ana Paula Nabais e Victor Leite Silva, págs. 38 a 47.

²⁷ Ver Parte II – Existente

1.6.1. Período medieval

A construção no período medieval prolonga-se desde os finais do séc. XII a inícios do séc. XVI, sendo esta, a nível construtivo, a que resta menos vestígios.

Vestígios de paredes

Estas paredes foram entretanto integradas nas novas construções, podendo a sua origem ser determinada através do seu aparelho e também por vestígios de aberturas pré-existentes. Destas paredes, é de salientar a existência de uma, pertencente provavelmente à antiga, cujas pedras bem aparelhadas estão assinaladas através de diferentes siglas. (imagem 62 e 63)

Perpendicularmente a esta parede, integrando-se na parede norte do claustro, existem vestígios de um portal ao qual se sobrepôs uma porta no séc. XVII. Deste portal são visíveis o extradorso do seu arco de volta inteira e vestígios de duas colunas.

Outros vestígios da construção medieval restam ainda incrustados nas paredes do edifício do séc. XVII, como restos de colunas e outras pedras, que pelo seu talho, parecem ter sido aproveitadas de construções anteriores.

“Torreão”

O “torreão” pelas suas características e estado de conservação, apesar das modificações a que foi sujeito, é o elemento que permite fazer uma análise mais detalhada. Esta construção assemelha-se às torres defensivas medievais, tendo, no entanto, características que a diferenciam das mesmas.²⁸

A sua base, de dimensões superiores às da maior parte das outras torres, proporciona uma organização espacial interna um pouco complexa. O interior de cada piso divide-se em dois compartimentos (o que não é muito vulgar neste tipo de torres onde, regra geral, cada piso corresponde a um único compartimento). Outra característica é a relação com o solo: normalmente o acesso ao interior da torre fazia-se a uma cota mais elevada, através de uma escada em pedra ou em madeira, mas neste caso existe um piso ao nível do solo, com acesso directo ao interior através de uma porta. Uma outra

²⁸ SILVA, José Custódio da Silva - *Paços Medievais Portugueses*, Colecção Arte e Património. pág. 48



Imagem 64– Escadaria do torreão



Imagem 65 – Entrada superior do torreão



Imagem 66– Interior do torreão



Imagem 67 – Fachada nascente do espaço conventual



Imagem 68– Fachada poente do espaço conventual (portaria)



Imagem 69 – Vista da portaria

característica desta torre é a não existência de acessos entre os diferentes pisos pelo seu interior, fazendo-se o acesso entre os dois pisos superiores através do interior de outras construções exteriores ao “torreão”. Esta ligação torna-se possível através da existência em cada piso de uma porta na parede a norte. (imagens 64 a 65)

A sua planta é rectangular, dividida nas duas plantas inferiores em dois rectângulos iguais, delimitada por grossas paredes em cantaria de granito.

A organização espacial interna caracteriza-se nos dois pisos inferiores pela existência de dois compartimentos iguais, separados por uma espessa parede em granito. A comunicação entre os dois compartimentos estabelece-se de forma directa através de uma abertura existente na parede divisória. (imagem 66)

À medida que se afastam do solo, os diferentes pisos vão-se tornando cada vez mais abertos, passando da clausura onde a única abertura existente é a porta de acesso ao interior, para outro onde os vãos de dimensões razoáveis possuem já bancos em pedra, mantendo assim uma relação de contemplação com o exterior, sendo assim possível detectar uma certa hierarquia entre os três pisos: o piso inferior quase encerrado, possui apenas uma abertura que permite o acesso ao interior, o piso intermédio, com uma abertura por compartimento, revela já de si uma certa abertura e relação para o exterior e o piso superior com aberturas de maior dimensão e características diversas, abre-se ainda mais para o exterior.

Não só as dimensões e o número de vãos variam segundo o piso, também o desenho mostra características diversas: a abertura do piso inferior é uma porta com arco de volta inteira e arestas exteriores chanfradas, as do piso superior têm desenhos diversos, sendo duas de arco abatido e arestas exteriores chanfradas e, a terceira é idêntica às do piso intermédio e no alçado poente existe uma janela com arco de volta inteira.

O alçado nascente revela-se como uma parede cega.

Pelo seu lado norte, o torreão justapõe-se a outras construções, possuindo em cada um dos dois pisos, uma abertura que estabelece a comunicação com outros espaços do mosteiro.

A relação do edifício com o terreno é directa, a sua inserção no solo faz-se sem utilização de embasamento.

1.6.2. Finais do séc. XVI e séc. XVII

A nova construção acaba por integrar a maior parte dos espaços essenciais da vida de um mosteiro cisterciense: portaria, refeitório, claustros, sala do capítulo, celas, quarto do abade. E, tornando-se assim o novo centro da vida monástica, ela vai assumir também um novo papel na estruturação da paisagem. (imagens 67 a 69)

Implantado junto á linha de água, a poente das antigas construções, o edifício toma a direcção do rio, dispondo-se paralelamente ao mesmo, reforçando assim a orientação natural do vale (nascente - poente).

Na sua planta, a nova construção define-se como um grande quadrado ao qual são adicionados dois pequenos rectângulos. Estes dois elementos, colocados a poente, acabam por acentuar o sentido da construção, definindo um eixo imaginário que atravessa o centro do quadrado no seu sentido poente - nascente. É neste sentido que são colocadas as funções mais representativas do mosteiro: a portaria, o refeitório e a sala do capítulo. A definição deste eixo acabará por ter algum reflexo no desenho da fachada poente.

Em termos espaciais, o edifício caracteriza-se essencialmente pela sua centralidade: o quadrado, e no seu centro o claustro. Funcionando como elemento de ligação e de circulação, é em torno do claustro que se distribuem todos os outros espaços, estabelecendo relações visuais entre os dois pisos.

Adoptando como base, o mesmo esquema de circulação em ambos os pisos, a relação estabelecida com o esquema central tem, no entanto, carácter diferenciado devido ao tipo de função a que se destina cada um deles.

O piso inferior, contendo as funções comuns, abre-se para o pátio central através de uma galeria delimitada apenas por uma arcaria, assente em colunas de secção quadrada. A partir desta galeria, distribuem-se todos os espaços comuns e ainda os acessos ao exterior e ao piso superior.

No piso superior, destinado às funções mais privadas, a galeria dá lugar a um corredor mais encerrado que estabelece uma relação visual com o pátio central.

A organização espacial deste segundo piso obedece a uma regra de repetição do mesmo módulo: a cela. Com um esquema espacial definido, a cela de planta regular possui uma abertura em cada um dos lados menores. A

abertura da parede exterior mantém a sua posição relativa à abertura interior do rectângulo. As dimensões das celas mantêm-se muito próximas, exceptuando o caso da ala poente onde o comprimento sobre um acréscimo. O módulo da cela condiciona a estrutura espacial do segundo piso acabando por ter o seu reflexo no desenho dos alçados.

Os corredores norte, nascente e poente prolongam-se até às paredes exteriores sul e poente, permitindo assim o acesso aos compartimentos de canto. Esses corredores são rematados no sentido do seu prolongamento, por meio de varandas exteriores.

Este edifício de dimensões consideráveis comporta uma grande diversidade de funções e possui, no entanto, uma estrutura espacial lógica e funcional onde se verifica preocupação na definição da estrutura, na distribuição dos diversos espaços e na distinção das duas zonas distintas, comum e privada, podendo compreender-se uma lógica de suporte de concepção espacial. Esta estrutura espacial e funcional acaba por transparecer no exterior, através da composição das diversas fachadas. Apesar de muito diferentes entre si, as fachadas possuem elementos comuns, conferindo assim uma unidade ao edifício.

Uma das principais características é a utilização de um pano de fundo único, onde são colocadas as diferentes aberturas, dando origem a composições diversas. Este absorve simultaneamente os dois pisos e recebe o tratamento superficial único em toda a sua extensão, não existindo assim uma clara diferenciação entre pisos, existindo, no entanto, uma certa hierarquia entre os dois pisos estabelecida não por tratamento diferenciado dos parâmetros verticais mas pelo desenho dos vãos.

O desenho das diferentes aberturas está directamente relacionado com a função a que se destinam os espaços onde estão inseridas, dando assim origem a diversos vãos, tanto a nível formal como das suas dimensões.

A distribuição funcional do edifício contribui, também, para estabelecer a diferenciação dos pisos, dando origem a que no piso superior as aberturas sejam todas iguais e que no piso inferior estas se diferenciem por alas.

As aberturas do piso inferior possuem características comuns que a distinguem das do segundo piso. Caracterizando-se essencialmente pela sua

função, estas aberturas destinam-se à entrada de luz e de ar, o que se deve não só às suas dimensões mas também à existência de gradeamentos e à altura que as separa do pavimento interior, tornando-as quase inacessíveis.

As aberturas do piso superior, relativamente às anteriores, são de dimensões superiores, mantendo assim uma relação mais próxima com a paisagem, uma relação de contemplação.

Os panos de parede em cantaria de granito assentam directamente sobre o terreno. A ausência de envasamento contrasta com um certo cuidado de tratamento dos cunhais e do remate do beiral.

Os diversos cunhais são assinalados pela presença de pilastras bastante alongadas que absorvem simultaneamente os dois pisos. Constituídas por três elementos diferenciados, base fuste e capitel, estas pilastras são rematadas superiormente por pináculos em pedra existente na cobertura.

Assentando as bases directamente sobre o solo, as pilastras estão sujeitas a variações de altura nos fustes adaptando-se assim às condições naturais do terreno, que sofre grandes variações de cota. Exceptuando uma pilastra no alçado norte, cuja base se distingue das outras por estar assente num pedestal e não directamente sobre o solo, todas as pilastras possuem características idênticas.

Assente sobre estas pilastras, um entablamento constituído por três elementos: arquitrave, friso e cornija define o remate do beiral, ficando assim estabelecido o limite superior do edifício.

É na definição destes elementos (pilastras e entablamentos) e de algumas molduras de vãos, que se verifica a utilização das ordens arquitectónicas, cingindo-se no entanto á utilização de uma única: a toscana, sendo esta caracterizada pela simplicidade das formas e pela ausência total de decorativismo, transmitindo uma imagem de robustez e de uma certa austeridade. A utilização da ordem toscana deve-se, talvez, à austeridade imposta pela Ordem de Cister e ainda à localização rural e os reduzidos meios financeiros de que dispunha este mosteiro.

O desenho das fachadas, embora possuindo características comuns, obedece a princípios de composição diversos. Assim, após a análise das

características gerais que conferem uma certa unidade ao edifício, analisam-se mais pormenorizadamente as fachadas.

As fachadas²⁹

A fachada poente destaca-se do conjunto pelas suas características particulares, caracterizando-se pela sua tridimensionalidade, resolvendo-se em dois planos distintos (devido muito provavelmente a terem sido acabadas no início do séc. XVIII). A distância que separa estes dois planos gera um espaço “interior” mas aberto, a portaria.

A esta característica acrescenta-se a simetria, que domina todo o desenho da fachada. O plano central, rematado superiormente por uma cornija toscana, define o eixo de simetria através da sua porta central e das duas colunas colocadas simetricamente em relação a esta. No entanto, a simetria acaba por ser contrariada pela colocação dos vãos sobre os restantes panos de parede. Num segundo pano central, os vãos são colocados de forma aparentemente, mas não completamente aleatória devido ao facto da sua disposição estar relacionada com os espaços internos do mosteiro, respeitando assim a organização interna do edifício e não regras de composição de fachada.

A fachada sul distingue-se das outras pela sua grande dimensão. É dominada horizontalmente e pode decompor-se em três níveis distintos. O nível inferior corresponde a um grande pano de parede cego, sem qualquer tipo de tratamento de superfície que possa ser estabelecer alguma distinção em relação ao restante paramento vertical. O nível intermédio corresponde ao piso inferior do edifício e caracteriza-se pelo jogo de alternâncias entre aberturas de diferentes tipos. O terceiro nível corresponde ao piso superior e caracteriza-se pela repetição do mesmo vão e pela existência pontual de duas varandas que marcam no exterior a presença dos corredores interiores.

Na análise desta fachada a regra assemelha-se á da fachada poente, na medida em que a regra é ditada pela organização interna do edifício.

²⁹ Ver Anexo II-



Imagem 70 – Claustro



Imagem 71 – Ala poente do claustro

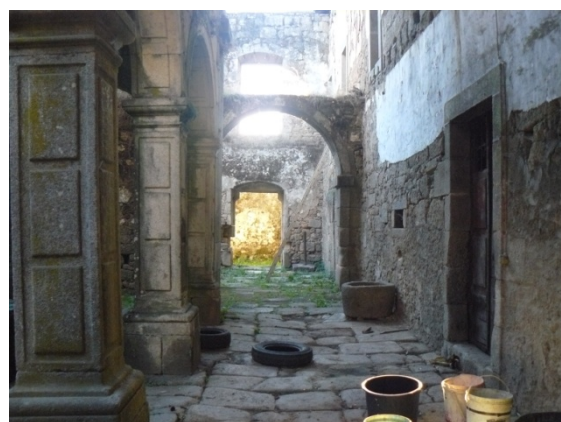


Imagem 72 – Ala nascente do claustro

A fachada nascente é a que revela menos preocupações ao nível do desenho, embora seja de referir que no piso superior a relação entre cheios e vazios se mantém constante, facto que se deve às características das celas, assim como acontece no piso inferior, onde as aberturas também correspondem a exigências internas, existindo apenas uma porta que conduz aos domínios do mosteiro e três aberturas com características muito próprias cujos ritmos estão directamente relacionados com a organização espacial da Sala do Capítulo.

A fachada norte, à semelhança da do sul, é dominada pela horizontalidade.

Da análise geral das fachadas exteriores do edifício parece evidente que as regras de composição estão directamente relacionadas com a organização espacial do edifício e dos próprios compartimentos. As fachadas não resultam da definição de regras base de desenho e tratamento de superfície, sendo de difícil “leitura” sem uma análise da organização espacial interna do edifício.

As fachadas do pátio central demonstram um tratamento cuidado. O claustro corresponde na sua planta a um rectângulo, dando origem a dois alçados de dimensões diferentes, apesar dessa mesma diferença não ter influência no desenho das fachadas, dando portanto origem a quatro alçados semelhantes. (imagens 70 a 72)

A distinção entre pisos é evidenciada pela introdução de uma cornija à altura da laje. O piso inferior é composto por um conjunto de cinco arcos assentes em colunas de secção quadrada. O piso superior (mais fechado) possui três grandes aberturas. Entre os dois pisos é estabelecido um jogo de alternâncias entre cheios e vazios, fazendo corresponder a abertura central ao arco central, e as aberturas laterais ao espaço correspondente das colunas laterais do piso inferior.

Na composição destas fachadas, é também aqui utilizada a ordem toscana, estabelecendo uma hierarquia entre pisos, jogando com cheios e vazios, fugindo um pouco às regras ditadas pelo espaço interno.

1.6.3.Barroco

A intervenção barroca resume-se à construção da nova igreja.



Imagem 73– Interior da igreja



Imagem 74 – Ligação a igreja



Imagem 75 – Interior da igreja



Imagem 76 – Interior da igreja



Imagem 77– Interior da igreja



Imagem 78 – Interior da igreja

Implantada a norte das restantes construções, a igreja apresenta-se como objecto estranho em relação ao conjunto pré - existente, destacando-se deste pelas suas características singulares, sendo esta a única parte do conjunto que resulta de uma definição prévia de regras claras de desenho.

Com a cabeceira voltada a nascente a igreja divide-se, através do seu arco triunfal, em dois espaços distintos: a nave e a capela - mor. A nave define-se em planta oval e no sentido do seu eixo maior coloca-se a nascente a capela - mor que possui em planta uma forma geométrica irregular oitavada. O lado nascente da capela prolonga-se num outro espaço definindo assim o altar-mor.

Estes espaços de características diversas possuem uma regra de composição comum, a simetria, uma vez que estes são simétricos em relação ao eixo maior da oval. Sobre este eixo e de poente para nascente vão-se definindo os diversos espaços da igreja: entrada, nave, arco triunfal, capela - mor e altar - mor.

A nave, delimitada por grossas paredes em pedra e coberta por uma cúpula em tijolo, é envolta por uma sucessão de diversas aberturas e altares, inseridos na própria espessura das paredes. A sucessão destes elementos resulta num jogo de alternância entre aberturas e altares, conferindo uma certa dinâmica a este espaço. (imagens 73 a 78)

A nascente, a capela-mor resulta num espaço de características muito diversas. Apesar das suas dimensões muito próximas das da nave, este espaço torna-se contido e estático que se deve á sua forma oitavada e ainda à existência de um número reduzido de aberturas, principalmente no nível inferior.

O espaço da igreja vive por si e obedece somente a regras geométricas próprias, sem relação aparente de integração nas construções pré-existentes.

Os diversos vãos distinguem-se pelas funções a que estão ligados, dando origem a uma abertura semelhante e simétrica em relação ao eixo longitudinal da igreja. A distinção entre os vãos resulta do tratamento formal da sua moldura, recorrendo também á utilização de pilastras e frontões diversos.

O desenho desses frontões, bem como do arco triunfal e da cornija da nave, obedecem á simplicidade da ordem toscana já utilizada anteriormente,



Imagem 79 – Porta de entrada da Igreja

conferindo a um tratamento simples e sóbrio do interior da igreja, diferente do que deveria ter sido anteriormente, com os seus altares e frescos dos quais ainda restam vestígios.

A fachada Poente é a única a merecer tratamento: a verticalidade é acentuada pela sobreposição de três vãos: um portal, por cima deste uma grande abertura que conduz a luz poente para o interior e por último um nicho. O conjunto é ainda composto por dois outros nichos laterais, ao nível da abertura central. O portal é rematado superiormente por um brasão e uma coroa, interrompendo o frontão curvilíneo, símbolos da Família Real por se tratar de um mosteiro real. (imagem 79)

As fachadas não possuem qualquer envasamento à semelhança do que acontece nas restantes construções.³⁰

1.7. Análise construtiva³¹

Esta análise aborda aspectos técnicos e construtivos relacionados com as paredes, soalhos e vãos e também materiais de revestimento, tanto interiores como exteriores, e é realizada de um modo sequencial e evolutivo no tempo: primeiro o torreão, depois o edificado conventual, e por fim a igreja.

1.7.1.Exterior

A imagem exterior do conjunto é profundamente marcada pelo peso do granito. Esta imagem resulta no entanto um pouco diferente da original, onde o volume da igreja, preparado para ser rebocado, deveria estabelecer um certo contraste com os outros volumes. As outras construções, de aparelho bem cuidado apresentam ainda hoje a textura do granito. Estas construções diferenciam-se, ainda, pelo tipo de aparelho e pela diferença de tonalidade da pedra.

Embora em alguns casos, como o do torreão, as coberturas não correspondam às originais, as existentes apresentam como característica

³⁰ Ver Parte II-Existente

³¹ Este subcapítulo teve base na prova de pré-profissionalização de Ana Paula Nabais e Victor Leite Silva, págs. 41 a 49

comum o revestimento em telha cana, em barro vermelho. Apesar da adoção do mesmo tipo de revestimento, o conjunto caracteriza-se pela homogeneidade da sua imagem exterior. Este facto resulta, não só das diferentes volumetrias, mas também dos diversos tratamentos dados aos materiais de revestimento.

1.7.2. Interior

Sobre o período medieval, surgem algumas dúvidas, quanto ao tipo de acabamentos.

Nas paredes restam ainda vestígios das argamassas brancas. Os pavimentos seriam provavelmente, como ainda hoje, em soalho, e ao nível do solo é provável que se tenha mantido a terra batida.

No período dos finais do séc. XVI e séc. XVII, corresponde ao corpo do claustro, e é muito vincada a relação entre as funções espaciais e materiais de revestimento. Estabelece-se uma clara distinção dos materiais de revestimento entre zonas comuns e zonas mais privadas e ainda nas zonas de circulação.

No piso inferior, correspondente às zonas comuna, a grande superfície de pavimento é coberta por um lajeado de granito. Ainda neste piso, existem dois tipos de pavimentos: o soalho nos espaços de estar e a terra batida nas adegas. As paredes recebem um tratamento em reboco pintado a branco, na sua maioria. O refeitório e a sala do capítulo recebem, por sobre as paredes brancas, um lambril em azulejo enxaquetado (azul e branco), em que o desenho é composto por azulejos quadrangulares, contornado por uma barra contínua constituída por três filas de azulejos onde o branco toma a posição central relativamente ao azul. A cozinha e a adega parecem não ter recebido qualquer revestimento, permanecendo as paredes em granito. Os tectos, ainda no piso inferior. Embora nos restem poucos vestígios, seriam em madeira.

O piso superior, mais privado, possui uma menos diversidade de acabamentos.

As paredes são em reboco, pintado a branco, apresentando em algumas celas, um pequeno friso em madeira colocado um pouco acima do nível das portas.



Imagem 80 – Azulejos do refeitório



Imagem 81 – Azulejos do claustro

As zonas de circulação têm um tratamento diferenciado. Os paramentos em reboco pintado recebem nos dois pisos um lambril de azulejo em enxaquetado, também azul e branco, mas com características diferentes dos do refeitório e sala do capítulo, possui um desenho mais elaborado, com uma maior variação de azulejos em termos de forma e dimensão: os azulejos são quadrangulares e rectangulares contornados por uma barra semelhante à do refeitório e sala do capítulo. (imagens 80 e 81)

À semelhança da maioria dos espaços, no piso inferior, o pavimento da galeria é revestido em lajes de granito, prolongando-se este tratamento em pedra através da circulação vertical. No piso superior, similarmente aos outros compartimentos, o pavimento é em soalho. Esta diferença de pavimentos confere um carácter diverso aos espaços de circulação nos dois pisos.

A distinção dos dois espaços de circulação é ainda reforçada pelo tratamento dos tectos. O piso inferior é coberto por um tecto horizontal em madeira. No piso superior, o tecto caracteriza-se pela forma de abóbada.

A igreja barroca, totalmente rebocada pelo interior, apresenta ainda vestígios de alguns frescos nas paredes da nave. A cúpula, em tijolo burro, era também rebocada e pintada.

A torre com paredes e degraus em granito, não apresenta vestígios de qualquer revestimento.

1.7.3.Paredes

O torreão caracteriza-se por apresenta um aparelho regular constituído por pedras de média dimensão, em que as paredes exteriores e também interiores se apresentam com espessuras semelhantes devido à função estrutural que ambas possuem. No piso superior, a parede periférica, de características semelhantes sofre, no entanto, uma redução substancial da sua espessura. (imagem 82)

O outro tipo de parede corresponde aos tramos existentes da provável antiga igreja. Possuindo características muito diversas das do torreão, estas paredes caracterizam-se essencialmente pela qualidade do seu aparelho, de junta seca. As pedras muito bem talhadas, de dimensões superiores às do torreão são assinaladas pela presença de diversas siglas. De características

semelhantes, a diferença essencial dos dois tipos de parede consiste na sua espessura. A parede menos espessa, possui uma espessura semelhante às dos pisos inferiores do torreão: 4 palmos. A outra, de espessura considerável, comportava um portal de várias arquivoltas, devendo-se muito provavelmente a este facto o exagero da sua dimensão.

Estes dois tipos de paredes possuem uma característica comum, pois os seus aparelhos são semelhantes tanto no interior como no exterior. As diferenças existentes entre os aparelhos do torreão e da antiga igreja podem encontrar justificação não só na diferença das datas de edificação, mas também na representatividade das funções exercidas nas suas construções.

A maior variedade de tipos de parede existentes em Maceira Dão, é proveniente da intervenção iniciada no séc. XVI. Esta variedade, para além da clara distinção entre paredes estruturais e não estruturais, regista-se ainda nas diferenças que se podem estabelecer nas paredes estruturais.

Distinguindo-se ao nível das espessuras, a diferença essencial entre paredes estruturais e não estruturais regista-se quanto ao material e técnicas de construção utilizadas, sendo que as paredes não estruturais são em taipa (saibro e ripa), de espessura fina (aproximadamente 20 cm). As paredes estruturais, por seu lado, são construídas em granito, dividindo-se em portantes e de travamento. As paredes de travamento, possuindo uma espessura inferior à das portantes, caracterizam-se pelo facto de existirem apenas no piso inferior, e ainda pelo seu aparelho tosco.

Suportando os soalhos e a cobertura, as paredes portantes podem subdividir-se ainda em exteriores e interiores. As espessuras, embora semelhantes no piso inferior, diferem no piso superior, tornando-se mais estreitas nas paredes interiores. É, no entanto, ao nível do aparelho que as diferenças se tornam mais evidentes. As paredes interiores, possuem um aparelho extremamente tosco preparado para receber uma acabamento final em reboco, como ainda hoje se pode verificar na sua grande maioria.

As exteriores, com um aparelho também bastante tosco pelo interior, apresentam no entanto um aparelho bastante cuidado no seu exterior. As pedras, de dimensão considerável, são muito bem talhadas e assentes em fiadas sucessivas de junta seca. As paredes exteriores, possuem assim dois



Imagem 82– Aparelho do torreão



Imagem 83– Aparelho do edificado conventual



Imagem 84 – Aparelho da igreja (interior)

tipos de acabamento diversos, sendo apenas a superfície interior rebocada, já que a exterior, pela qualidade do seu aparelho, se destinava a ficar à vista.

(imagem 83)

Na intervenção barroca podem ainda encontrar-se dois tipos diversos de paredes.

As que envolvem a nave possuem uma espessura de aproximadamente 2.20m, apresentando um aparelho muito irregular. Estas características devem-se, muito provavelmente, ao facto desta parede servir de suporte à cúpula de tijolo que fecha a nave oval.

As paredes da capela – mor, de menor espessura (1,5m), apresentam um aparelho também irregular sendo, no entanto, os pontos mais sensíveis (cunhais e parede do altar mor), tratados com um aparelho mais cuidado, constituído por pedras mais regulares e de maior dimensão.

Trata-se, na sua maioria, de um aparelho muito irregular, o que obrigava com certeza ao revestimento destes paramentos. (imagem 84)

Todas as épocas apresentam diversos tipos de parede, consistindo as diferenças apenas na introdução de pequenas variáveis de tal modo relacionadas entre si que se tornam ao mesmo tempo causa e efeito. A espessura difere com a qualidade do aparelho e a função estrutural.

Por sua vez a qualidade do aparelho varia conforme a função estrutural, a espessura e o efeito plástico pretendido. A qualidade do aparelho produz efeitos visuais e plásticos muito diversos: um aparelho tosco ou irregular dá origem a uma superfície rebocada lisa, um aparelho cuidado produz uma superfície rugosa, é o granito que se mostra.

1.7.4. Soalhos

Pode observar-se no torreão dois diferentes tipos de resolução deste problema. O primeiro soalho elevado assenta em cachorros possibilitando às paredes a manutenção da espessura do primeiro para o segundo piso, contudo, deste para o terceiro, há uma diminuição na espessura das paredes, proporcionando a superfície necessária para o assentamento do segundo soalho.

No corpo dos claustros, registam-se algumas diferenças técnicas em relação ao torreão, sendo de salientar o aumento do vão entre a estrutura, os apoios pontuais das colunas do claustro e o sistema de encastramento dos soalhos. De um modo geral, os soalhos são encastrados directamente nas paredes, sem o recurso a qualquer tipo de apoio. Exceptua-se, no entanto, o caso das paredes interiores, em que o estreitamento da parede no piso superior, permite um apoio directo do soalho sobre a estrutura.

A igreja barroca, com um piso único, encontra-se actualmente com piso de terra batida.

Capítulo 2: A Ordem de Cister e Portugal

2.1. Cister e a Implantação dos mosteiros

A abadia de Cister é fundada em França com o intuito de incutir um maior rigor no seguimento da regra de S. Bento. Esta Ordem, fundada em 529, cedo se transforma numa enorme comunidade religiosa que se espalha pela Europa, assistindo-se a uma reorganização do espaço rural europeu assente nas estruturas monásticas. A regra beneditina, defensora e incentivadora do trabalho intelectual bem como do manual, o que reflectindo-se no aspecto geral das edificações, dava origem a um edifício estruturado em torno do espaço central dos claustros, o qual, a par da igreja, forma o conjunto das construções essenciais à vida do mosteiro.

A prática litúrgica assiste, também ela, a alterações fomentadas pela existência de um cada vez maior número de fiéis. Houve a necessidade de uma hierarquização do espaço, com o objectivo de possibilitar o melhor desenvolvimento dos rituais. Com a presença dos fiéis analfabetos, outras necessidades surgiram, sendo exemplo disso a transmissão das passagens bíblicas e a decoração, que passou a ser o meio mais utilizado para a divulgação de toda a informação.

Os mosteiros vivem uma época de prosperidade, reflectindo-se nas novas construções, não apresentando já a austeridade expressa pela regra de S. Bento. Contrapondo-se ao bem-estar da classe religiosa, o povo vivia na miséria.

No ano de 1098, época de decadência moral, caracterizada por um desregramento e ostentação de vida religiosa, vinte e dois frades instalaram-se em Citeaux (França), num local ermo, a fim de por em prática de modo estrito e rigoroso os ditames da regra de S. Bento.

Pouco tempo depois começava a sua expansão ideológica acompanhada por uma forte estruturação interna, e, obedecendo a uma hierarquização vincada, os novos mosteiros tornam-se dependentes das casas fundadoras.

- 1- Igreja
- 2- Porta do cemitério
- 3- Coro dos conversos
- 4- Sacristia
- 5- Claustro
- 6- Fonte
- 7- Sala Capitular
- 8- Dormitório dos monges
- 9- Dormitório dos noviços
- 10- Latrinas
- 11- Caldarium
- 12- Refeitório
- 13- Cozinha
- 14- Refeitório dos conversos

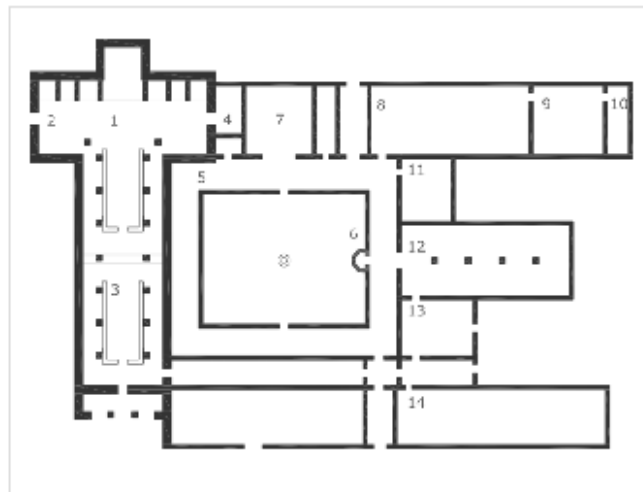


Imagem 85– Planta tipo cisterciense

Nos seguidores cistercienses, a busca de Deus era permitida através da ascese e do despojamento total, sem qualquer tipo de solicitações externas á alma. Fraternidade, pobreza, simplicidade e silêncio são as palavras-chave da espiritualidade cisterciense, em que o sustento deveria surgir do trabalho das suas mãos, do cultivo das terras e da criação dos animais.³²

A regra de maior importância para a instalação dos monges era a da escolha do local de implantação do edifício, que deveria ser em local isolado e no meio das matas, junto a uma linha de água., e para assegurar a sua sobrevivência deveriam construir domínios agrícolas que viriam a ser explorados pelos conversos, evitando assim que os monges saíssem da clausura a que estavam votados.

Esta e outras regras definiam um “plano tipo” que seria adoptado nos conventos da Ordem e que ditava a organização interior do mosteiro, estabelecendo relações entre os diversos espaços, chamando lugares regulares, tais como igreja, refeitório, dormitório, claustro, hospedaria e portaria. (imagem 85)

A igreja era o elemento que definia a orientação do conjunto e deveria ser implantada no ponto de cota mais elevada com a cabeceira orientada a Nascente. O resto da construção localizar-se-ia à direita ou à esquerda da igreja (a Sul ou Norte), situando-se o seu lado oposto no ponto de cota mais baixa, junto á linha de água.

O edifício organizava-se em torno do espaço central do claustro onde as suas galerias tomavam nomes diversos conforme a sua posição relativa: galeria junta à igreja, chamada galeria da leitura; a galeria a nascente, adoptava o nome de galeria do capítulo pela sua relação com esta sala; o do lado oposto à da leitura tomava o nome de galeria do refeitório, sendo que o nome de cada uma das galerias do claustro estava relacionado directamente com as funções mais importantes de cada uma das alas.

A ala nascente (ala dos monges) estava destinada a comportar a sacristia, a sala do capítulo e a sala dos monges e a escada de acesso ao dormitório localizado no piso superior.

³² NASCIMENTO, Aires A.- Os Documentos Primitivos. tradução, introduções e comentários. pág. 59

A ala paralela à igreja (ala do refeitório) era ocupada pelo calefatório, refeitório e cozinha. O refeitório era, regra geral, perpendicular ao claustro, comunicando com a cozinha através do passa-pratos. Frente à entrada do refeitório localizava-se o lava-mãos.

Localizada a poente situava-se a ala dos conversos e albergava o refeitório dos conversos, o celeiro e no piso superior o dormitório dos conversos. Esta ala estava separada da galeria através de um corredor, ao qual davam o nome de “ruela dos conversos” (este corredor isolava os conversos do resto do mosteiro, impedindo o acesso livre ao interior dos claustros). Era através desta ala que se fazia o acesso ao interior do mosteiro.

O mosteiro cisterciense era ainda constituído por outras construções exteriores ao edifício principal – portaria, hospedaria, enfermaria, moinho, etc., e todos os mosteiros obedeceram, de certa forma, a estas regras, introduzindo-lhe algumas modificações quando era necessário, sendo no entanto a essência do plano sempre respeitada, acabando o sentido do utilitarismo/funcionalismo por permanecer como elemento regulador de toda a estrutura.³³

Relativamente ao mosteiro de Maceira Dão, não se sabe com exactidão como seriam as construções antigas, no entanto, a intervenção dos finais do séc. XVI e XVII parece regular-se, de certa forma pelo plano tipo (embora nesta época o plano já tivesse caído em desuso).

Ao nível da implantação, o esquema repete-se: localização cuidadosamente escolhida, numa planície fértil e de forte propensão agrícola, junto a um curso de água, que para além de fornecer água ao complexo, servia ainda para a irrigação dos campos.

Em relação à localização da igreja primitiva, esta encontrava-se como anteriormente já referido), à semelhança da posição actual, ocupando o espaço de cruzamento das duas alas norte e nascente, e estava situada no ponto de cota mais elevado e com a cabeceira virada a nascente.

As restantes construções localizam-se a sul da igreja, e aproximam-se da zona de cota mais baixa e da linha de água

³³ *Loc. Cit.* SANTOS, Ana Paula Nabais, SILVA e Victor M.C. Leite, pág. 41

Estando organizado em torno do espaço do claustro, o edifício acaba, no entanto, por “fugir” a certas regras, principalmente pelo modo de distribuição dos espaços que o constituem: o refeitório define uma posição paralela ao claustro, contrariando assim o estabelecido pela regra. Outro exemplo encontra-se ao nível das relações da igreja e o espaço central do claustro, perdendo a sua relação directa: a igreja deveria ocupar uma das alas do edifício (norte ou sul), e no entanto, apresenta-se como construção quase autónoma. A ala norte, (liberta então da posição da igreja) ocupa funções de adega, lagares e um celeiro. È nas alas nascentes e sul que se podem encontrar semelhanças ao nível do plano tipo: a nascente mantém as características que lhe são atribuídas, conservando a sala do capítulo, acesso às celas (outra diferença relativamente ao plano, uma vez que seria espaço de dormitório e não celas) e ainda o acesso aos dormitórios agrícolas do mosteiro (salas de trabalho?), à excepção da inexistência da sacristia no seu topo norte, e a ala sul, albergava as salas de trabalho e a cozinha.

2.2. Implantação dos mosteiros em Portugal

A Ordem de Cister estabelece-se em Portugal em 1140, acompanhando a formação do território e a afirmação política da 1ª dinastia, apoiando as pretensões independentistas de Afonso Henriques em Roma. O rei por seu lado, favorece a expansão da Ordem no território nacional, tornando-se assim na ordem monástica mais poderosa em Portugal e estende os seus mosteiros nas regiões de norte e centro através da mudança de observância e de filiações, ocupando antigos cenóbios em decadência, renovando-os material e espiritualmente, ou exercendo influência decisiva em comunidades monásticas seguidoras da Ordem de S. Bento (como foi o caso com Maceira Dão), muito comuns entre Douro e Minho, e em comunidades eremitas que não se encontravam submetidas a rígidas regras comunitárias convertendo-as ao seu modo de vida, como por exemplo S. João de Tarouca, a primeira instituição cisterciense no território português ligado a Claraval, ou então criadas de raiz, como é o caso de Alcobaça, que se transformará na “cabeça principa”l da

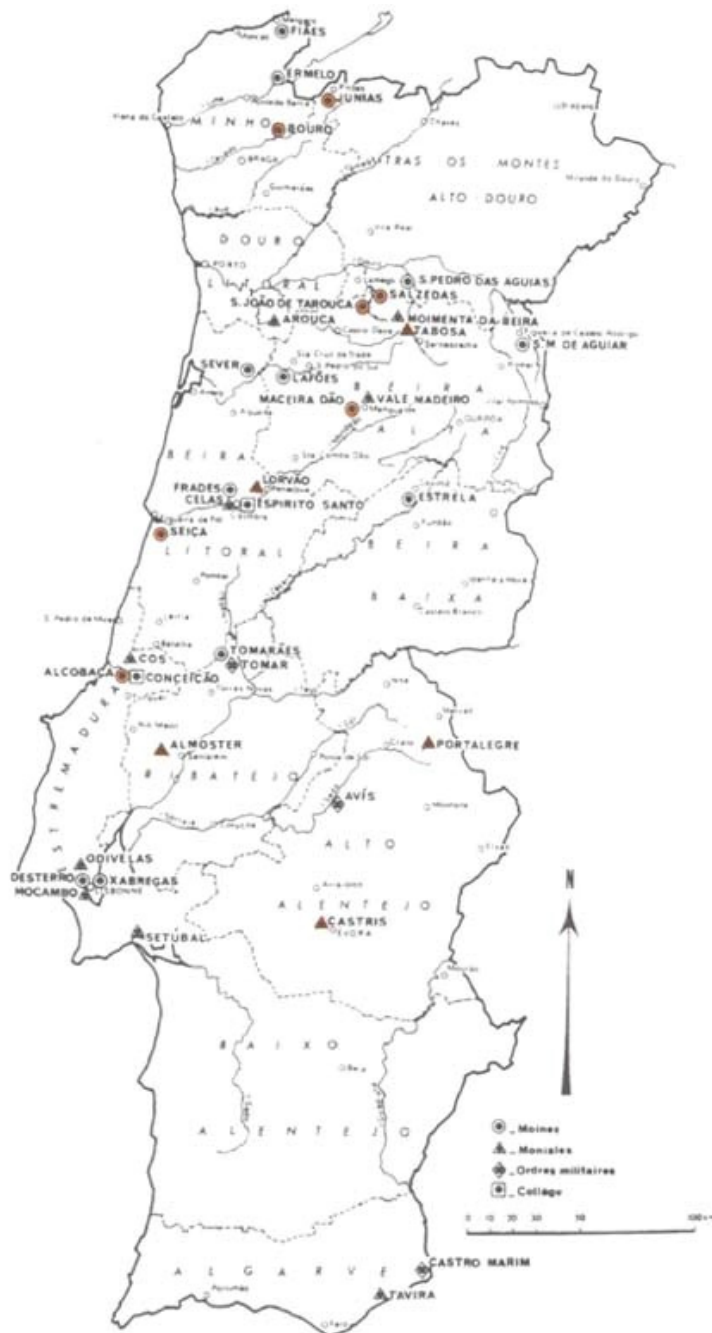


Imagem 86– Localização dos mosteiros cistercienses

Ordem³⁴. Exemplificando, Tarouca, ligada directamente a Claraval filiará Lafões, Salzedas, Sever, Aguiar, Águias, Junias e Fiães o qual por sua vez filia Ermelo, e por outro lado Alcobaça que filia Tomarães, Bouro, Seiça, Maceira Dão, Estrela e Almaviza.

A importância dos mosteiros cistercienses no período medieval era desigual, quer pelo número de religiosos, actividade cultural e pastoral desenvolvida, quer, acima de tudo pelos níveis de riqueza económica de cada qual, todos se distinguiam mutuamente.³⁵

Os “monges brancos” contribuíram para a cultura e espiritualidade do condado Portucalense e no ordenamento do território com a colonização e desenvolvimento das vastas áreas que ocuparam com a aplicação de técnicas agrícolas inovadoras e intensivas e uma grande disciplina de organização do espaço: desbravamento de terras, planificação de sistemas hidráulicos com encanamento e encaminhamento de caudais, construção de condutas subterrâneas ou regularização das margens de rios e ribeiras que ainda hoje marcam a paisagem rural. (imagem 86)

A questão de enumeração dos mosteiros cistercienses portugueses filiados na Ordem de Cister ainda hoje se encontra em aberto, e entre vários estudiosos da Ordem. D. Maur Cocheril, em 1967, apresenta uma cronologia composta por 20 mosteiros masculinos, sendo eles: S. João de Tarouca (1143-1144), S. Tiago de Sever (1143-1144-suprimido séc. XIII), S. Pedro de Mouraz (1151-1152), Santa Maria de Alcobaça (1153), S. Cristóvão Lafões (entre 1161 e 1169), S. Pedro das Águias (depois de 1170), Santa Maria de Maceira Dão (antes de 1194), Santa Maria de Seiça (1195), Santa Maria do Bouro (1195), Santa Maria de Salzedas (antes de 1196), Santa Maria de Aguiar (fim séc. XII), Santa Maria do Ermelo (1ª metade séc. XIII), Santa Maria Estrela (1220), Santa Maria de Almazina (ou S. Paulo de Frades 1221), Tomarães, Santa Maria das Júnias (1248), Xabregas (1429), Espírito Santo (ou Colégio de S. Bernardo, Coimbra 1550), Nossa Senhora da Conceição Alcobaça (Colégio 1648), Nossa

³⁴ GOMES, Saul António, *Visitações a Mosteiros Cistercienses em Portugal, Séculos XV e XVI*, pág. 10

³⁵ *Ibidem*. pág. 15

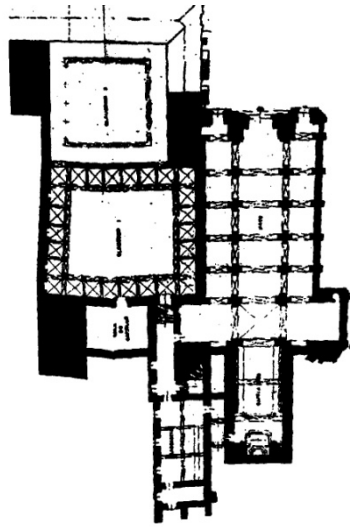


Imagem 87 – Santa Maria de Salzedas

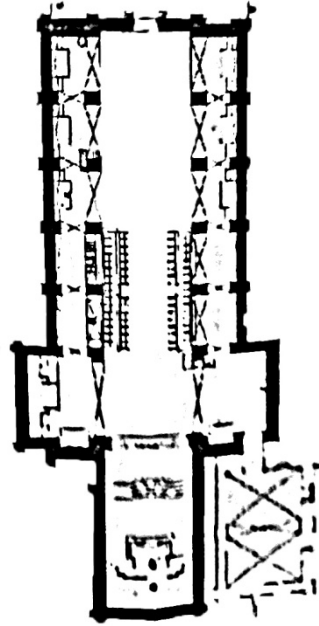


Imagem 88– São João de Tarouca

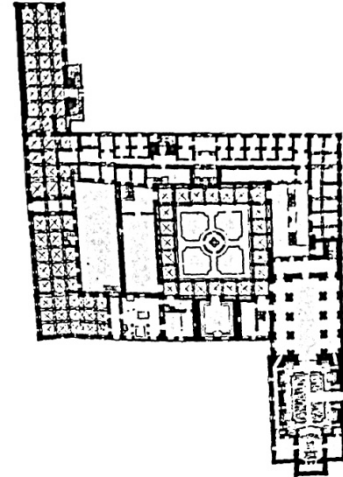


Imagem 89– São Paulo de Arouca

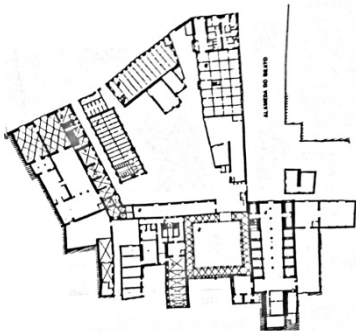


Imagem 90 – São Bento de Xabregas

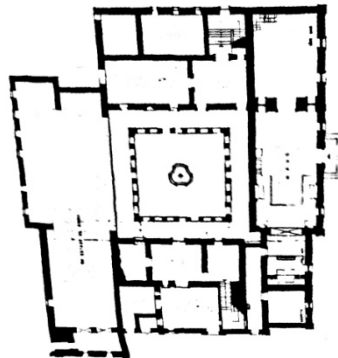


Imagem 91– Nossa Senhora da Assunção

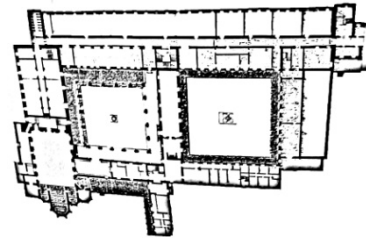


Imagem 92– São Dinis de Odivelas

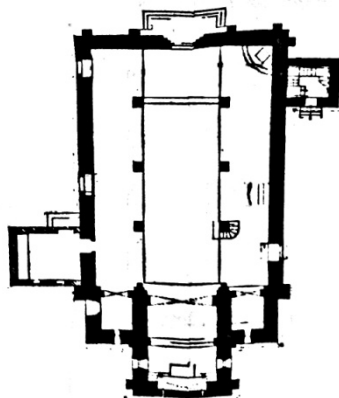


Imagem 93– Santa Maria de Fiães

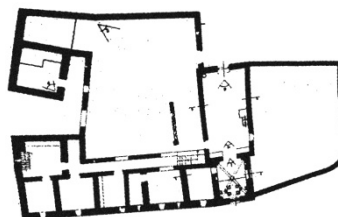


Imagem 94– Santa Maria de Pitões das Júnias

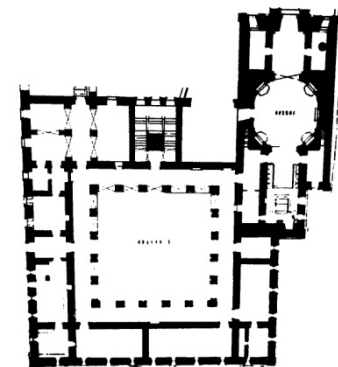


Imagem 95– São Cristóvão de Lafões

Senhora da Nazaré Setúbal (refúgio depois terramoto de Lisboa 1756), e Nossa Senhora do Desterro de Lisboa (1763); 13 casas de monjas: S. Mamede de Lorvão (1206- 1210), Santa Maria de Celas em Coimbra (1214), S. Pedro de Arouca (1224), Santa Maria das Bouças (1224), São Bento de Castris Evora (1275), São Dinis de Odivelas (1295), Santa Maria do Cós (1241 ou 1300), Santa Maria de Almoster (1287 ou 1300), Santa Maria de Tavira (1530), São Bernardo Portalegre (1531), Nossa Senhora da Purificação de Moimenta da Beira (1506), Nossa Senhora da Nazaré de Lisboa (Mocambo 1653) e Nossa Senhora da Assunção de Tabosa (1692).³⁶ (imagens 87 a 110)

Onze anos depois o mesmo autor apresenta um mapa onde considera terem existido 18 mosteiros masculinos, 14 femininos, bem como 2 colégios e 3 posições de ordens militares. As alterações consistiam na saída dos mosteiros de Mouraz e de Bouças, e na entrada do mosteiro feminino de Vale Medeiro, bem como na passagem a mosteiro de monjas de Nossa Senhora da Nazaré de Setubal, que no quadro de 1968 se classificava como masculino. Tomar, Avis e Castro Marim eram os 3 locais correspondentes às ordens militares. Os 2 colégios da Ordem são o do Espírito Santo em Coimbra e Nossa Senhora da Conceição de Alcobça.

Com base nestas contagens, o IPPAR procede em 1998 á elaboração do seu próprio levantamento, no contexto na elaboração do programa “Itinerários do Património Cisterciense”. Neste trabalho foram identificados 40 casos no território nacional, repartidos em 30 mosteiros masculinos e femininos (introdução de Salzedas e do Mosteiro de Castro de Avelãs, ficando ausentes os mosteiros de Mouraz e de Setúbal), 2 colégios e 3 locais dedicados a ordens religiosas (que se mantêm) e 5 mosteiros desaparecidos (mosteiro de São Tiago de Sever, São João de Vale Medeiro, Santa Maria de Tomarães, São Salvador de Bouças e Santa Maria de Celas de Alenquer)³⁷.

³⁶ COCHERIL, Fr. Maur – Cistercienses. pág. 48

³⁷ LACERDA, Manuel - Programa Itinerários do Património Cisterciense. pág. 691

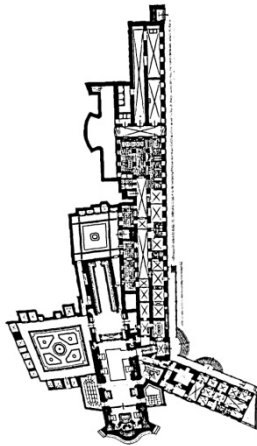


Imagem 96– Santa Maria de Lorvão

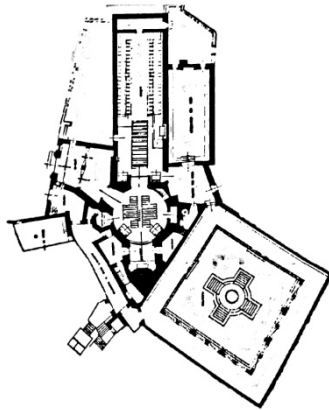


Imagem 97– Santa Maria de Celas

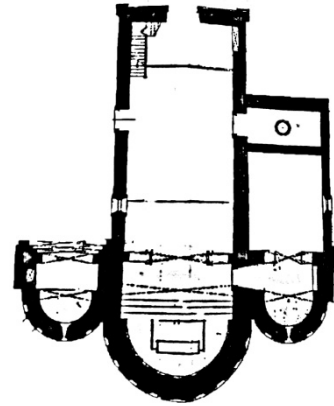


Imagem 98– Castro de Avelãs

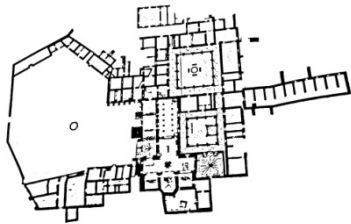


Imagem 99– São Bernardo de Portalegre

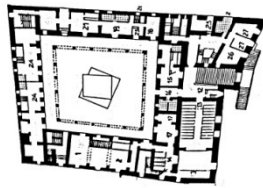


Imagem 100– Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo

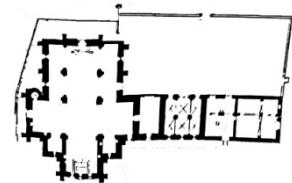


Imagem 101– Santa Maria de Aguiar

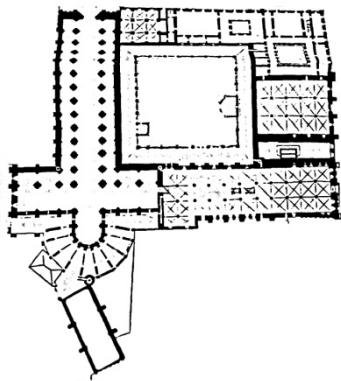


Imagem 102– Santa Maria de Alcobaça

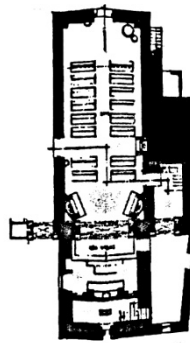


Imagem 103– São Bento de Ermelo

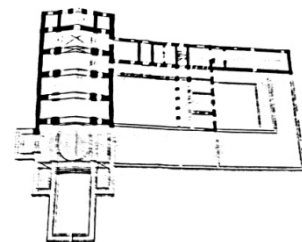


Imagem 104 – Santa Maria de Seixa

2.3. Evolução/ adaptações dos mosteiros em Portugal

Duas épocas marcam o desenvolvimento da Ordem de Cister, a primeira que corresponde à divulgação dos ideais da ordem vindos de França no séc. XII, e a segunda, cinco séculos mais tarde (sécs. XVI e XVII) relativa á retoma de alguma importância perdida nas convulsões sociais e políticas do final da Idade Média e do flagelo dos abades comendatários, assistindo-se nesta segunda época a profundas reconstruções como foi o caso de Maceira Dão, Bouro, Salzedas, e novas fundações, por exemplo em Tavira, Portalegre, Setúbal e Lisboa.

Num estudo dos mosteiros da Ordem de Cister pode verificar-se que se tornaram numa sobreposição de intervenções realizadas ao longo da sua existência. Essas transformações que compreenderam desde novos revestimentos a intervenções mais ou menos profundas, traduziram-se “em demolições, acrescentos e ampliações que os foram adequando às necessidades e “gostos” de cada época. Exemplo desses factos é o mosteiro de Maceira Dão, que se apresenta como o resultado de um crescimento volumétrico ao longo dos tempos com intervenção nova e radical a partir do séc. XVII, à semelhança de Santa Maria do Bouro, que não se apresenta como edifício unitário mas sim que se foi construindo, onde deixa transparecer, *“nas suas diferentes partes, os diversos projectos que enformaram a construção inicial e as sucessivas modificações e ampliações posteriores”* nomeadamente pelas *“significativas modificações na distribuição funcional dos espaços, reveladores de uma sábia adaptação a novas necessidades decorrentes do crescimento da comunidade.”*³⁸

Outro caso de evolução arquitectónica é o de Salzedas, onde o templo medieval (de dimensões planimétricas imponentes) foi reformado no séculos XVI-XVII e XVIII, tendo-se reerguido a fachada e destruído a abside e os absídolos centrais, embora, no entanto, devido às grandes dimensões que a

³⁸ FONTES, Luís Fernando de Oliveira - Mosteiro de Santa Maria do Bouro.p. 541

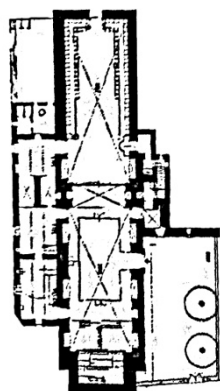


Imagem 105– Santa Maria de Cós

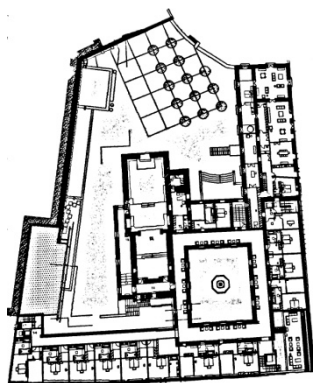


Imagem 106– São Pedro das Águias

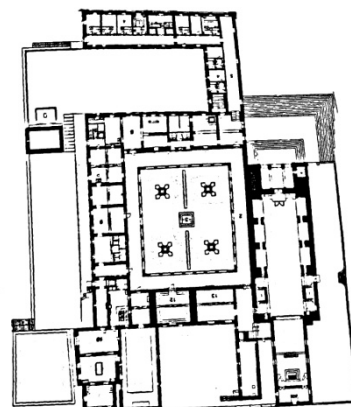


Imagem 107– Santa Maria do Bouro



Imagem 108– São Bento de Castras

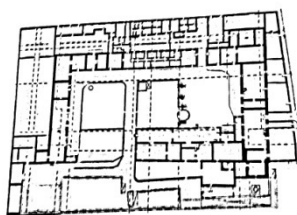


Imagem 109– Nossa Senhora da
Piedade

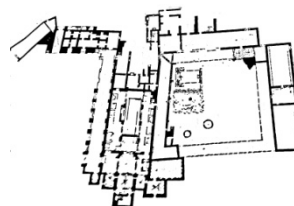


Imagem 110– Santa Maria de
Almofter

igreja já possuía, foi considerada da como uma caixa onde se colocou uma outra³⁹, de aparência ao gosto da época.

Em perspectiva, os mosteiros proporcionam à cidade contemporânea, sobretudo a partir do séc. XIX e XX espaços expectantes ou novos campos de experimentação de vertentes tão diversas como reabilitação, reutilização, renovação, reconversão, sendo novos espaços que se adaptam a novas situações, a novos usos, em suma, actualizam-se incluindo e integrando, na sua história, os valores do presente.

Este edificado foi sujeito a várias adaptações, nomeadamente investimentos de municípios, como é o caso da Câmara Municipal de Lisboa, no Mosteiro de Nossa Senhora da Nazaré do Mocambo (convento das Bernardas, localizada na Madragoa), que actualmente é o Museu de Marioneta, com 34 habitações, zonas de comércio e um restaurante ou o caso da Câmara Municipal de Coimbra, que se preocupou em revitalizar, e fez uma reconversão paisagística da Casa do Colégio de São Bernardo (Antigo Colégio do Espírito Santo) e que nos dias de hoje tem fins habitacionais e comerciais (à semelhança de Lisboa).

Foram sujeitos a outros usos: hospitalares, no caso do mosteiro de Lorvão, Nossa Senhora do Desterro ou Santa Maria de Celas, que é actualmente ligado ao hospital Pediátrico de Coimbra; industriais, como se verifica no caso do mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Tavira que passa por fábrica de Moagem encontrando-se em nova transformação e adaptação em condomínio fechado, ou o mosteiro de Santa Maria de Seiça que foi fábrica de descasque de arroz, que pela sua importância teve um apeadeiro próprio de uma linha de caminho de ferro; educacionais ou instituições de Estado, como em S. Dinis de Odivelas, São Bento de Castriz, Nossa Senhora Nazaré em Setúbal ou Nossa Senhora da Conceição de Portalegre, que é transformada em Escola Prática do Agrupamento de Instrução – GNR.

³⁹ GAMBINI, Lúcia Inês - Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: o enigma das origens, campanhas artísticas, reformulações estéticas. pág. 283

Outros ainda foram apoiados pelo Estado e entidades Privadas como é o caso de Pousadas de Portugal, em Santa Maria do Bouro, reconvertida em Pousada de Santa Maria do Bouro. Este não era um edifício unitário, estilisticamente homogéneo, mas sim um monumento que se foi construindo⁴⁰ e reconstruindo.

Estes são alguns exemplos da riqueza arquitectónica dos mosteiros cistercienses, fruto de inúmeras intervenções realizadas ao longo dos tempos, e, por isso, consideração e conhecimento devem ser postas na reconstituição histórica de conjuntos monásticos, pois constituem-se como o produto de séculos de intervenções, que indiferentemente de terem sido mais ou menos significativas ou intensas, são, nos dias de hoje, igualmente significativas, quer para a compreensão do passado e presente do edifício, quer para participarem no seu futuro.

⁴⁰ Loc. Cit FONTES, Luís Fernando de Oliveira. pág. 451

SEGUNDA PARTE: INTERVENÇÃO NO PATRIMÓNIO

“ (...) A noção de monumento estende-se não só às grandes criações, mas também às obras modestas que adquirem com o tempo um significado cultural. Cada monumento antes de ser pedra, tijolo, argamassa ou vidro, é um sonho, um reflexo da alma do seu criador.

(...) E se queremos conservar o património e mantê-lo vivo, afectá-lo, eventualmente a uma nova função, é preciso estarmos seguros que ele mergulhará na alma, de que ele passará por uma nova existência, ao nível do sonho e da utilidade, antes de proceder à substituição de pedras deterioradas ou de obstar às infiltrações de água.

(...) As pessoas exigiram que lhes fosse devolvida a qualidade específica daqueles pedaços antigos e carregados de memória (...).”⁴¹

Património é algo que se usa e que se guarda para transmitir.

Na reutilização patrimonial estão sempre presentes, pelo menos, duas dimensões: a de uma reutilização pragmática do existente e a de uma reutilização cultural.⁴²

Desde há mais de um século e de forma contínua que a questão do valor e da defesa do património tem ganho grande interesse e destaque.

De facto, *“a velocidade impressionante das mudanças históricas associadas à Modernidade, criaram a nostalgia e a necessidade de autenticidade, do enraizamento, de uma paragem para identificação - das culturas, dos povos, dos indivíduos”.*⁴³

Em relação a intervenção e salvaguarda do Património, Nuno Portas ressalva que, *“neste presente precário, provisório, flexível, eventualmente fiel à sua experiência histórica de resistência e experimentalismo, de pragmatismo realista na dialéctica mediação entre tradição e transformação, a situação da arquitectura em Portugal sugere como tarefa estimulante para os próximos anos a procura de real – o Homem e o lugar - determinando a cada momento condições de síntese: construir no construído, sem nostálgica ou científica salvaguarda reutilizadora do existente; mas revelação inteligível dos gestos do*

⁴¹ Carta de Veneza (ICOMOS, 1964)

⁴² AGUIAR, José - Memória, cidade e projecto, I Congresso da Ordem dos Arquitectos, Évora 2000”

⁴³ COSTA, Alexandre Alves - A arte de construir a transformação. pág.124

ofício como exigência do equilíbrio, e libertação da identidade veiculada na e pela noção de modificação transmitida no procedimento do desenho da transformação parcial.⁴⁴

44 PORTAS, Nuno, MENDES, Manuel - *Arquitectura Portuguesa Contemporânea*. pág. 102-103

Capítulo 3: Valores e Fundamentos de intervenção no Património

O património, inicialmente associado à ideia de “herança paterna” ou aos “bens de família”, tem, hoje, de assumir um papel activo no desenvolvimento da sociedade “*de modo a que não seja mais visto como obstáculo à modernização*”.⁴⁵

Segundo Françoise Choay é possível identificar três “valores” que caracterizam uma determinada estrutura edificada e lhe conferem o estatuto de “monumento histórico”.⁴⁶

Um primeiro desses valores que caracterizam qualquer estrutura edificada e lhe pode conferir o estatuto de património é o valor Económico. Este consiste na “mensuração financeira do objecto, sendo esta consideração subjectiva, devido à “carga efectiva” que envolve” o Património. Este parâmetro é significativo devido a ser fonte de polémica para os seus proprietários, que por norma se ressentem com as medidas de protecção impostas aos seus imóveis.

Outro valor é o Artístico ou Estético: esta uma característica intrínseca do objecto arquitectónico, urbano ou arqueológico, sendo que numa primeira fase foi enquadrada como aplicável à antiguidade clássica, grega ou romana. Depois do Renascimento, o conceito alarga-se progressivamente, acompanhando o desenvolvimento do saber científico, passando a ser aplicável a todos os vestígios do passado que também seriam merecedores de atenção, como os monumentos do Românico ou Gótico, posteriormente é acrescentado aos valores patrimoniais o valor nacional, atestando uma “democratização patrimonial”, até que, chegando ao séc. XX, esta ideia evolui e são introduzidas também as arquitecturas industrial, corrente, e vernacular.

Por último, há o valor cognitivo ou de Memória. Relembre-se que o vocábulo latino *monumentum* deriva de *monere*, o que interpela a memória. Significa aquilo que se destina a transmitir, á priori, factos, ritos ou crenças que se pretendem legar às gerações futuras, de forma a contrariar a acção

⁴⁵ FLORES, Joaquim de Moura, “Património”. Do monumento ao Território. pág. 11

⁴⁶ *Loc. Cit.* CHOAY, Françoise, pág. 138

dissolvente do tempo, perpetuando a identidade e os caracteres distintivos de uma cultura. Inversamente o monumento histórico adquire este valor á posteriori, ou seja, é eleito por uma sociedade de entre um conjunto de obras por representar valores que lhe conferem uma identidade própria. As sociedades escolhem-nos e exigem a sua conservação, em nome da sobrevivência da memória e delas próprias.⁴⁷

Recentemente, a “consciencialização” relativamente aos problemas e desafios inerentes á salvaguarda do património tem provocado imensas abordagens, critérios e interpretações sobre os bens patrimoniais a preservar e sobre a forma prática de o fazer.

Assim sendo, acções de defesa e conservação do património procuram apoiar-se em normas e directivas, elaboradas por organismos direccionados para a salvaguarda da identidade histórica e cultural, sobretudo pela UNESCO, pelo Conselho da Europa e pelo ICOMOS, entre outros, *“apelando todas para a preservação da herança natural e cultural da comunidade humana. Estes textos conduzem a conclusões e interpretações que ficam a cargo de cada um, que soma á leitura de tais documentos a sua experiência e particular visão dos problemas.”*⁴⁸

Os documentos que se destacam nesse panorama são as Cartas Internacionais (Carta de Atenas, de 1931, Carta de Veneza, de 1964, e a Carta europeia do Património Arquitectónico de 1975), documentos de referência na maioria das intervenções contemporâneas do Património, influenciando arquitectos e profissionais, assim como a maior parte dos outros textos referentes a este tema.

A “Carta de Atenas do Restauro” de 1931, é um texto que apresenta as conclusões da conferência realizada pelo conselho Internacional de Museus em Atenas. Foram abordadas matérias directamente relacionadas com os monumentos da cidade, e foi introduzido o conceito de “património

⁴⁷ *Loc. Cit.* FLORES, Joaquim de Moura, pág. 12

⁴⁸ *Loc. Cit.* CUNHA, João Pedro F. G. Alves da , pág. 13

internacional e previu-se um procedimento de solidariedade internacional no plano jurídico, assim como no plano científico.⁴⁹

Deste documento resultam conclusões que apresentam ainda alguma actualidade:

- os documentos devem ser utilizados, respeitando sempre o seu carácter histórico ou artístico;
- é preferível conservar os monumentos a restaurá-los, mas quando tal for inevitável, deverá ser respeitada a obra histórica e artística do seu passado, abandonando-se o princípio da unidade de estilo;
- é aceitável a prática da anastilose no restauro, bem como a introdução de materiais e técnicas modernas para a consolidação dos edifícios antigos. Em qualquer dos casos, a intervenção deve ser passível de reconhecimento;
- devido a ameaças cada vez mais intensas dos agentes atmosféricos, o restauro deve ser acompanhado por especialistas físicos, químicos e biológicos. De igual modo deve ser efectuado um estudo aprofundado do edifício antes de qualquer intervenção, com documentação de apoio.

Em Veneza, a 1964, realizou-se um Congresso Internacional de Arquitectos e técnicos dos Monumentos Históricos. Desse encontro resultou um documento sobre a conservação e o restauro dos monumentos, que, há semelhança do que aconteceu com a “Carta de Atenas” ainda nos dias de hoje é considerado actual: a “Carta de Veneza”. À semelhança da anterior, a utilização na prática desses princípios é feita segundo interpretações pessoais, consoante as culturas, mentalidades e expectativas.

Neste documento, logo no primeiro artigo revela-se que a noção de monumento se encontrava em alteração: *“não só a criação arquitectónica isolada, como os conjuntos urbanos ou rurais representativos de uma civilização particular, de um movimento significativo ou de um acontecimento histórico. Entende-se não somente às grandes criações, como também às obras modestas que ganharam com o tempo um significado cultural*⁵⁰, e,

⁴⁹ ALHO, Carlos, CABRITA, António Reis - Cartas e Convenções Internacionais sobre o Património Arquitectónico. pág. 2

⁵⁰ Loc. Cit. CUNHA, João Pedro F. G. Alves da, pág. 13

noutros artigos posteriores (4º a 8º) é abordada a conservação dos monumentos, defendendo “em primeiro lugar, uma manutenção dos mesmos”.

Considera-se que o monumento é constituído quer pela sua envolvente, quer por todas as partes que o constituem, incluindo escultura, pinturas ou outros elementos de decoração, e essas relações não devem ser quebradas.

Relativamente a reconstruções conjecturais, a Carta revela que “os elementos destinados a substituir partes destruídas (ou em falta), devem integrar-se harmoniosamente no conjunto, distinguindo-se ainda assim das partes originais. Nesta Carta surge um novo termo, ainda que levemente introduzido na introdução desta: o de “autenticidade do património”, a “riqueza” da autenticidade.

Comparando os dois textos, verifica-se uma grande influência do primeiro (Carta de Atenas) documento no segundo (Carta de Veneza), aparecendo neste uma certa evolução, reveladora de um aumento de “prática”, de intervenções e de partilha de informações e conhecimentos, assim como o aparecimento de entidades como a UNESCO.

O terceiro texto que aparece como indispensável e que marca o pensamento europeu na matéria de Património é a Carta Europeia do Património Arquitectónico, em 1975. Esta posiciona-se na continuidade das anteriores, comprovando a abrangência da noção de património arquitectónico, sendo este “formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes, mas também pelos conjuntos que constituem a nossas cidades antigas a as nossas aldeias tradicionais no seu ambiente natural ou construído”.⁵¹ Ela aponta, (nos artigos 2º a 5º) que o património é um capital espiritual, cultural, económico e social de um valor insubstituível, necessário ao equilíbrio e educação do homem contemporâneo e futuro, e apresenta um conceito inovador, o de “conservação integrada”, sendo este o resultado da acção conjunta de técnicas de restauro e da procura das funções mais adequadas e apropriadas para os monumentos (no artigo 7º).

Paralelamente a estas “três cartas”, um documento relacionado com uma outra vertente do património (o seu uso), que, condicionando qualquer

⁵¹ Carta Europeia do Património Arquitectónico, Amesterdão, 1975, artigo 1º

intervenção, não define a sua metodologia nem os seus princípios. Trata-se da “Carta do turismo Cultural”, elaborada pelo ICOMOS em 1976, e que apresenta o turismo como uma actividade que pode trazer diversas vantagens para a preservação do património arquitectónico, assim como novas possibilidades de utilização dos edifícios históricos, a criação de sentimentos de orgulho por parte da população local no seu património, ou a valorização económica dos locais turísticos.

Este é um outro assunto retomado na Carta de Cracóvia, á semelhança da “autenticidade”.

Em 1994, realiza-se em Nara (Japão), a Conferência sobre a Autenticidade relativamente é Convenção do Património Mundial, organizada em cooperação com a UNESCO, ICCROM e ICOMOS, dedicada ao tema da autenticidade do património, fazendo-se revisão e evolução da interpretação do património e dos valores a ele associado, que, se releva mais tarde, nos princípios para a Conservação e restauro da Carta de Cracóvia, a 2000.

No documento extraído desse encontro, estabelece-se em continuidade da Carta de Veneza, procurando desenvolvê-lo tendo em conta as novas realidades da contemporaneidade e dinâmica cultural, sendo a autenticidade o que verdadeiramente caracteriza e individualiza o património, como testemunho de cada cultura e o torna parte da humanidade.⁵²

Posteriormente, foi iniciado em 1996, um projecto intitulado “I Principe del Restauro per la Nueva Europa”, patrocinada pela União Europeia, ICOMOS e ICCROM, que termina com a assinatura de um texto constitucional em 2000, a Carta de Cracóvia.

Esta Carta assume o espírito da Carta de Veneza, sendo que a grande alteração relativamente á primeira diz respeito ao restauro. Surgem destacados os princípios em torno dos quais se considera que deverão situar as intervenções futuras: o respeito pela Identidade e a conservação de Autenticidade. O primeiro termo compõe-se pelos valores atribuídos actualmente ao património pela comunidade e pelos valores do passado que formam a sua autenticidade, e o segundo pela soma das características

⁵² *Loc. Cit.* CUNHA, João Pedro F. G. Alves da, pág. 19

substanciais, das origens até ao presente, com todas as transformações ocorridas.

No texto de Cracóvia, é feito o aviso, de que as decisões, escolhas e responsabilidades que qualquer intervenção implica devem ter em conta o património no seu todo, incluindo os pontos que hoje parecem sem grande importância, pois podem tê-la no futuro, assim como todos os períodos históricos presentes. Entre muitas outras coisas, é também considerado que a reconstrução de partes inteiras no “estilo do edifício” deve ser evitada, sendo que, caso o uso adequado ao edifício obrigue à construção de novos espaços, esses devem reflectir a linguagem da arquitectura actual, marcando essa a contemporaneidade.

A carta aborda questões técnicas da intervenção que deve respeitar a função original e ser compatível com os materiais e estruturas tradicionais, admitindo no entanto, a aplicação de novas tecnologias, mediante a sua monitorização e possível reversibilidade. Verifica-se que este documento coloca-se nas linhas dos seus antecessores, sem estabelecer rupturas, apenas actualizando os princípios existentes.

*“É o conceito da identidade passada, presente e futura do património que se procura aprofundar a verdadeiramente proteger e valorizar nas intervenções. Para isso, terá de se ir á sua autenticidade, pois só se pode defender e beneficiar do que se conhece e entende”.*⁵³

Estes documentos, que possuem a virtude de tentar criar consensos em torno da questão da intervenção no património, são e serão sempre confrontados com intervenções e “atitudes” que defendem outras definições e teorias que não as aqui apresentadas.

⁵³ *Loc. Cit.* CUNHA, João Pedro F. G. Alves da, pág. 22

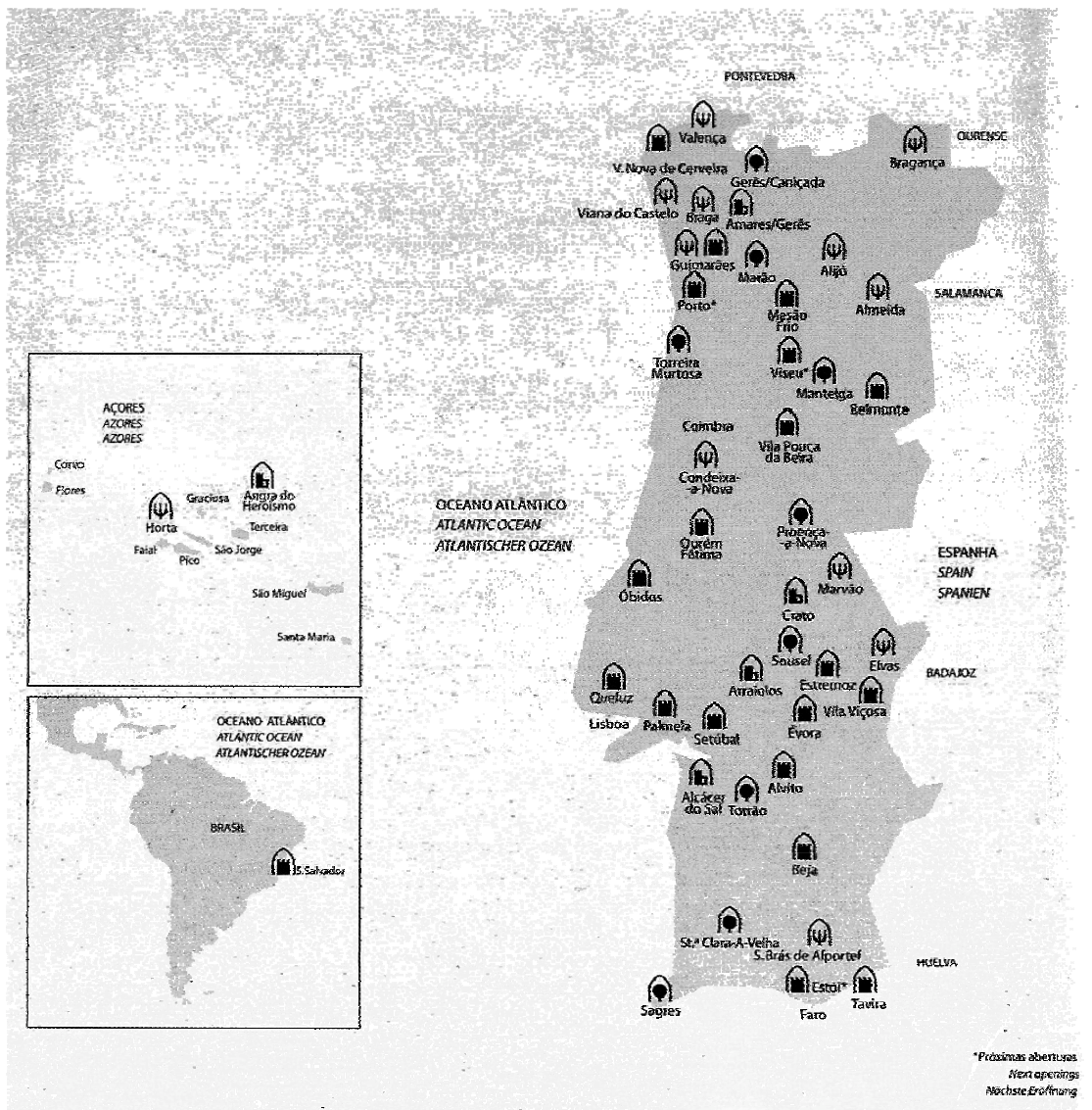


Imagem 111– Mapa das Pousadas de Portugal

Capítulo 4: Intervenção no Património: Reconversão de mosteiros em pousadas - casos de estudo

As obras escolhidas para casos de estudo são obras de intervenção sob a tutela da ENATUR- Pousadas de Portugal. Estas, que *“no seu mais de meio século de existência, independentemente das entidades que em cada momento tiveram a responsabilidade sobre o processo da respectiva expansão, privilegiaram sempre nas suas decisões de investimento a recuperação de património arquitectónico nacional com vista à adaptação a pousadas. Dessa forma, pretende-se assegurar a permanente conservação desses monumentos e, em paralelo, aumentar a oferta de um produto turístico privilegiado, original e de qualidade, capaz de afirmar e promover as nossas microculturas regionais nos seus mais ricos contrastes, tradições e inesgotável variedade temática. Como tal, têm como preocupação sempre presente que qualquer intervenção de recuperação de património edificado respeite e se integre totalmente na evolução histórica da sua traça e não desvirtue a identidade e personalidade agregadas que caracterizam o monumento”*.⁵⁴

As Pousadas de Portugal são uma cadeia que inclui vinte e quatro pousadas históricas (entre quarenta e sete) localizadas em Castelos, Conventos, Mosteiros, e em locais de rara beleza, cenários de lendas e plenos de tradição. Em Portugal encontram-se as Pousadas de Vila Nova de Cerdeira, Amares, Guimarães, Porto, Mesão Frio, Viseu, Belmonte, Vila Pouca da Beira, Ourém, Óbidos, Crato, Estremoz, Arraiolos, Queluz, Vila Viçosa, Palmela, Évora, Setúbal, Alvíto, Alcácer do Sal, Beja, Estói (em construção), Tavira e em Angra do Heroísmo.⁵⁵ (imagem111)

⁵⁴ ENATUR - Pousada N^o. Sra. da Assunção, ENATUR, 1996

⁵⁵ Ver Anexos. IV

As intervenções efectuadas pelos arquitectos Fernando Távora (Guimarães), Eduardo Souto Moura (Amares), Carrilho da Graça (Crato), José Paulo dos Santos (Arraiolos) e João de Sousa Campos (Tavira) surgem neste trabalho como exemplos de estudo no tema da intervenção e recuperação do Património no sentido da reconversão de mosteiros em pousadas, e foram escolhidos tendo em atenção a intervenção arquitectónica que foi adoptada pontualmente, caso a caso, e como foram remodelando os espaços pré-existentes de forma a atribuir-lhes um destino funcional que obedece a exigências actuais - Pousadas de Portugal.

Nos casos de estudo serão estudadas e analisadas características históricas e arquitectónicas do edificado antigo e sua ocupação actual e também analisados em relação ao seu conteúdo programático e funcional, que terá como objectivo um programa base de pousada para o estudo prévio que aqui se apresentará, de adequabilidade de nova função do mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão: Pousada.

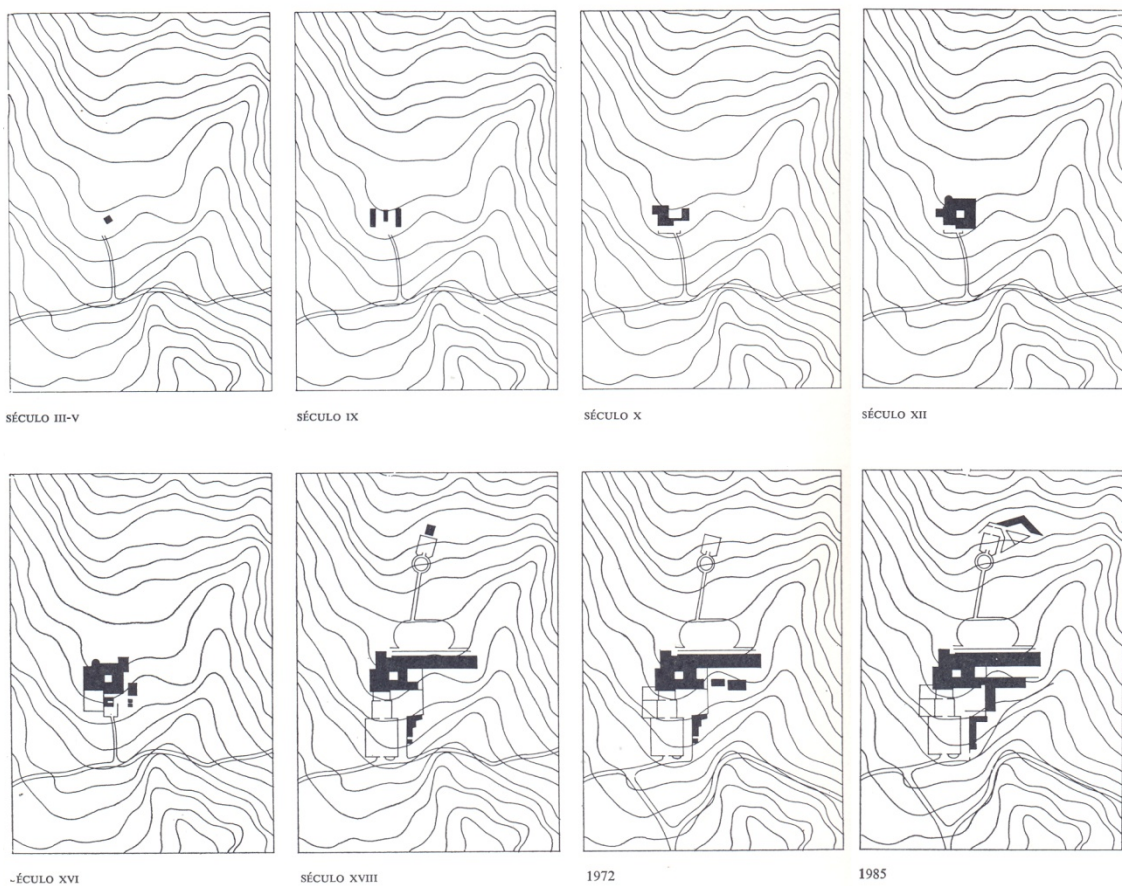


Imagem 112– Evolução arquitectónica do convento

4.1. Reconversão do Mosteiro de Santa Marinha da Costa em Pousada de Santa Marinha – Guimarães

O Mosteiro (imagem 112)

O mosteiro teve a sua origem na construção, no séc. IX, de uma pequena basílica na encosta da montanha da Pena, montanha esta já sagrada desde a pré-história e onde, desde os séc. III e IV se encontrava uma ermida simbólica. No séc. X, uma condessa galega aí ergueu um mosteiro, ampliado no séc. XII aquando da criação da Ordem de St^o. Agostinho, pela esposa de D. Afonso Henriques, D. Teresa, nascendo nesta altura o primitivo claustro.

No séc. XVI, um duque de Bragança promoveu neste local a construção de uma Universidade de Teologia, ampliando o espaço da igreja. Este mosteiro foi sempre crescendo até atingir o seu esplendor no séc. XVIII, podendo dizer-se que foi desta altura a estrutura fundamental que chegou aos nossos dias: a norte a igreja, presidindo á composição e ocupando o ponto mais elevado, dois corpos paralelos, mas de diferente extensão, apoiando-se na encosta, um pequeno claustro limitado pela igreja e pelos dois corpos referidos, e ainda por um terceiro corpo que lhes é perpendicular, formando um conjunto estruturado segundo um modelo corrente.

Em 1834, com a Revolução Liberal e extinção das ordens religiosas, o edifício passa para a Fazenda Nacional, tendo sido apresentado em hasta pública e foi o industrial José Ferreira Pinto Basto (fundador da Fábrica da vista Alegre) que o arrematou. Após várias situações de herdeiros e compras (em que inclusive o conjunto é separado), volta posteriormente a um só mesmo dono, onde posteriormente os Jesuítas conseguem autorização para instalar um seminário no Convento da Costa. Poucos anos depois, o seminário abandona o convento por falta de instalações adequadas e aí permanece apenas uma escola “mais humanística” durante cerca de 14 anos, seguindo-se um incêndio, em 1951, que deixa o convento completamente arruinado tendo destruído o sector das celas.⁵⁶

⁵⁶ Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, Pousada de Santa Marinha, pág. 55



Imagem 113– Aspecto da Arcaria dos “fundos” do convento

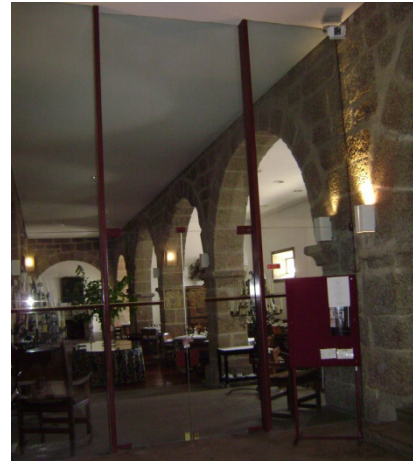


Imagem 114– Aspecto actual



Imagem 115– Aspecto da galeria das celas



Imagem 116– Aspecto actual



Imagem 117– Aspecto do convento do lado nascente



Imagem 118– Aspecto actual (fachada sul)



Imagem 119– Aspecto do convento do lado sul-poente



Imagem 120– Aspecto actual

Em 1972 foi comprado pelo Estado que inicia obras de restauro cinco anos depois, com vista é sua adaptação a pousada. (imagens 113 a 120)

A Pousada (imagens 121 e 122)

Encomenda da ENATUR/IPPAR- Pousada histórica

Projectada entre 1972 e 1985 por Arq. Fernando Távora

Inaugurada em Agosto 1985

Nº de quartos: 55 (24 + 31)

O acesso faz-se paralelamente à escadaria principal da Igreja (que não pertence á pousada), pela antiga entrada do convento. Em frente localiza-se o claustro, onde, para além de se poderem apreciar encastrados nas paredes vestígios das edificações anteriores, se encontra a escadaria principal do convento, de acesso ao piso superior. À direita da entrada encontra-se a recepção, com uma sala de estar e acessos aos restantes pisos. Delimitando um lado do claustro, surge outra sala de estar, com bar e esplanada para um pátio, seguida de dois espaços de funções distintas, um de serviço e outro uma sala que serve de antecâmara para o refeitório/ restaurante. Este último prolonga-se pelo corpo edificado que se solta do claustro, dividindo-se em dois, por um espaço de serviços. O corpo é rematado neste piso por uma sala polivalente, de conferências e/ou exposição.

No piso superior para além dos quartos, podem encontrar-se duas salas de estar (sendo uma delas a antiga Sala do Capítulo) e outros espaços de estar e convívio, e, rematando o corpo solto, a varanda de Frei Jerónimo que funciona como esplanada de contemplação.

Articulando-se com a recepção situa-se um corpo de construção recente, de dois pisos, com quartos e espaços de estar, assumindo um carácter e postura discreta relativamente ao edifício antigo, tendo a particularidade de surgir como uma longa ala de fachada metálica reticulada Os serviços da pousada funcionam na sua maioria, em cave sob o edifício conventual.⁵⁷

⁵⁷ Ver Anexos. IV

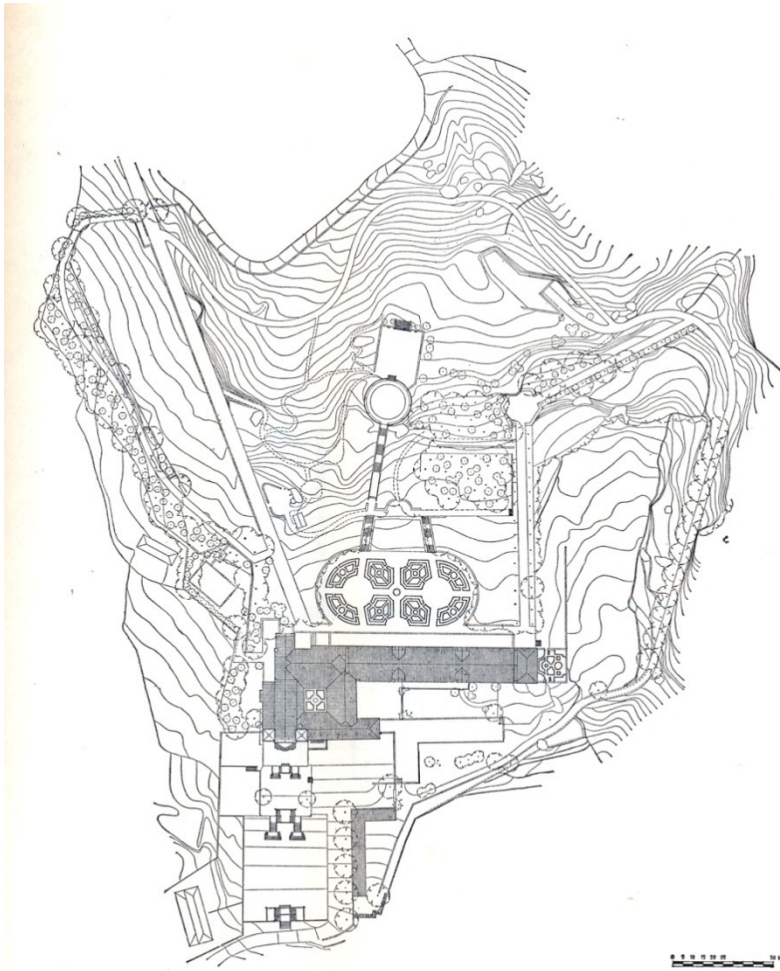


Imagem 121– Implantação da pousada



Imagem 122 – Vista aérea da pousada

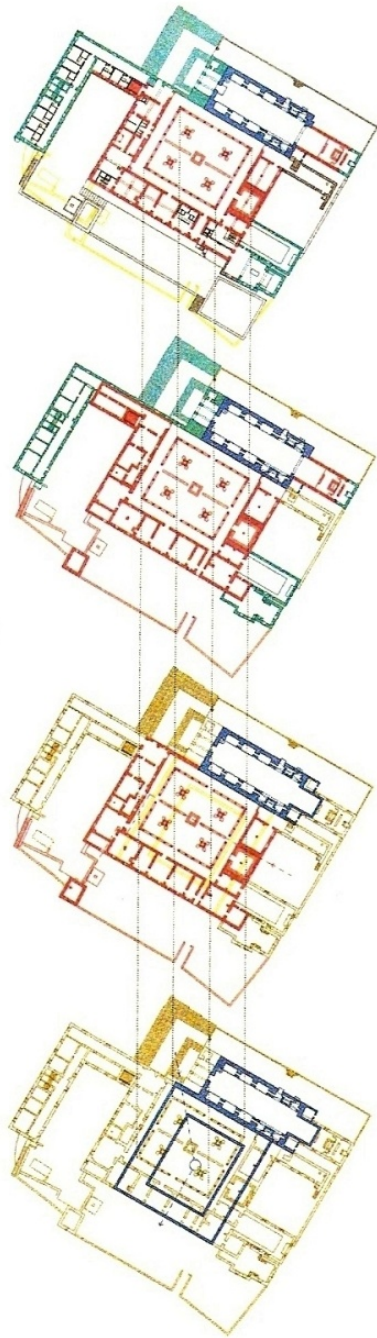
Para Fernando Távora, o *“critério geral adaptado no projecto foi o de continuar - inovando, isto é, o de contribuir para a prossecução da vida já longa do velho edifício, conservando e reafirmando os seus espaços mais significativos ou criando espaços de qualidade resultantes de novos condicionamentos programáticos.*

Pretendeu-se aqui um diálogo, afirmando mais as semelhanças e a continuidade do que cultivando a diferença e a ruptura. Tal diálogo constituiu um método por meio do qual se sintetizaram as duas vertentes complementares a considerar na recuperação de uma pré-existência: o conhecimento rigoroso da sua evolução e dos seus valores, através da arqueologia e da história, e uma concepção criativa na avaliação desses valores e na elaboração do processo da sua transformação.

É certo que a pousada introduzirá novo uso no velho convento, mas é certo, também, que se os “homens fazem as casas, as casas fazem os homens”, o que justifica a manutenção, no edifício actual, de uma escala e de um ritual de espaços que, traduzindo a presença de um passado que seguramente não volta, aqui se recordam e se mantêm pela actualidade do seu significado e pela sua capacidade de identificação.

O que justificará também, e aqui, uma certa austeridade monástica manifestada através de uma grande economia de meios e de uma extrema simplicidade nas soluções adoptadas, quer a nível de espaços quer a nível do seu tratamento, decoração e mobiliário.”⁵⁸

⁵⁸ Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais: Pousada de Santa Marinha. pág. 77



- Idade Média sécs. XII-XV
- Época Moderna: Reconstrução do final do séc. XVI - início do séc. XVII
- Época Moderna: Remodelação e ampliação dos séc. XVI - início do séc. XVII e XVIII
- Séc. XX
- Demolição

Imagem 123– Evolução arquitectónica do mosteiro

4.2. Reconversão do Mosteiro de Santa Maria do Bouro em Pousada de Santa Maria do Bouro – Amares

O Mosteiro (imagem 123)

Segundo a lenda, teriam sido dois eremitas que ali viviam que, tendo visto por diversas vezes luzes durante a noite numa rocha, resolveram ir ver do que se tratava. Terão, então, descoberto uma imagem da Virgem Maria escondida por outros anacoretas durante a ocupação muçulmana. A construção de uma pequena ermida para albergar a imagem teria atraído peregrinos, o que teria levado, mais tarde à construção do santuário da abadia e ao próprio mosteiro de Sta Maria do Bouro.

Lenda ou não, o certo é que em 1162 existia neste local uma pequena comunidade. Por volta de 1182 e, à semelhança do que acontece noutras localidades eremíticas portuguesas, este grupo de homens vai agrupar-se segundo a regra de são Bento, filiando-se na Ordem de Cister.

A rígida clausura a que se remetiam fez com que cada mosteiro tivesse de ser auto-suficiente, e assim a escolha do local era fundamental, pois deveria ser fértil, abundante em água e afastado da vida mundana.

Situada numa região na margem esquerda do Cávado, a abadia do Bouro vai prosperar rapidamente, sendo o conjunto do edificado cisterciense formado por uma igreja de três naves e com edifícios conventuais organizados em torno de uma quadra/claustro encostada á parede meridional do templo.

A partir do séc. XV, o mosteiro entra em decadência devido à instauração de um sistema que retirava a autonomia das abadia, entregando a gestão dos bens aos padres comendatários que por sua vez eram dependentes de um cardial ou bispo. Estes despojaram as ordens religiosas e limitaram o número de religiosos. No final do séc. XVI, os mosteiros tornam-se novamente autónomos, e é a partir desta altura que recupera, pouco a pouco o seu antigo esplendor, sucedendo-se então uma profunda reconstrução do edificado.

Respeitando o modelo arquitectónico original fundamentalmente determinado pelo posicionamento do templo, reconstruiu-se o claustro, com arcaduras apoiadas em pesadas colunas graníticas, e um corpo a poente, no enfiamento da ala norte.



Imagem 124– Esplanada



Imagem 125– Aspecto Actual



Imagem 126– Claustro



Imagem 127– Aspecto actual



Imagem 128– Espaço do claustro



Imagem 129 – Aspecto actual



Imagem 130– Antiga cozinha



Imagem 131– Restaurante

Ao longo do séc. XVII e XVIII ampliou-se a igreja, remodelou-se a sacristia e sala capitular, construiu-se um novo e mais amplo refeitório e a cozinha, deslocando para aí a entrada principal do mosteiro.

Por fim, com a extinção das ordens religiosas em 1834, o mosteiro foi sendo gradualmente alvo de desgaste, acabando em ruínas, até que em 1997 foi adoptado para pousada.⁵⁹ (imagem124 a 131)

A Pousada

Encomenda da ENATUR/IPPAR- Pousada histórica

Projectada entre 1989 e 1996 por Arq. Souto de Moura

Inaugurada em Março de 1997

Nº de quartos: 32

O acesso principal à pousada faz-se através de um átrio de entrada, situado ao lado da igreja (não pertencente à pousada), espaço que correspondia à antiga portaria do mosteiro. A partir deste faz-se ligação a salas de conferências no piso térreo (da ala poente), a um pátio exterior semi-encerrado e uma escadaria que origina um “hall” que interliga acesso de quartos, claustro e recepção.

O claustro é de planta quadrangular com arcadas que têm a particularidade de aparentar serem ruínas, estando soltas do edifício. Em redor deste desenvolvem-se salas de estar, jogos, bar, um museu implantado na antiga sala do capítulo e alguns serviços.

As zonas de refeições existem no término dessa sucessão de pequenas salas, onde no séc. XVII eram o refeitório e cozinha. Relacionado com os espaços de estar, existe um amplo espaço exterior que se articula com o pátio semi-encerrado da zona de entrada na pousada, com a zona de piscinas, tendo sempre presente percursos e espaços de água.

O piso inferior funciona como serviços da pousada, zonas sociais e públicas enquanto os pisos superiores são reservados aos quartos, onde se

⁵⁹ RAMALHO, Margarida - O Mosteiro de Santa Maria do Bouro . pág. 9

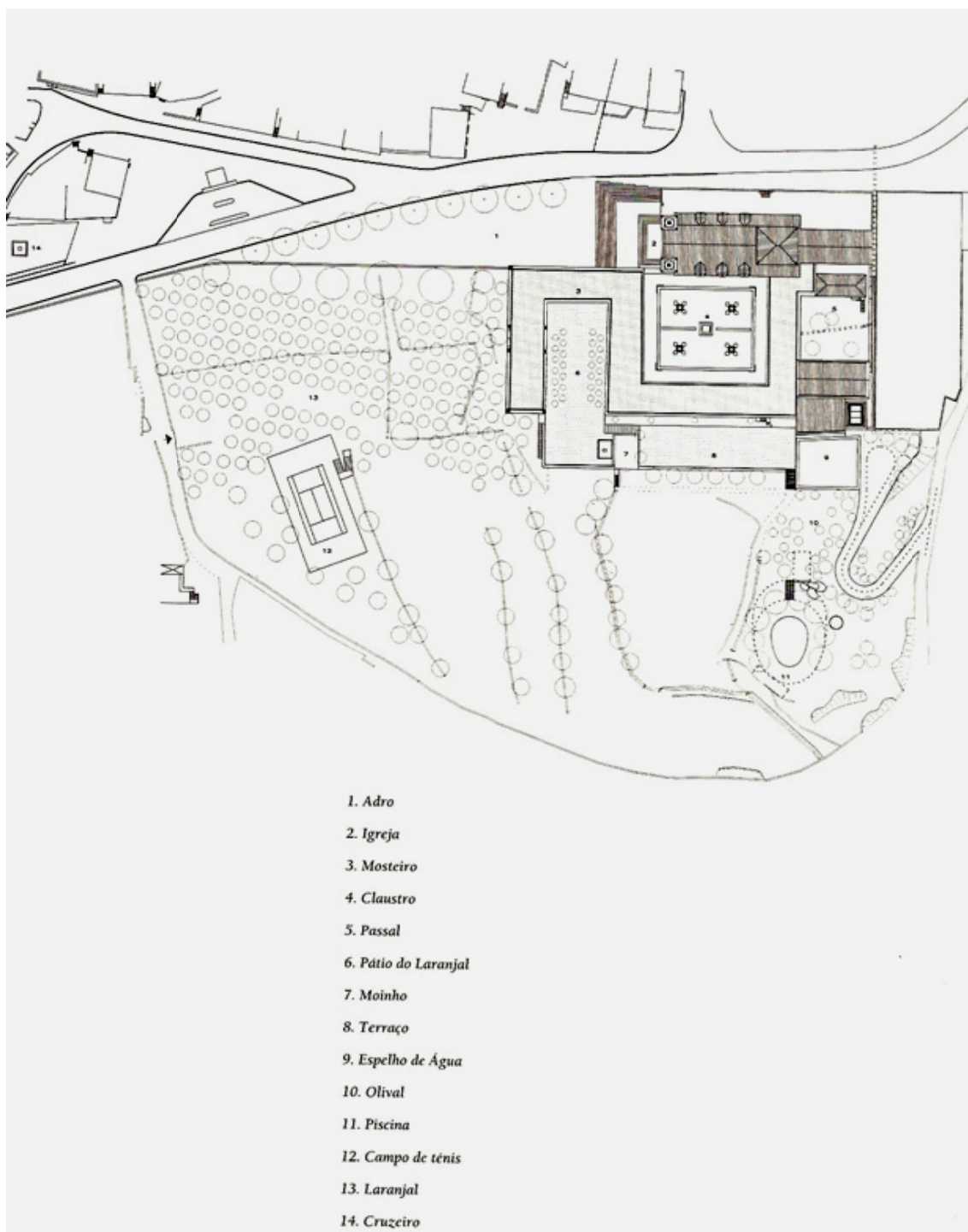


Imagem 132– Planta de Implantação

encontram pontualmente espaços de estar que revelam o exterior, dentro da tranquilidade do interior.⁶⁰ (imagem 132)

Segundo Eduardo Souto Moura, *“o projecto tenta adaptar, ou melhor, servir-se das pedras disponíveis para construir um novo edifício. Trata-se de uma nova construção, onde intervêm vários depoimentos (uns já registados, outros a construir) e não de reconstrução do edifício na sua forma original. Para o projecto as ruínas são mais importantes que o “Convento”, já que são material disponível, aberto, manipulável, tal como o edifício o foi durante a história.*

Não pretendemos com essa atitude construir uma excepção, procurando a originalidade do manifesto, mas sim cumprir uma regra de arquitectura, quase sempre constante ao longo do tempo. Durante o projecto o desenho tentou encontrar a lucidez entre forma e programa.

Perante duas hipóteses, optamos por recusar a consolidação pura e simples da ruína para uso contemplativo, apostando por injectar materiais, usos, formas e funções “entre les choses” como dizia o Corbusier. O “pitoresco” é uma fatalidade que acontece e não a vontade de um programa.”⁶¹

Defende que a dicotomia entre história e contemporaneidade não tem de existir, pois a contemporaneidade é história e propõe fixar a imagem de ruína onde, para isso, *“são apagados vestígios que possam perturbar a sua pacificação: o telhado não é construído, as novas funções são alojadas com aparente pragmatismo sem necessidade de nova apropriação de espaços que tiveram funções idênticas no passado”⁶².*

Só depois da ruína estar consolidada é que o mosteiro é adaptado a pousada e o edifício é completamente refeito segundo uma nova lógica funcional e construtiva. É uma construção nova, livre de procurar soluções próprias e introduzir materiais modernos. Prevalece a interpretação do autor.⁶³

⁶⁰ Ver Anexos. V

⁶¹ MOURA, Eduardo Souto - Santa Maria do Bouro - Construir uma Pousada com as pedras de um Mosteiro . pág.5

⁶² LOBO, Susana – Pousadas de Portugal; Reflexos da arquitectura Portuguesa do séc. XX. pág.147

⁶³ Ibidem, ibid . pág. 152



Imagem 133 – Vista aérea

4. 3. Reconversão do Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa em Pousada da Flor da Rosa – Crato

O Mosteiro (imagem 133)

Com data provável de 1356, o Mosteiro da Flor da Rosa, misto de templo, convento e fortaleza, foi edificado por ordem de D. Gonçalves Álvares Pereira, pai de Nuno Álvares Pereira, herói de Aljubarrota.

De origens medievais, é um dos monumentos com considerável importância para a identidade nacional de Portugal, devendo-se tal facto á história, simbolismo e lendas que correm em torno de si.

A sua configuração foi o resultado de sucessivas campanhas de construção, apresentando inicialmente uma igreja de planta em cruz, um claustro e mais tarde novas dependências do mosteiro, sendo que o resultado final foi um conjunto híbrido, misto de castelo, palácio e mosteiro, com presença escultórica na planície alentejana (enfatizado pela sua posição relativamente á povoação - quase fora de portas).

Após a extinção em 1834 das ordens religiosas o mosteiro passou a ser residência de D. Álvaro, o último senhor feudal de Flor da Rosa, seguindo-se então numerosos trabalhos de conversão e acrescento.⁶⁴

Em 1910 é declarado Monumento Nacional, e em 1940, após um longo período de declínio e de um fogo que deixou o mosteiro quase totalmente arruinado, Duarte Pacheco manda iniciar a sua reconstrução. Por fim, em 1995, o mosteiro é reconvertido a pousada.⁶⁵ (imagens 134 a 142)

A Pousada (imagens 143 a 149)

Encomenda da ENATUR/IPPAR- Pousada histórica

Projectada entre 1990 e 1994 por Arq. João Luís Carrilho da Graça

Inaugurada em Julho de 1995

Nº de quartos: 24

⁶⁴ RAMALHO, Margarida - O Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa. pág. 16

⁶⁵ Ver Anexos. VI



Imagem 134– Fachada principal antes de 1897



Imagem 135– Aspecto da fachada nos anos 30



Imagem 136– Aspecto actual



Imagem 137 – Vista superior do claustro



Imagem 138 – Vista actual



Imagem 139 – Vista actual (inferior)



Imagem 140– Claustro – ala ocidental



Imagem 141– Claustro – ala norte



Imagem 142– Claustro – ala norte e poente

A chegada à pousada faz-se através de uma entrada axial com ligação imediata a um átrio, acedendo à igreja antiga e ao claustro. A igreja tem planta em cruz central, de grande pé direito, inexistente de conteúdo ou adorno, e, apesar de ter aspecto de abandonada, não se encontra em ruínas.

O claustro apresenta-se com planta quadrada de um piso, com arcos de volta abatida e com cobertura de abóbadas polinervadas de tijolo com medalhões de pedra. Em torno deste distribuem-se e várias salas que aparentam o estado da igreja, excepto as salas da ala esquerda, que é onde se encontra a recepção seguida de uma pequena zona de exposição.

A partir da recepção visionam-se já aspectos de intervenção, sendo a partir deste espaço que se dá a distribuição das escadas que acedem ao piso superior, o dos quartos (que se encontra o novo corpo edificado), e uma sala de estar situada num acrescento pré-existente e remodelado.

No piso superior localizam-se os quartos, a sala de refeições e uma sala de jogos e espaços de estar.

Dentro do edifício pré-existente, foram construídos pisos intermédios tento o cuidado de marcar a nível formal essa construção, nomeadamente através do aparente “desencostar” entre estas.

O corpo recente introduz um novo espaço interior, que comporta salas, restaurante, alguns serviços de bar e a piscina, estando localizados os restantes quartos da pousada nos pisos superiores do volume.⁶⁶

João Carrilho da Graça revela que *“a insólita implantação na planície, a hibridez do carácter – guerreiro, monástico e palaciano - o claustro mediterrânico e a torre setentrional constroem o enigma.*

A primeira visita é labiríntica. Mais tarde podem ir-se descobrindo a luz e a altura da igreja, as pedras e as suas relações. O entrechocar de fragmentos de épocas tão diversas é unificado pelo granito.

Os arqueólogos dizem-nos que desde o séc. XIII e entrecortadamente até hoje, sempre se desenrolaram obras no mosteiro. Nos anos quarenta do

⁶⁶ SANTOS, Joaquim e ALVERNAZ, Pedro -Reabilitação de conventos e mosteiros para pousadas. pág. 27



Imagem 143 – Ala dos quartos



Imagem 144 – Sala da torre



Imagem 145 – Zona de estar



Imagem 146 – Fachada sul



Imagem 147 – Fachada sul



Imagem 148 – Fachada poente



Imagem 149 – Fachada poente

nosso século, estava o edifício quase totalmente arruinado, com a igreja derruída.

Apesar de tudo o que agora encontramos, parece-nos bastante perfeito. Perfeito como objecto de contemplação e visita. Até a falta das caixilharias nos vãos sublinha a harmonia da sua respiração.

A obra desenrola-se. A arqueologia ensina-nos a olhar para as pedras. O objectivo do projecto é intensificar a possibilidade de visita do edifício existente, privatizando-o menos possível, relendo-o e abrindo-o a novas leituras.”⁶⁷

4. 4. Reconversão do Convento dos Lóios em Pousada da Nossa Senhora da Assunção - Arraiolos

O Convento (imagem 150 e 151)

Álvaro Pires de Castro (irmão de Inês de Castro), o primeiro conde de Arraiolos e donatário da vila constrói, em meados do séc. XIV, os seus paços em Vale de Flores a norte da vila de Arraiolos. Em 1380 os paços são aumentados e o conde adquire novas terras, tendo sido o conjunto designado por Quinta do Paço.

Passando por descendentes e tendo sido vendida em 1526 a João Garcês e esposa, por se acharem sem filhos, fizeram doação dessa mesma quinta e terras e pertenças que nela existissem à ordem de S. João Evangelista, cujos membros eram vulgarmente conhecidos por padres dos Lóios, para ali fundarem um mosteiro da mesma congregação com a invocação de nossa Sra. da Assunção.

Após a tomada de posse, em 1526 deram início os trabalhos de construção do Convento. A construção do claustro ficou concluída em 1575 e a da igreja em 1590.

Com o passar dos tempos, o número de padres que assistiam no edifício reduz-se, e em 1834, após a extinção das ordens religiosas, o mosteiro e as

⁶⁷ GRAÇA, João Luís Carrilho da - Pousada Flor da Rosa. pág. 31

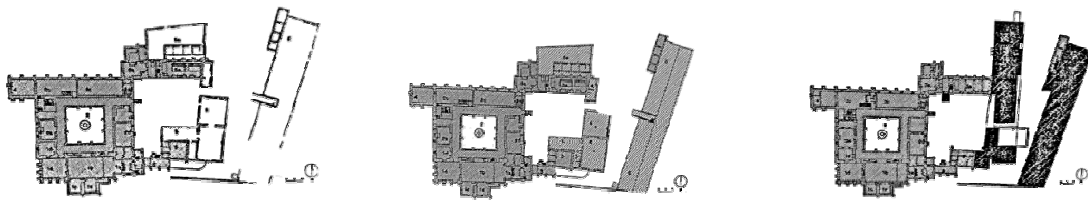


Imagem 150 – Evolução da construção: até ao séc. XVIII, até ao séc. XX e nova função: pousada

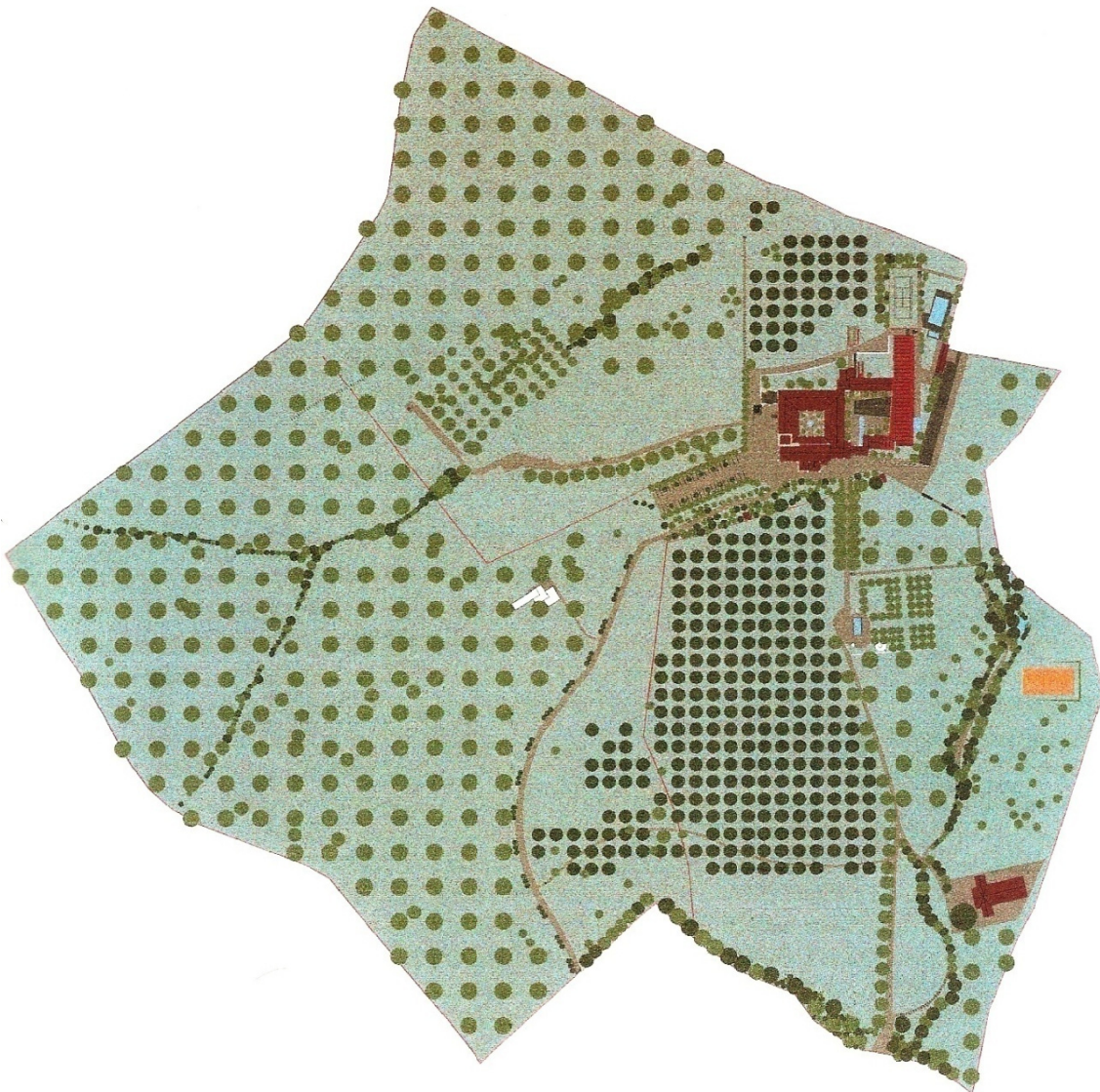


Imagem 151 – Planta de implantação

respectivas terras foram adquiridas por Manuel Mescia Lobo Corte Real, que transformou e adaptou o convento para sua habitação.⁶⁸

Posteriormente foi adquirido pelo Estado e em 1996 adoptado a pousada.⁶⁹ (imagens 152 a 159)

A Pousada

Encomenda da ENATUR/IPPAR- Pousada histórica

Projectada entre 1993 e 1996 por Arq. João Paulo dos Santos

Inaugurada em Dezembro de 1996

Nº de quartos: 32

O acesso principal à pousada faz-se através de um alpendre que articula directamente com o claustro e a igreja, e sob o qual, está situada a torre sineira.

A igreja tem planta rectangular e é composta por um corpo de três tramos. Encontra-se revestida a azulejos do séc. XVIII e é coberta por uma abóbada nervurada de tijolo. A capela-mor tem dois tramos e é coberta por uma abóbada polinervurada de tijolo também, entrecortada por pinturas a fresco.

O claustro, originalmente concebido em alvenaria, foi mais tarde enriquecido com materiais mais nobres como o mármore e o granito, e é um exemplo tardio do espírito renascentista, apresentando uma planta quadrangular e desenvolvendo-se em dois registos, compostos de três tramos contrafortados. As coberturas são em abóbadas nervuradas de arestas vivas, e no centro do claustro existe uma fonte de meados do séc. XVI. Ao longo deste situa-se a recepção coberta por uma abóbada nervurada com decoração em estuque (onde anteriormente tinha sido ocupada pela Sala do Capítulo), a escadaria principal, o refeitório, a adega, a cozinha e dormitórios, sendo actualmente ocupados por salas de estar e bar.

⁶⁸ RAMALHO, Margarida - Pousada de Nossa Sra. da Assunção. pág 12

⁶⁹ Ver Anexos. VII



Imagem 152– Fachada poente (entrada)



Imagem 153– Fachada sul



Imagem 154 – Claustro



Imagem 155 – Vista actual



Imagem 156– Galeria



Imagem 157– Vista actual



Imagem 158– Galilé



Imagem 159– Vista actual

Através do antigo refeitório acede-se antiga cozinha, que se desenvolve num corpo acrescentado posteriormente ao convento e onde, actualmente, ficam situadas salas de estar e sala de pequenos-almoços.

Oposto a este corpo contrapõem-se outro, com pequenos corredores e salas.

Unindo estes dois corpos, foi construído recentemente uma nova ala que alberga, no piso térreo a sala de refeições e serviços, e no piso superior quartos e espaços de estar. Esta nova ala proporciona um pátio interior, sendo este quase como um segundo claustro.⁷⁰

O arquitecto João Paulo dos Santos refere que este é *“um convento num monte onde se nota “a força presente das coisas ausentes” – hospedeiro e hospitaleiro – que ao longo do tempo teve rituais semelhantes para funções diferentes.*

Lugar contemplado e de contemplação: chave do projecto. Do existente ressaltam harmonias levemente desajustadas, ritmos sem sequência reconhecível, simetrias esbatidas, clareza funcional em disfarce labiríntico, os inúmeros brancos sombreados, os materiais e os quase são.

Agora, como antes, sem se alterar o protagonismo da estrutura existente – que se mantém quase intactas as suas presentes qualidades especiais – pela adição de nova ala de fecho, a proposta reconhece – se por ventura não reforça – a implícita autonomia formal do existente gerando regras próprias.

Regras que coabitam com o carácter simultaneamente austero de materiais, rico de iconografia e formas.

A reorganização dos diferentes espaços funcionais acompanha o que seria o crescimento natural do convento com: zonas de serviço adossadas ao – e pelo – monte, zonas de público organizadas em sequência e à volta dos sucessivos espaços exteriores formados pelo claustro, pátio e esplanada, zona de quartos em torno do claustro e corredores superiores.

⁷⁰ SANTOS, Joaquim e ALVERNAZ, Pedro -*Reabilitação de conventos e mosteiros para pousadas: breve ensaio*. Coimbra: Departamento de arquitectura. 1999, pág. 35



Imagem 160– Imagem aérea do convento

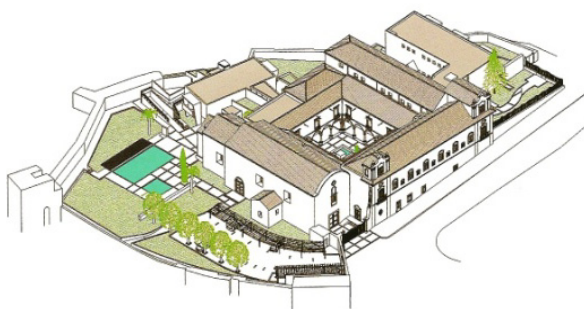


Imagem 161– Imagem aérea (3D) da pousada

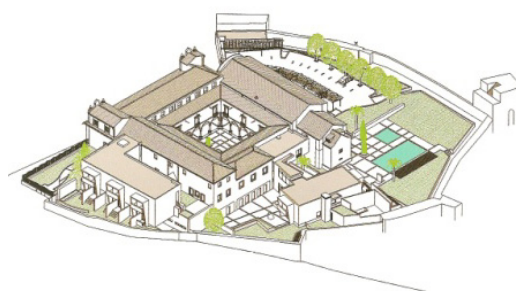


Imagem 162- Imagem aérea (3D) da pousada

Com o projecto, pretende-se não só dar um tempo às coisas que seja o delas, com formas que lhes não escondam as funções, mas aproveitar características de uma certa forma de construir nossa, que é ao mesmo tempo espontânea, generosa e, neste caso, com o rigor descontraído das planícies solarengas do sul.

Para que o todo, tendo alguma coisa para dizer, o faça em silêncio.”⁷¹

4. 5. Reversão do Convento da Graça em Pousada do Convento da Graça - Tavira

O Convento (imagem 160)

O convento agostinho de Nossa Senhora da Graça de Tavira surge no ano de 1542 e é fundado por Frei Pedro de Vila Viçosa, que o estabelece no local da antiga judiaria, beneficiando de um espaço entre muros parcialmente desocupado após a expulsão/conversão forçada dos judeus ibéricos nos finais do século XV.

Na realidade, devido à pouca influência, instabilidade e rebeldia do Prior da casa (frei Valentim da Luz), as obras de acolhimento do frades agostinhos só avançam no ano de 1568, quando Frei João de São José coloca em ordem nos “espíritos”, sendo caracterizado como homem de acção e humanista. A partir da segunda metade do séc. XVI começa um período de decadência económica da cidade, o movimento comercial cai abruptamente, e, embora as obras do convento ainda continuassem, havia um número reduzido de religiosos sem grande influência sobre a população.

Esta obra foi uma das pioneiras do austero “Estilo Chão” no Algarve (um estilo vernacular e original, acentuado pela cultura arquitectónica de base tratadística e pela prática militar).

O edifício é composto por uma igreja (barroca) de fachada sóbria e planta longitudinal de nave única e capela-mor rectangulares que por sua vez

⁷¹ SANTOS, João Paulo dos - “Pousada N.ª. Sra. Da Assunção”, ENATUR, 1996 , pág. 17



Imagem 163 – Fachada sul



Imagem 164 – Estado actual



Imagem 165 – Claustro (coberturas)



Imagem 166 – Fachada poente



Imagem 167 – Estado actual



Imagem 168 – Estado actual



Imagem 169 – Ala sul

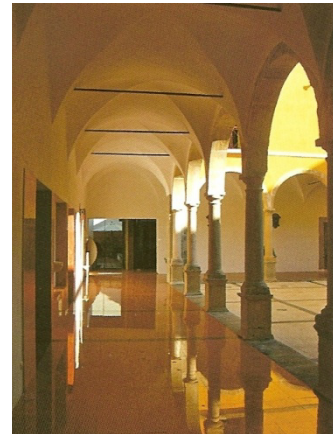


Imagem 170 – Estado actual



Imagem 171 – Claustro



Imagem 172 – Estado actual

se relaciona com o claustro renascentista (do séc. XVI/XVII), de planta quadrangular e dois pisos, e a escadaria nobre (também barroca).

Disposto perpendicularmente à Igreja surge um alongado corpo de dois e três pisos (nos torreões), com duas torres rectangulares nos limites e panos intermédios compostos por grandes janelões de molduras barroca (que corresponde ao espaço anterior de dormitório), e que incorpora, no piso inferior a portaria do convento e outras divisões.

Ao longo da história o convento graciano sofre várias transformações, nomeadamente a campanha de 1758 a 1778 (da autoria do arquitecto algarvio Diogo Tavares e do Mestre Bento Correia), que no caso das alas conventuais, foram integralmente remodeladas, actualizando-as, destacando-se também a escadaria monumental e a porta de acesso à hospedaria, com o seu tímpano interrompido por frontão triangular.

A extinção das ordens religiosas em 1834 dita o abandono do edifício por parte dos religiosos e a alienação dos bens artísticos que decoravam a igreja e dependências conventuais (à semelhança do sucedido á maior parte dos conjuntos monásticos da altura).

Em 1839, o edifício é requisitado pelo Ministério da Guerra, passando a servir de quartelamento militar e em 1904, é convertido em arrecadação militar. Foi adquirido em 1999 foi adquirido pelo município de Tavira que acorda com a ENATUR a conversão do antigo convento em pousada.⁷² (imagem 161 e 162)

A Pousada (imagem 163 a 172)

Encomenda da ENATUR/IPPAR- Pousada histórica

Projectada entre 2003 e 2006 por Arq. João S. de Sousa Campos

Inaugurada em 2006

Nº de quartos: 36

⁷² SANTANA, Daniel - Pousada do Convento da Graça. pág. 53

O acesso principal à pousada faz-se perpendicularmente em relação à igreja e através de um pórtico exterior (com frontão aberto e as armas dos Agostinhos esculpidas em relevo), sendo que no interior surge um espaço de recepção que se relaciona frontalmente ao núcleo central do edificado: o claustro de planta quadrangular e dois pisos. No piso térreo é aberto por cinco arcos de volta perfeita por banda, assentes em colunas de ordem toscana apoiadas em pedestais e no piso superior possui janelas de sacada em vez das anteriores galerias (avandaradas, composta por entablamento recto sobre pequenas colunas assentes em balastrada ou parapeito).

Do claustro, e situado do lado oposto da igreja, acede-se a salas de refeição e salas de reunião, ao bar (de espaço amplo e que interliga zonas diferenciadas de estar), à Igreja (actualmente espaço polivalente), e à área exterior ajardinada e piscinas que por sua vez se relacionam com os quartos localizados a poente.

A circulação vertical efectua-se através da Escadaria Nobre, e, acedendo a esta, surge o Deambulatório seguido de espaços de lazer, sala de estar (na ala oposta à da entrada) e quartos, uns localizados no antigo dormitório e outros ainda num volume localizado a nascente.⁷³

Segundo João de Sousa Campos, *“as operações de reabilitação envolvem, sem dúvida, extensa problemática histórica, urbanística e arquitectónica e enquadram-se hoje, de maneira cada vez mais determinante, nas tarefas de humanizar as cidades que nos foram legadas, de modo a mantê-las vivas e harmoniosas.*

Enquanto autor, o que poderei salientar da experiência do projecto foi a preocupação de, com uma gramática que não adopta o mimetismo, atingir uma simbiose entre o que existia e o que passa a existir, reabilitando o mais extensamente possível quanto herdámos.

A abordagem de uma intervenção de reabilitação, implicando extensa reconversão funcional com vista a uma alteração de uso tem de ser encarada como um exercício de cultura. Isto significa que o atributo da responsabilidade

⁷³ Ver Anexos. VIII

(aos arquitectos e igualmente aos outros profissionais da História e das artes e Técnicas da construção, aos políticos e aos donos de obra) se torna verdadeiramente indispensável, tanto mais quando não existe uma teoria universal aplicável.

Por isso reclamei, sempre que pude e soube, toda a liberdade para o meu projecto, sabendo que da intervenção entre responsabilidade e autonomia necessariamente resulta o ajustamento da actuação - e tendo em vista que a preservação do Património implica, sobretudo, agir. Para tanto há que contar, e depois confiar, com o poder criativo, largo e exigente.

O exercício de simplificação que, como atitude, norteou o projecto desde o início, é a marca prevalecente do resultado atingido.

Realizar o projecto foi também, ou sobretudo, mais um exercício de paixão, perseverando na exigência, larga e criativa, da resposta viável (e, reconheço, por vezes de coragem) aos desafios que houve que superar.”⁷⁴

Como género de conclusão, considero que a questão de intervenção no património não é uma questão pacífica, visto que, por um lado não se pode generalizar, e, nem por outro, considerar cada caso como um caso particular, sendo assim, haverá sempre debate, concordâncias e opiniões contrárias: devido ao livre arbítrio.

⁷⁴ CAMPOS, João S. de Sousa - *Pousada do Convento da Graça*, ENATUR, Outubro de 2006, pág. 79

TERCEIRA PARTE : ESTUDO PRÉVIO - POUSADA DE MACEIRA DÃO

Capítulo 5: Reversão do Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão em Pousada - programa

A realização recente de diversos projectos de arquitectura em edifícios de Património, nomeadamente monásticos, levantam à questão da necessidade de se definirem posturas e/ou metodologias válidas, realistas e adequadas a este edificado, questão pertinente quando se pretende injectar vida, dar continuidade a um monumento, quando se pretende responder a questões de abandono, degradação e esquecimento.

Numa tentativa de justificação do programa escolhido para a proposta de reversão, entende-se *que “um mosteiro será, a grosso modo, uma pousada para religiosos, em que o uso é, dormir, passear, meditar, comer, conviver, usufruir do espaço e gozar dos espaços de lazer, podendo encontrar-se aqui uma analogia de funções.*⁷⁵ De facto, ambos possuem portarias/entradas, refeitórios/restaurantes, cozinhas, celas/quartos, espaços de lazer e o claustro como elemento comum de articulação de espaços.

Deste modo, considera-se que os esquemas dos edifícios religiosos podem ser reaproveitados, sem que para isso sofram drásticas modificações, somente as necessárias e suficientes para essa adaptação do novo uso, uma vez que a uma nova função do edifício deve corresponder a novas necessidades e implicações (nomeadamente grandes zonas de serviço, redes de águas, esgotos, telefone, televisão, electricidade, ar condicionado e muitas outras exigências de conforto, higiene, segurança e aspecto geral), ainda que necessite de ficar ressalvado o valor espiritual assim como o edifício em si.

A proposta de adaptação do Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão a pousada surge no seguimento da análise tipológica, formal e programática do edificado.

⁷⁵ SANTOS, Joaquim e ALVERNAZ, Pedro -*Reabilitação de conventos e mosteiros para pousadas: breve ensaio*. Coimbra: Departamento de arquitectura. 1999, pág. 7

O programa da pousada apresenta-se com base da análise dos casos de estudo apresentados.⁷⁶

	Guimarães	Bouro	Crato	Arraiolos	Tavira	Maceira Dão
N. de Quartos + Suites	49 + 2	30 + 2	21 + 3	30 + 2	30 + 6	22
Área dos Quartos	32 m2	24 m2	24 m2	25 m2	30 m2	30 m2
Área restauração / Convenções	S. Af. Henriques- 208 m2 (Cap. 150)	Restaurante 154 m2 (Cap. 90)	Restaurante (Cap. 150)	Restaurante (Cap. 150)	Rest. Mouraria 166 m2 (Cap. 80)	Restaurante Poente 75 m2 (Cap. 45)
	Rest. D. Mafalda 200m2 (Cap. 150)	Former Dining-hall 110m2 (Cap. 120)	Bar 175 m2 (Cap.120)		P. Mouro Interior 130 m2 (Cap. 120)	Restaurante Sul 85 m2 (Cap. 50)
	Sala da fonte 72 m2 (Cap. 40)	S. Celeiro (barn) 140 m2	Music 36 m2 (Cap.20)	Salão Nobre 95 m2 (Cap. 98)	C. R.Coro Alto 48 m2 (Cap. 50)	Sala Adega 66 m2 (Cap. 35)
	Salão Nobre 162 m2 (Cap. 120)	S. Adega (cellar) 195m2 (Cap. 80)	D. Nuno 87 m2 (Cap. 70)	Multi-utilities 102 m2 (Cap. 115)	C. Room Interior 188 m2 (Cap. 150)	S. litúrgica 270 m2
	S. Frei Jerónimo 205 m2 (Cap. 140)	Terraço 440 m2	Esplanade 175 m2 (Cap. 120)	Terraço 200 m2		Claustro 150 m2
Restaurante- nº Lugares	150	48	44	55	65	45 + 50
Capacidade Casamentos	450	130	120	140	150	65
Estaciona- mento	Sim (20)	Sim (30)	Sim (30)	Sim (20)	Sim (6)	Sim (40)
Actividades	Piscinas (ad. e cr.) Jogos de mesa Bicicleta	Piscinas (ad. e cr.) Jogos de mesa	Piscina Jogos de mesa	Piscinas, Ténis Jogos de mesa Cavalos, Bicicleta	Piscinas (ad. e cr.) Jogos de mesa	Piscinas(ad. e cr.) Jogos de mesa Bicicleta

⁷⁶ Quadro comparativo dos casos de estudo efectuados para o “programa base”.

Capítulo 6: Proposta - apresentação, a nível de estudo prévio, da proposta de intervenção

Pela definição de estudo prévio, e no que respeita ao Programa Preliminar, o arquitecto deve *“esclarecer com precisão as condições para o trabalho, no caso a definição pelo cliente dos objectivos, características orgânicas e funcionais, condições financeiras e prazos; no Programa Base o autor do projecto verifica a sua viabilidade e estabelece um programa crítico alternativo com propostas de ajuste ao primeiro (depois de aprovado pelo cliente, este passa a ser o documento de referência para o desenvolvimento do projecto de arquitectura).*

O Estudo Prévio é elaborado pelo autor do projecto e fixa-se com a identificação de uma estrutura conceptual inteligível por parte do cliente. Deve ser constituído por plantas, cortes e alçados, (imagens 3D ou maquetas não são obrigatórias, mas constituem um instrumento essencial para a correcta interpretação do projecto), memória descritiva, estimativa de custos e todos os elementos julgados oportunos para o esclarecimento da solução.”⁷⁷

Dito isto, na Parte II apresenta-se uma proposta, a nível de estudo prévio, à escala 1:500, composta por desenhos do existente e da proposta de intervenção - plantas, cortes, alçados e desenhos a 3d.

⁷⁷ Ordem dos arquitectos /secção regional sul - trabalhar com um Arquitecto.

ANEXOS

I. Cronologia⁷⁸

<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Ordem de Cister</i>	<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Maceira Dão</i>
1098	Fundação da Abadia de Cister		
1099 - 1109	Instituta monachorum cisterciensium de molismo - no capítulo XV , o exordium parvum, são esboçadas as primeiras directivas a ter em conta na fundação dos mosteiros		
1112	A abadia de cister começou a prosperar após a entrada de S. Bernardo.		
Século XII	Sob a orientação de s. Bernardo, a abadia borgonhesa assumiu a chefia dos destinos, da ordem, reflexo do apogeu que então vivia e limitou a acção do Capítulo Geral ao equivalente a uma simples assembleia de vassallos		
Século XII	Os princípios da Ordem, são definidos numa série de textos fundamentais: O Pequeno Exordio de Cister (Super exordium cisterciensis caenobii), A Carta de Caridade, As Definições do Capítulo Geral (Instituta generalis capituli), O Usos e Os Usos dos Conversos		
1113 a 1115	Fundação das quatro filhas de Cister: La Ferté, Pontigny, claraval e Morimond		
Século XII	Os mosteiros, principalmente os beneditinos e cistercienses, eram grandes centros de indústria agrícola vastos institutos práticos e fábricas auxiliares de lavoura		
1131	Fundação de Santa cruz de coimbra - centro cultural mais original e pujante do princípio da nacionalidade		
25 Julho 1139	Batalha de Ourique, após a qual D. afonso Henriques terá sido proclamado rei		

⁷⁸ Esta cronologia teve como base a prova de pré-profissionalização de Ana Paula Nabais e Victor Leite Silva, págs. 74 a 80.

<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Ordem de Cister</i>	<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Maceira Dão</i>
1139	Começa a construção de Fontenay, a mais genuína criação dos cistercienses		
1144	Consagração de Fontenay		
1152	S. Pedro de Mouraz: tentativa malograda de fundação.		
Abril 1153	Fundação de Santa Maria de Alcobaça.		
1153	Morre S. Bernardo.		
		Julho 1154	D. Afonso Henriques doa umas terras a D. Soeiro.
1161 / 1169	S. Cristóvão de Lafões, designado como mosteiro benedito em 1161, é reconhecido com cisterciense numa bula de 18 de Agosto de 1169	18 Agosto 1161	Carta de Couto de Santa Maria de Moimenta.
1161 / 1169	Santa Maria de Salzedas, em 1161 obedece à regra beneditina. Numa bula de 1169 o mosteiro é reconhecido como cisterciense.	1161	D. Soeiro e seus frades tinham comprado uma grande vila em Maceira, junto do rio Dão.
1162	Santa Maria de Seiça, é fundado por D. Afonso Henriques.	1162	Pelo preço de 80 morabitinos e em remissão dos seus pecados o bispo de viseu, D Osório, com o consentimento do seu cabido, entrega a D. Soeiro a igreja de Moimenta, livre de todos os tributos ou direitos, de dízimos de ltuosas e de oblatas.
		1 Setembro 1165	O Cavaleiro Afonso Pais e outros irmãos seus doaram a D. João e ao convento de moimenta uma certa herdade "com tal cláusula que a possuam enquanto guardarem a regra do nosso padre S. Bento, com a observância e rigor que então tinham e, cessando a guarda dela, lhe tiram a herança e anulam a doação".
		1168	Doação de uma herdade a D. Soeiro, em Moimenta, conhecida por Igreja Velha.
		1168	Data provável da transferência do mosteiro, para o sítio actual.
1170 / 1205	S. Pedro das Águias, há um documento que o dá como mosteiro beneditino em 1170. Só em 1205 ele aparece pela primeira vez nas decisões do Capítulo Geral.	1170	D. Soeiro compra uma grande herdade em Maceira e um "testamento" que pertencera ao bispo de Viseu. No mesmo ano, compra uma nova herdade em Maceira.

<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Ordem de Cister</i>	<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Maceira Dão</i>
1173 / 1194	Santa Maria de Fiães, foi afiliado entre estas datas.	31 Outubro 1173	Diploma de Couto passado ao mosteiro, por D. afonso Henriques: " <i>Monasterio nuestro quod vocatur de santa Maria de Manzanaria, quod a uobis fundatum atque constructum est inter Zuraram et Viseum in ripa esilicet fluminis aon</i> ". D. Soeiro fundou e construiu antes de 1173 o Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão.
1182 / 1195	Santa Maria do Bouro: a sua filiação fez-se entre estas datas.		
		1184	Dão ao Abade D. Soeiro e a seus frades, seis maravedis e um moio de pão, para comprarem uma grande herdade, à Ponte Cavalari.
1185	Morre D. afonso Henriques. D. Sancho I ocupa o seu lugar.		
1188	O Capítulo Geral, providência normas, com intuito de impedir os abades de se endividarem na construção de edifícios desmedidos e luxuosos.	1188	Santa Maria de Maceira Dão, abandona a regra de S. Bento para abraçar o Instituto de Cister, a partir de então os prelados do mosteiro são escolhidos pelo D. Abade de Alcobaça e não pelo convento.
1109 - 1210	Crise agrícola e demográfica.		
1195	Destruição do Mosteiro de Alcobaça e morticínio dos monges. Afiliação de Santa Maria de seixa.	1195	A primeira menção do mosteiro nas Actas dos Capítulos Gerais de Cister.
Século XII (fim)	Infiltração do Gótico, aumento das dimensões dos edifícios o que constituiu uma traição à antiga humildade das construções cistercienses.		
Século XII (fim)	Santa Maria de Aguiar , torna-se português quando é rectificada a fronteira na região de Riba-Côa.		
Século XIII (início)	A Monarquia Portuguesa apoia-se nos monges de Alcobaça.		
Século XIII (início)	Todas as ordens religiosas se encontram mais ou menos corrompidas.		
Século XIII (início)	Santa Maria de Ermelo		
Século XIII (início)	A acumulação de bens e dinheiro por parte dos cistercienses gera a antipatia das populações locais		

<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Ordem de Cister</i>	<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Maceira Dão</i>
1220 / 1206	S. Mamede de Lorvão é afiliado na Ordem de Cister. Mosteiro visigótico na sua origem passando depois a Beneditino.	1204	O Abade de Maceira concedeu Carta de Foral aos Moradores do Couto de Figueiredo de Seia, e manda proceder às "estremenças e departamentos" do mesmo couto.
1211	Morre D. Sancho I, D. Afonso II sucede-lhe.		
		1212	Neste ano, o Papa não só toma o mosteiro de Maceira sob a sua protecção, como ainda lhe confirma todos os bens e granjas antes de este abraçar o Instituto de Cister.
1220	Santa Maria da Estrela.	1220	D. Mendo, abade de Maceira Dão, constrói ou reestrutura e povoa o Mosteiro de Santa Maria da Estrela. A dependência da Estrela em relação a Maceira Dão é atestada pelo nome que por vezes lhe é dado, Maceira de Covelliana (Maceira de Covilhã).
1221	Afiliação de S. Paulo de Frades.		
1223	Morre D. Afonso II, D. Sancho II sucede-lhe.	1223	D. Afonso II deixa em testamento, 100 maravedis, ao Mosteiro de Maceira Dão.
1248	Santa Maria das Júnias, transita para a Ordem de Cister.		
1248	Morre D. Sancho II, D. Afonso III é proclamado rei.		
		8 Fevereiro 1274	Carta de D. Afonso III a contestar o poder judicial exercido pelos abades de Maceira.
1279	Morre D. Afonso III, D. Dinis é Rei.	1279	D. Afonso III, lega 100 libras, ao Mosteiro de Maceira Dão.
Século XIII (final)	Em todo o país com a aproximação do século XIV, a curva de evolução do poder e da irradiação da Ordem de Cister vai entrando em declínio.		
Século XIV (início)	O número de conversos vem a diminuir.		
		1303	O convento dá uns herdamentos ao Bispo de Viseu, em troca de umas terras em Tibaldinho.
		23 Janeiro 1321	O Mosteiro começa a pagar uma contribuição de 500 libras . A mais elevada de toda a diocese de Viseu - para subsídio da guerra contra os mouros.

<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Ordem de Cister</i>	<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Maceira Dão</i>
1325	D. Dinis lega 200 libras "...a todos los Mosteyros de monges brancos da Ordem de Cister...". Após a sua morte D. Afonso IV começa o seu reinado.		
1357	Morre D. Afonso IV e D. Pedro I é proclamado Rei.		
		15 Julho 1362	Sentença do Cónego de Viseu e Vigário Geral, condenando o Convento de Maceira a pagar um foro anual de 20 soldos, ao bispo e ao cabido, pela adega que os frades tinham, na rua das tendas, junto da adega de Sta. Clara de Coimbra e da quelha das casas de João Lourenço da Covilhã, " e que havia oito anos e mais que lhes não foi pagado o dito foro..."
1367	Morre D. Pedro I, sucede-lhe D. Fernando.		
1383	Morte de D. Fernando. Até ao seu reinado os abades de Alcobaça eram eleitos pela comunidade e confirmados em Claraval. Do tempo daquele em diante, os Papas reservam para si o direito da nomeação, vindo-se desde essa altura na casa de Alcobaça abades que nunca lá haviam vivido.	1383	Os frades de Maceira Dão (e de outros mosteiros) juntamente com a nobreza, tomam partidos pelos direitos de Castela. Esse apoio faz com que percam o apoio real, abandono de quase meio século que foi aproveitado pela nova nobreza para rapinar o mosteiro.
1383 /1385	Interregno na sucessão do trono. Crise Nacional.		
1385	D. João I é proclamado Rei.		
1429	Santa Maria de Xabregas desapareceu.		
		1430	O Papa manda que o Deão de Coimbra faça tornar ao mosteiro os prazos e rendas de que se achava despojado pela péssima administração dos anteriores abades
		1431	Há um só monge no mosteiro. O mosteiro chega à última decadência por má administração dos seus bens. São bem patentes os efeitos do afrouxamento disciplinar dos cistercienses; decadência inevitável.
		143...	O mosteiro recupera com D. FR. Álvaro, mas só tem possibilidade de manter dois ou três frades, é necessário efectuar vultuosos gastos com a reedificação de algumas dependências da casa.

<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Ordem de Cister</i>	<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Maceira Dão</i>
		1432	D. Afonso I, a requerimento do Abade de Maceira Dão fez revogar todos os emprazamentos, aforamentos e arrendamentos, que haviam sido feitos por menos daquilo que deviam, declarando nulos os ditos contratos.
1433	D. João I é sucedido por D. Duarte.		
		13 Fevereiro 1434	D. Duarte insiste e reforça a determinação de seu pai, a favor do Mosteiro de Maceira Dão.
1438	D. Duarte morre com peste que assolava o país. D Afonso V, é Rei aos seis anos de idade, sendo o país regido por sua mãe, e mais tarde também pelo seu tio.		
		31 Julho 1445	Os bens do mosteiro de Maceira atingiam à volta de 1600 "números". "...é couto e jurisdição do Mosteiro, e é limite e termo sobre sí, onde outrem ninguém não tem nenhuma coisa, e tudo inteiramente é do mosteiro..." O Duque de Viseu mandou elaborar novo tombo do mosteiro.
1452	Bula de Nicolau V legitimando a separação do mosteiro de Alcobaça, concede-lhe o direito de visitar e reformar as casas portuguesas da ordem. Más relações de Afonso V com Claraval.		
5 Maio 1458	Algumas casas filiadas em Alcobaça criam uma bolsa de estudo para um monge de cada mosteiro e para a sustentação de um mestre de gramática e lógica.	5 Maio 1458	Ao mosteiro de Maceira Dão cabia o pagamento de 250 reais em cada ano.
1481	A D. Afonso V sucedeu D. João II.		
		1483	Encontra-se em actividade o scriptorium de Maceira Dão, com três copistas identificados.
1495	D. Manuel inicia o seu reinado.		

<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Ordem de Cister</i>	<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Maceira Dão</i>
1498	D. Manuel mandou proceder a um inquérito ao estado geral e às rendas dos mosteiros de monges Bernardos, à data existentes no seu reino. Nele se seguem facilmente a grande anemia, a magreza normal das rendas, a ruína que minaria humildes edifícios, feitos apenas de caybro e ripa.		
Século XV	Os abades deixam de ser perpétuos e passam a exercer um governo de três anos.		
		1503	Obras. D. Abade esperava que o numero de religiosos chegasse a doze.
1519	O Cardeal Infante D. Afonso, filho de D. Manuel, uma criança de poucos anos, é colocado na cadeira abacial de alcobaça. Deste modo, para el-Rei reverteu a direcção da mais vasta e poderosa das nossas comunidades cistercienses, a qual, por acréscimo de honra, vê o seu prestígio ainda mais Ampliado.		
1521	D. João III sucede a D. Manuel I		
		1526 / 1539	Há doze monges em Maceira dão. Os rendimentos do Mosteiro são avaliados em 80 mil reais anuais
		21 Dezembro 1532	"Era um mosteiro bastante dotado de rendimentos, mas pequeno e mal construído. Tinha um bom abade com quinze monges, vivendo uma vida mais eremita que monástica, naquele deserto, deambulando por ali à vontade porque o mosteiro não tinha qualquer cerca, senão a própria solidão. Não havia refeitório nem cozinha regular. Reinava a maior pobreza".
		25 Junho 1533	"Era preciso que houvesse apenas dez irmãos e religiosos (embora havendo nove ou dez fosse largamente suficiente). Peço-lhe e suplico-lhe insistentemente que não haja aqui mais que nove porque, devido à falta de rendimentos, não pode haver mais, e ainda quinze ou dezasseis que não consigo alimentar".

<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Ordem de Cister</i>	<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Maceira Dão</i>
		30 Abril 1536	Os dois monges aragoneses visitam por sua vez o mosteiro de Maceira Dão. O abade D. Diogo tinha morrido e eles são recebidos "com toda a reverência e humildade" pelo seu sucessor. Não encontraram nada para corrigir. Maceira Dão era uma comunidade fervorosa apesar da sua pobreza.
		1537	Tomando em consideração os rendimentos da casa, o Cardeal D. Henrique, fixa o número de frades em dez.
1549	Colégio do Espírito Santo de Coimbra.		
1557	D. Sebastião, com 3 anos de idade inicia o seu reinado, a regência era efectuada pela sua avó e tio-avô.	1553 /1567	Calculou-se que as rendas do mosteiro seriam de 300 mil reis.
		26 Novembro 1560	O Mosteiro tem um aumento nas suas rendas, com a incorporação dos bens do mosteiro das religiosas cistercienses de S. João de Vale de Madeiros, extinto neste ano.
1 Maio 1564	1ª reunião da Congregação Portuguesa em Alcobaca, sob a orientação do Cardeal Infante D. Henrique, comendatário da casa.	1564	O número de monges é definitivamente fixado em dez.
1567	Bula do Papa Pio V legitimando a Congregação Portuguesa.	3 Outubro 1567	O Mosteiro pagou 37 917 réis e meio, subsídio pedido por D. Sebastião devido às "muitas e urgentes necessidades da minha fazenda, e presentes e contínuas obrigações de grandes despesas em o provimento de muitas armadas e sustentação dos lugares de África, e outras muitas extraordinárias despesas necessárias à conservação e defensão de meus reinos e sonhorios...".

<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Ordem de Cister</i>	<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Maceira Dão</i>
8 Novembro 1567	El-rei nosso Senhor considerando as necessidades e grandes despesas que os mosteiros da Ordem de S. Bernardo, determina escusar os ditos mosteiros dessa contribuição.		
		20 Fevereiro 1568	Recebeu o Mosteiro 29 105 réis e meio por virtude da provisão de 8 de Novembro de 1567.
1570	D. Sebastião aprova a independência da Congregação		
1570 / 1574	Alvará e provisão de D. Sebastião criando as Companhias de Ordenanças, para uma mais eficiente defesa do território pátrio. O cargo de capitão-mor pertencia por direito próprio, aos donatários senhores da terra.	1570 / 1574	Nos Coutos de Maceira Dão os prelados passam a intitular-se "Capitães-mores, senhores Donatários dos seus Coutos".
		1573	Rendimento provável: 288 mil réis. É o terceiro com menos rendimento no capítulo reunido em Alcobaça. São-lhe atribuídos dez monges.
1580	Reconhecimento Canónico da congregação Portuguesa, por parte de Roma.		
1581	N. Senhora do Desterro.		
1583	Pequeno livro publicado em Lisboa: "Definições da Ordem de Cister e Congregação de Nossa Senhora de Alcobaça". Aí está traçado o quadro das casas existentes em Portugal e a indicação respectiva do número de monges que cada uma deveria comportar conforme se tratasse de antes ou depois da obra de revisão.		
Século XVI	Diminuição do número de monges, o coro dos conversos tinha desaparecido na maior parte das abadias, vindo a ser destinada aos fiéis a zona que ocupava.		
Século XVI	A lavoura e a criação de gado não estavam no costume dos monges de S. Bernardo tarefas substituídas pelo estudo.		

<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Ordem de Cister</i>	<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Maceira Dão</i>
Século XVII	Dá-se início a um período de reformas em praticamente todas as casas cistercienses.	Século XVII (início)	Já não consta nas despesas a verba para o mestre de gramática e lógica.
		Século XVII	Demoliram-se os menores e acanhados edifícios.
		Século XVII	Até esta data, os cursos de Moimenta eram quase invariavelmente frades do mosteiro mas daí em diante apenas aparecem clérigos seculares no desempenho dessa função.
1640 / 1660	Após a expulsão dos espanhóis e a restauração da independência de Portugal, caracteriza-se este período por uma imensa vida intelectual. D. João IV é aclamado Rei.	1613/ 1668	Claustro e toda a fachada. Ao lado da portaria figura o cronograma - 1613 - mas as obras prosseguiram em 1632. Num pináculo existe a data de 1668 e na porta da portaria 1661. A igreja foi enriquecida com novos paramentos e alfaias, algumas de prata.
		1630	Nove monges, além do Abade.
		1632	Número máximo de frades:15. Devido às obras poucos permaneceram para dizer as missas.
1648	Colégio da Conceição d'Alcobaça.		
1666	É autorizado o consumo de carne ao almoço três vezes por semana (excepto em dias determinados pela Igreja). Nos dias autorizados, os monges tomam as suas refeições numa sala distinta do refeitório (aula carniuum).	Fevereiro 1666	Escritura pela qual o ourives da Prata, da cidade de viseu, se comprometeu fazer dois piveteiros de prata, de peso entre 70 a 80 mil réis, do feito de uns piveteiros que serviam na Capela do Senhor da Santa Sé da Cidade de Viseu.
Século XVII (final)	Surge o manuscrito "Rol dos Religiosos da Ordem", que permite uma curiosa verificação (se bem que parcelar e indirecta), dos resultados da campanha de 1593. O substancial aumento do número de monges aí colhido seria a indicação. A família cisterciense contava, então com trezentos e oitenta e cinco monges os quais povoavam vinte e seis conventos.		

<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Ordem de Cister</i>	<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Maceira Dão</i>
Século XVII (final)	Surge o manuscrito "Rol dos Religiosos da Ordem", que permite uma curiosa verificação (se bem que parcelar e indirecta), dos resultados da campanha de 1593. O substancial aumento do número de monges aí colhido seria a indicação. A família cisterciense contava, então com trezentos e oitenta e cinco monges os quais povoavam vinte e seis conventos.		
		Século XVIII (início)	A jurisdição do crime, nos Coutos de Maceira Dão e de Moimenta, era do Juíz de Fora de Azurara, sendo os Abades senhores desses coutos, com jurisdição civil.
		1703 / 1705	Há pelo menos sete frades.
		28 Dezembro 1720	A morosidade das obras levou o D Abade a vender algumas das propriedades que o mosteiro tinha na Vila de Fornos de Algodres. Devido aos fracos rendimentos não podiam pagar as obras de uma só vez.
		1726	14 frades.
		1726 / 1728	11 frades.
31 Maio 1731	A igreja dos Clérigos, no Porto, é mandada construir, depois de aprovada em reunião a planta apresentada por Nicolau Nasoni.		
2 Junho 1732	Colocação de primeira pedra dos Clérigos.		
		1734 / 1736	Há no Mosteiro 8 religiosos.
		2 Março 1744	Reedificação da igreja. A obra é posta a lanço, tendo sido arrematada, por 6000 cruzados e 100 mil Réis, por quatro meses pedreiros provenientes de Barcelos e de Tarouca (José Ribeiro Alves, João Martins, João da Costa Coelho e João Fernandes Ribeiro). O D. Abade, prior e mais religiosos tinham determinado mandar reedificar a igreja deste Mosteiro na forma da Planta que para isso haviam mandado fazer.

<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Ordem de Cister</i>	<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Maceira Dão</i>
		1745	Um homem da Granja de Fagilde lançou fogo a uma das matas dos frades.
		1747	Provável conclusão da obra de pedreiro até à "cornigem real" conforme a escritura.
1750	D. José inicia o seu reinado, tendo como primeiro ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, mais tarde nomeado Marquês de Pombal.		
1 Novembro 1755	Terramoto		
1758	Conclusão das obras da Igreja dos Clérigos.		
1777	D. Maria I assume o governo do reino.	1776 / 1777	Maceira Dão (juntamente com outros quatro mosteiros) foi subitamente fechados por motivos irrisórios e seus ocupantes dispersos. Após a morte de D. José I e o afastamento do Marquês de Pombal, os cistercienses puderam regressar aos seis mosteiros.
		1779	Dois Mestres pedreiros do Minho fazem a obra de pedraria da Capela-Mor.
		28 Setembro 1779	Faz-se a escritura da Obra de escultura. Obra entregue ao autor do risco do retábulo e tribuna da Capela-Mor, que veio de Seia. A data de conclusão da obra aponta par Novembro de 1780.
1789	Revolução Francesa.	1789 / 1791	Vivem no Mosteiro sete frades além do abade.
		Século XVIII	Capela da Nossa Senhora da Cabeça. Erguida num lugar de peregrinação e de retiro para os monges.
		Março 1820	12 sacerdotes.
		1821	Factos gravíssimos motivados pela disputa dos direitos da pesca e do uso das águas do rio Dão, que os monges tinham por seus direitos exclusivos. Não só os frades rondavam, como mandavam rondar pelos seus criados armados de espingardas as duas margens dos rios.

<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Ordem de Cister</i>	<i>Data</i>	<i>Acontecimentos e Maceira Dão</i>
		28 Abril 1821	A despesa a que o Mosteiro é anualmente obrigado ascende a 644 000 Réis, ficando de rendimentos líquidos 1 conto e 136 000 Réis.
		Abril 1821	Tinha o Mosteiro 12 religiosos criados domiciliados tinha três solteiros, dois casados e um viúvo.
		Maio 1821	11 religiosos moradores no Mosteiro.
		24 Junho 1821	Na discussão da Comissão da Constituição sobre os acontecimentos ocorridos nas águas da ribeira dos Frades e do Dão há um parecer dizendo que "o Mosteiro devia ser extinto, aplicando-se ao Tesouro Nacional os bens que possuía; processados os Frades criminosos, e os outros distribuídos pelos mais conventos da Ordem". O resultado considera o termino de seus privilégios e regalias feudais.
1822	Redacção da Constituição pelas Cortes Gerais.	1822 (início)	Dois religiosos (sem confirmação segura, visto que numa escritura de empenzamento desse mesmo ano se verifica, além da assinatura do abade, mais sete frades residentes no mosteiro).
1834	Após a convenção de Évora Monte, D. Maria II assume o governo segundo o regime constitucional.		
30 Maio 1834	Decreto da extinção das ordens religiosas.		
		4 Junho 1834	Chegam à sub-perfeitura de Tondela (a que pertencia Maceira Dão) instruções para que se procedesse ao inventário e se tomasse posse dos bens do Mosteiro.
		14 Junho 1834	Inventário dos vasos sagrados e paramentos, da livraria e manuscritos, dos objectos de refeitório, cozinha, enfermarias e mais mobílias do comum, pertencentes ao mosteiro de Maceira Dão
		15 junho 1834	Auto de Declaração que fazem os reverendos Padre Presidente Abacial e Procurador do Mosteiro de Maceira Dão.
			Após esta data o mosteiro terá sido leiloado. Neste momento encontra-se na posse de um particular.

II.A lenda da fundação do Mosteiro, seg. Fr. Bernardo de Brito

"Da fundação do Mosteiro de Maceira Dão, e como se reduziu da Ordem de Nosso Padre S. Bento à nova reformação de Cister debaixo da filiação de Santa Maria de Alcobaça. Entre as casas que depois da morte do nosso padre S. Bernardo se reduziram neste Reino à ordem de Cister, foi uma delas o Mosteiro de Maceira Dão, o qual se fundou primeiro para monges de S. Bento no ano de nossa redenção de 1139 e se reduziu à observância de Cister no de 1157. O exórdio desta fundação e mudança foi o seguinte: Houve no tempo do Conde D. Henrique um Mouro, alcaide de Leiria, chamado Albarach, homem de singular esforço, e que nas cavalgadas que fazia em terras de Cristãos saía sempre com muito nome; mas como os sucessos da guerra são vários, entrando uma vez a correr as terras de Coimbra, onde o Conde estava, ele lhe saiu e, dando-se batalha, ficou Albarach vencido e cativo em mão do Conde, com grande sentimento dos Mouros, que por seu resgate davam um preço excessivo. Não pareceu bom conselho resgatar facilmente homem de tanta importância, assim por não oprimir os cristãos com suas cavalgadas, como por ficar sem ele mais fácil a conquista de Leiria e das terras de sua comarca, que o Conde determinava adquirir para seu estado. Andava Albarach com gente de guarda na Corte, mas mui bem tratado em tudo o mais, que não era liberdade: e mudando-se o Conde para Guimarães, ele se quisera no caminho escapar de suas mãos, como de feito escapara se lhe não entenderam na inquietação do corpo, mudança do rosto e demasiado entrar e sair duma câmara para uma sala, que tratava alguma novidade; e buscando sollicitamente o que seria, acharam-lhe cavalos aviados para fugir aquela noite, contratando de levar consigo um dos próprios soldados que o tinham em guarda. Com isto se pôs nele mais vigilância, e chegando a Guimarães o mandou o Conde prender na fortaleza, onde esteve muitos tempos, visitado dos senhores da Corte, entre os quais um monge chamado Pedro, confessor do Conde D. Henrique, o visitava muitas vezes e praticavam largamente em coisas diversas, no meio das quais vinham a meter-se em matéria de fé e da lei de Cristo, em que o santo monge lhe dizia coisas maravilhosas; e por tão bom modo que Albarach veio a gostar de as ouvir e a tratá-las com afeição de maneira que por algum discurso do tempo, alumando-o Deus, veio a ter tanto conhecimento da fé católica e tanto

aborrecimento aos enganos da torpe lei de Mafoma que pediu o baptismo com grande instância, e se lhe deu por mãos do próprio monge, com a solenidade devida a tal pessoa. Quisera o Conde trazê-lo em sua Corte e fazer-lhe as mercês que seu esforço merecia; mas ele que tinha os olhos postos em Deus, e queria só os bens e mercês da glória, enfeitando tudo pediu ao religioso que o convertera que lhe lançasse o hábito de Anacoreta e aceitasse em suas mãos os votos que queria fazer ao Senhor, para se ir viver ao deserto e fazer penitência da vida mal gastada. Fez-se no modo que pediu; e instruído no modo de vida que tomava e nas batalhas de tentações que havia de passar, se partiu da Corte no ano de 1109, três anos antes da morte do Conde, e depois de ter vivido em companhia de uns ermitães santos que viviam ao longo do Douro, se veio a buscar sítio para viver livre de companhia humana, e fundou ermida perto de onde agora está o mosteiro de Maceira Dão, em um sítio mais alto; e vivendo ali em grande abstinência, ouvia algumas noites cantar no vale algumas vozes suavíssimas, com pausas e toada mui devota, conforme se vê nos mosteiros de Religiosos; e entendendo que era aquele lugar santo e dedicado a Deus, mudou a ele seu oratório em que viveu muitos anos, com grande opinião de santidade, à fama do qual se lhe ajuntaram alguns discípulos, a quem ele fez tomar o hábito e profissão da regra do nosso Padre S. Bento, que era a que então florescia. Entre eles foi um homem nobre da Corte de el-Rei D. Afonso Henriques, a quem por morte do primeiro fundador daquele oratório tomaram os monges por seu prelado e abade. Chamava-se este D. Soeiro...¹⁷⁹

⁷⁹ *Loc. Cit.* ALVES, Alexandre, pág. 143 In “Crónicas de Cister”, cap. III, pp. 295 e segs.

III. Carta de Couto de Sta Maria de Moimenta

— *"In nomine [Patris] et Ffillii] et S[piritus] Sfancti] a[mem]. Quoniam quidem decet unumcumque fidelem de rebus suis sibi a superno largitore collatis Dei ministros participes efficere, iccirco ego Alfonsus Dei gratia Portugalensium rex, ut celestium bonorum coheres efficiar, placuit mihi ut una cum filio meo rege d[omno] Sancio et filia mea regina d[omna] Tarasia regni mei coheredibus facerem Deo et omnibus Sanctis eius et vobis abbati d[omno] Sueiro Tedonii vetrisque fratribus tarn presentibus quam futuris in perpetuum promovendis cautum de monasterio vestro quod vocatur de Sancta Maria de Mazanaria, quod a vobis funda-tum atque constructum est inter Zuraram et Viseum in ripa scilicet fluminis Aon. Huius igitur monasterii cautum vobis facio et concedo per loca ilia in quibus comes d[omnus] Fernandus lapides erexit et signa fecit. Qui termini ita incipiunt, scilicet, in ipso smolitorio sicut vadit sursum per cacumen ipsius montis, dividendo inter Fagildi et Mazanariam, quomodo vertit aqua ad utramque partem et vadit in directum ad ilium comarum quod dividit inter Fagildi et Mazanariam et inde sicut vadit dividendo inter Mazanariam et Tabulosam, deinde sicut dividit cum Fornos por sumitatem de ipso castro de Fornos et per illos mormoliales et per illam petram quam dicunt de Sanctarem, deinde quomodo vadit dividendo cum Teobaldi usque ad Petram Rubeam et de ipsa Petra Rúbea ad locum ilium ubi intrat ille fontanus qui venit de Teobaldi in Aon, et inde per ilium patronem quern posuit comes d[omnus] Fernandus in ilia ripafluminis et alia parte et includit ipsum flumen ad illam crucem quam comes Fernandus iussit facere in directum de predicto smolitorio unde primum fecimus mentionem. Quiequid itaque vos infra términos istos habeatis et ad regale ius pertinet hoc cauto munio et confirmo, ut vos illud habeatis et possideatis in perpetuum et omnes successores vestri qui ibi servierint et in vita sancta perseverave-rint. Si qua igitur ecclesiastica secularisve persona istum nostrum factum irrumpere temptaverit, sit maledicta et excommunicata et per cauti irruptionem pariat vobis seu vocem vestram pulsantibus quiequid extra cautum violenter extraxerit vel intus contra voluntatem vestram fecerit duplatum et insuper cogatur redere vobis quingentos sólidos probatae monetae. Facta carta cauti pridiae kalendarum Novembrium sub Era M.C.C.XI.*

Ego predictus rex Alfonsus una cum filiis meis rege d[omno] Saneio et regina d[omna] Tarasia vobis predicto abbati d[omno] Suerio ac fratribus vestris hanc cartam cauti quam fieri iussi coram idoneis testibus roboro et confirmo.

Petrus Fernandus maiordomus conf, Menendus Gunsalviz signifer conf, comes Fernandus tenens terram Visei et Zurarae conf. Petrus ts., Pelagius ts., Menendus ts., Gunsalvus ts., Rodericus ts., Fernandus ts.

*REX ALFONSUS. REX SANCIUS. TARASIA REGINA.*⁸⁰

⁸⁰ *Loc. Cit.* ALVES, Alexandre, pág. 19

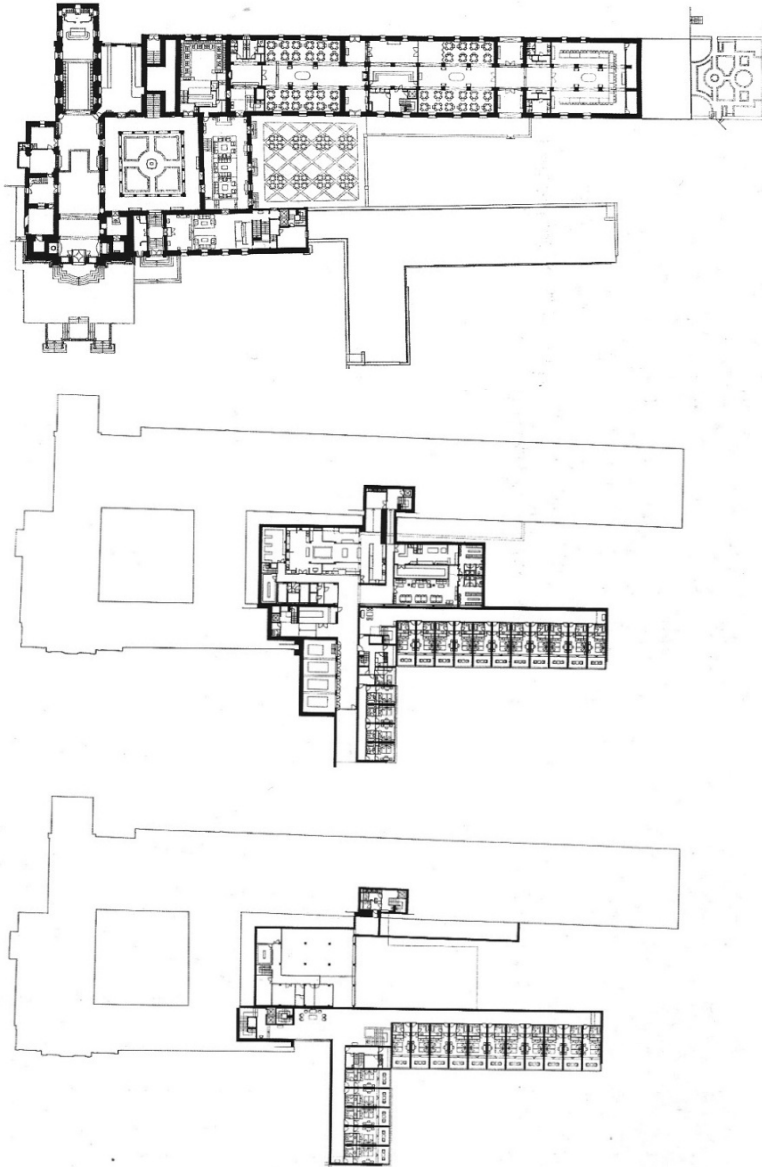


Imagem 173 – Plantas da pousada: piso 3, 2 e 1

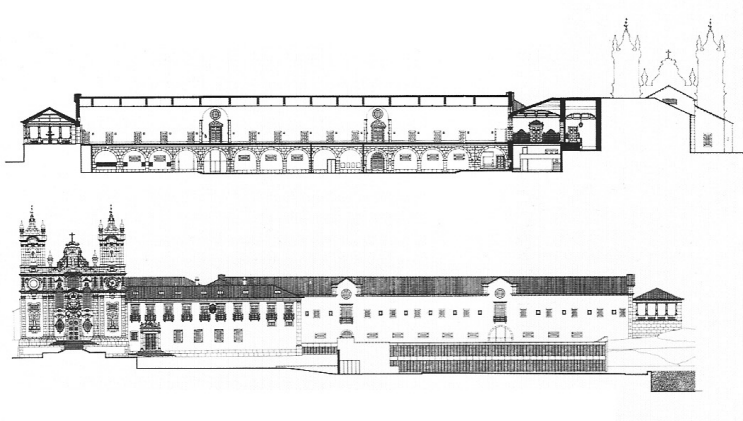


Imagem 174 – Corte longitudinal pela ala nascente e alçado principal da pousada

IV. Pousada de Santa Marinha

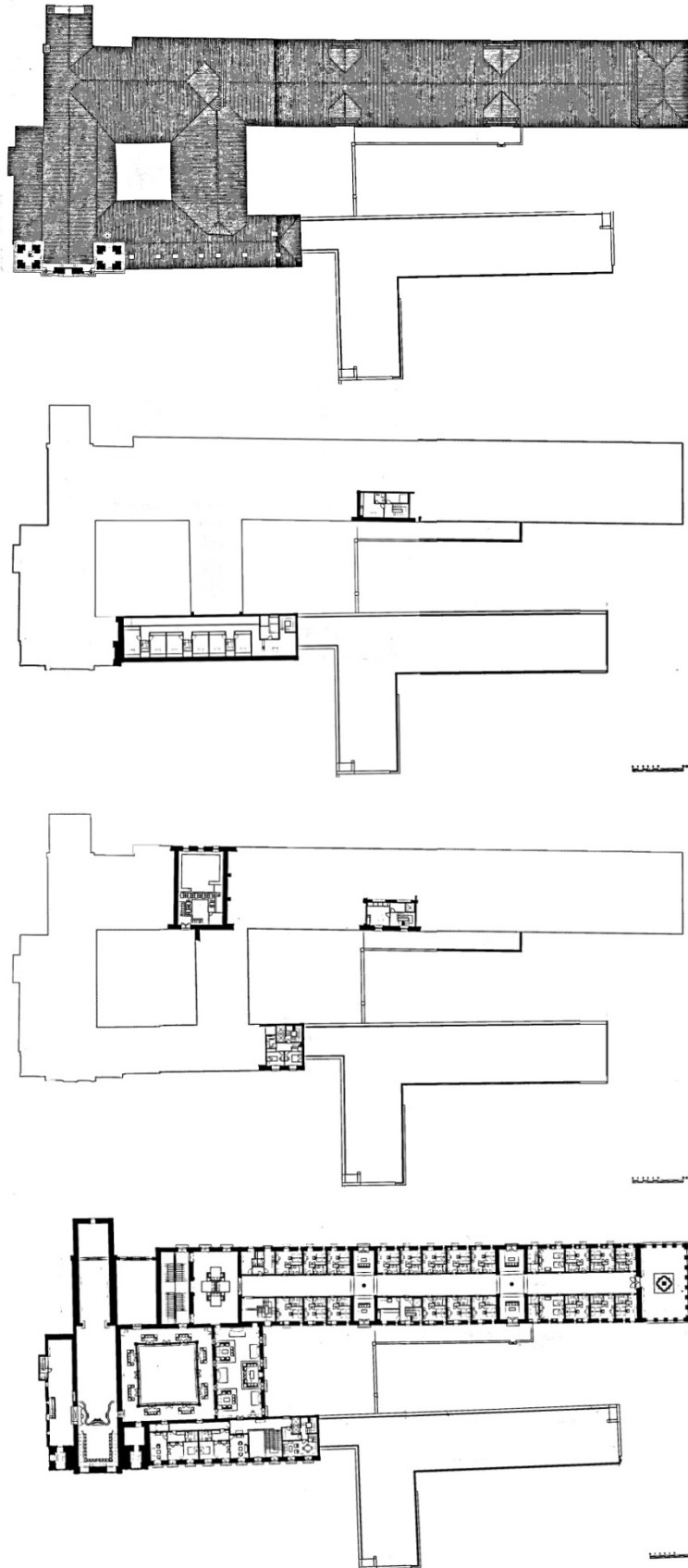


Imagem 175 – Plantas da pousada: cobertura, piso 6, 5 e 4

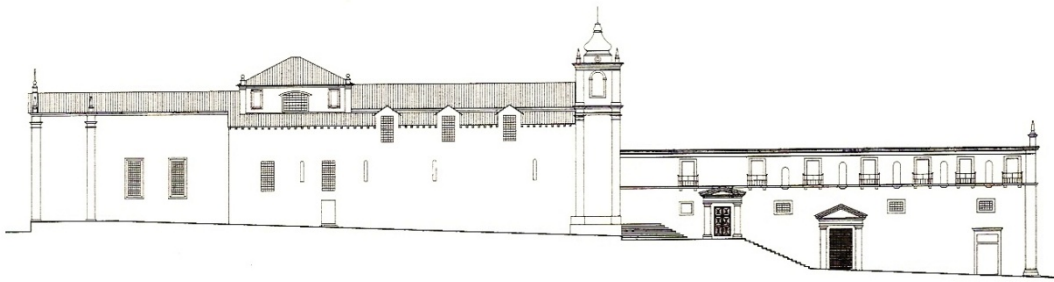


Imagem 177 - Alçado Norte da pousada

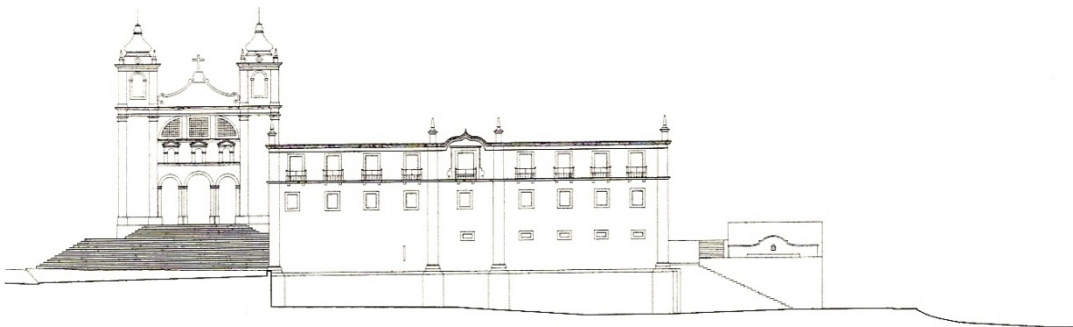


Imagem 178 – Alçado Poente da pousada

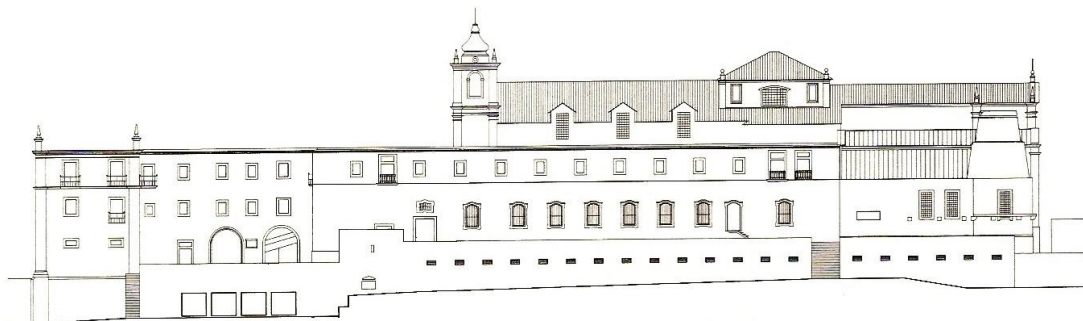


Imagem 179 – Alçado Sul da pousada

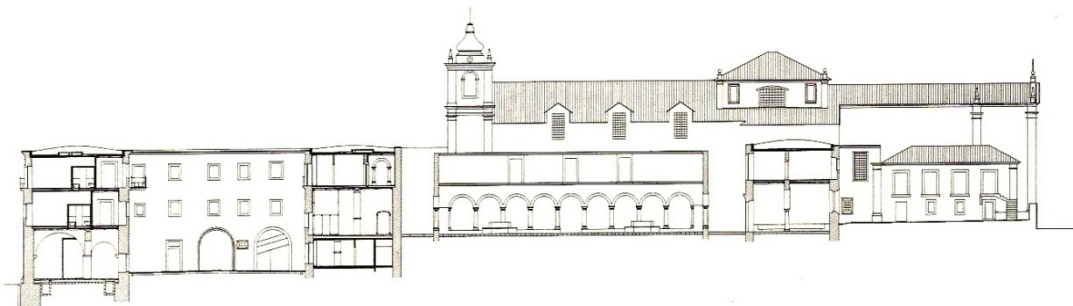


Imagem 180 – Corte longitudinal pelo claustro

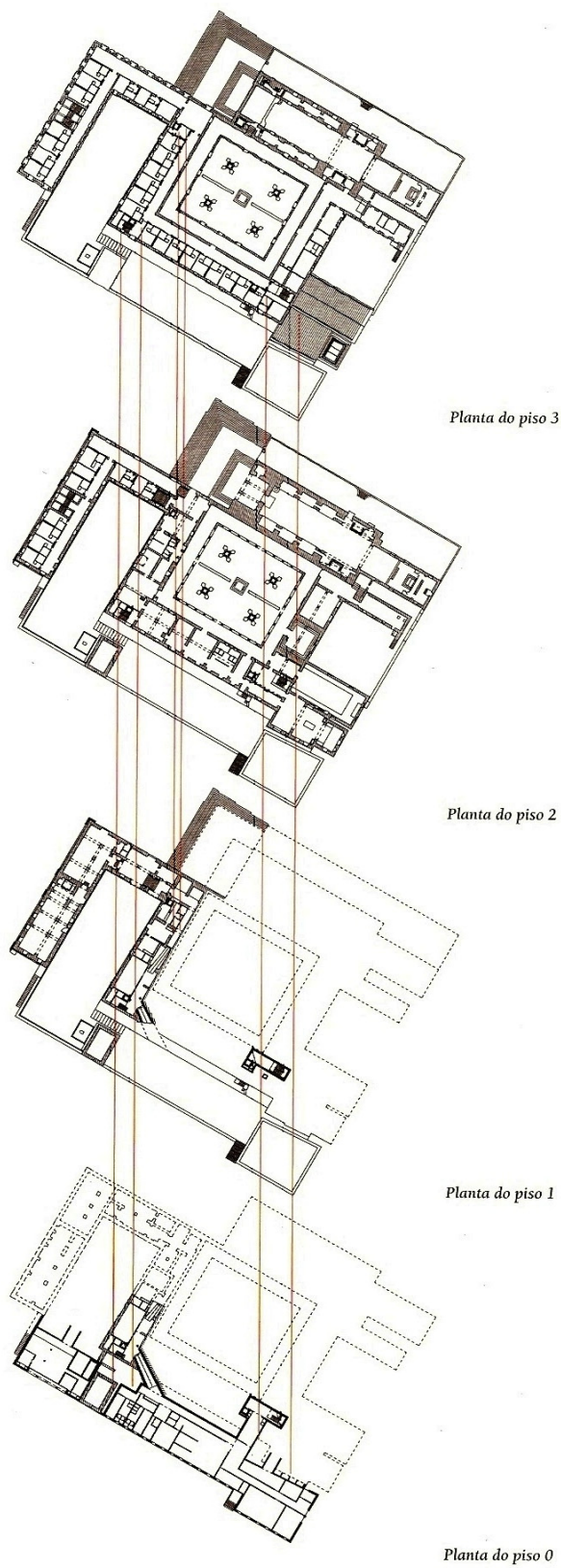
V. Pousada de Santa Maria do Bouro

Imagem 176 - Plantas da pousada

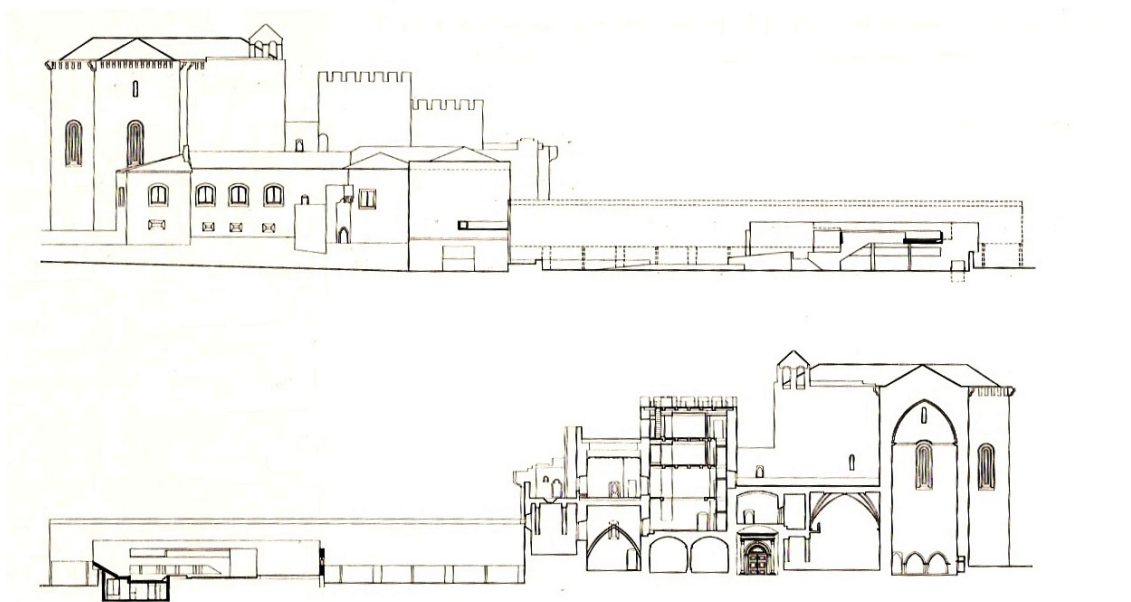


Imagem 183 – Alçado Norte e corte alçado Sul

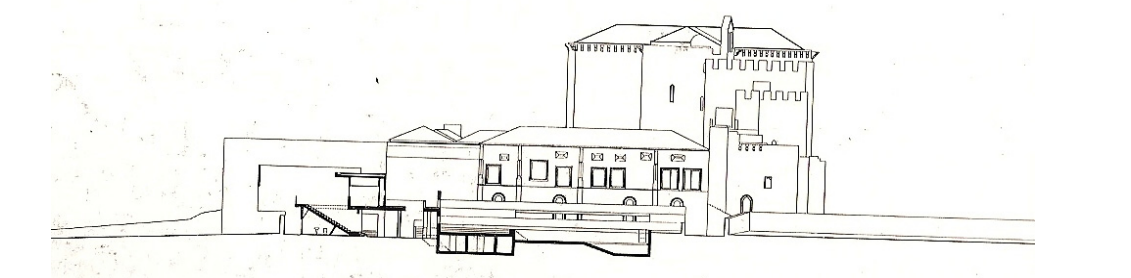


Imagem 184 - Corte alçado Poent

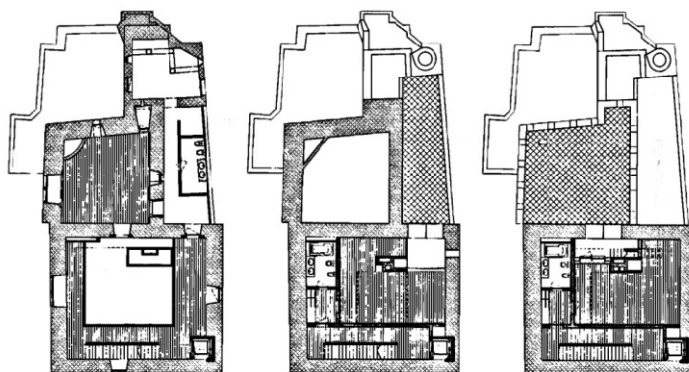


Imagem 185 - Plantas da Torre do Paço

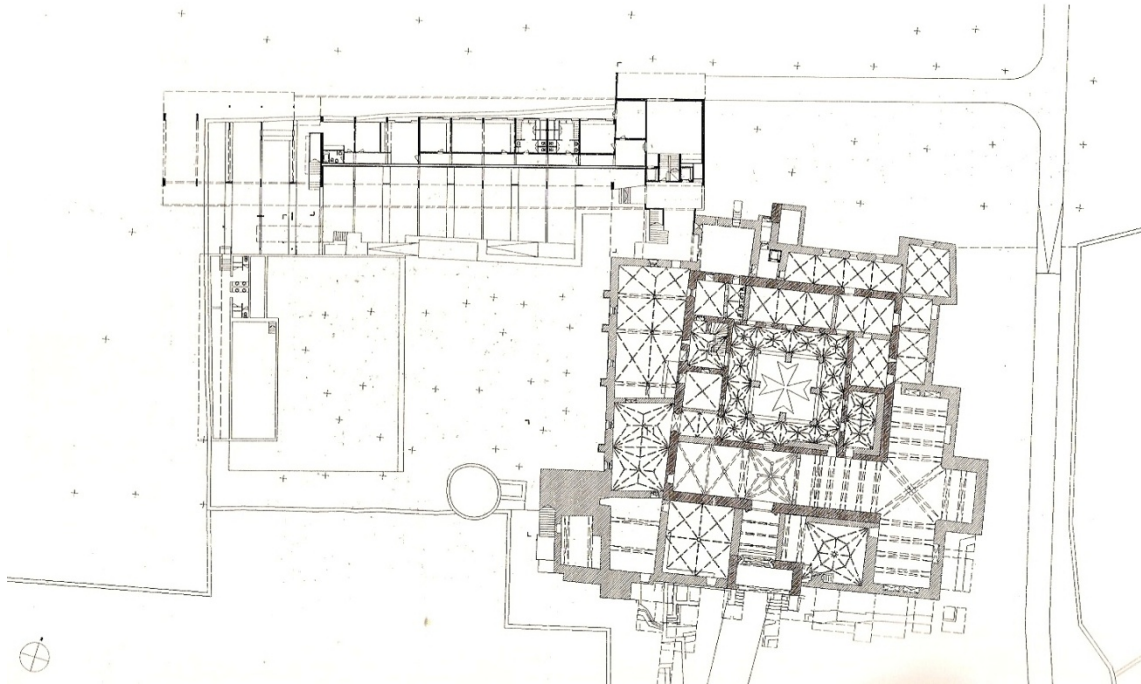
VI. Pousada de Santa Maria da Flor da Rosa

Imagem 181 – Planta do piso inferior

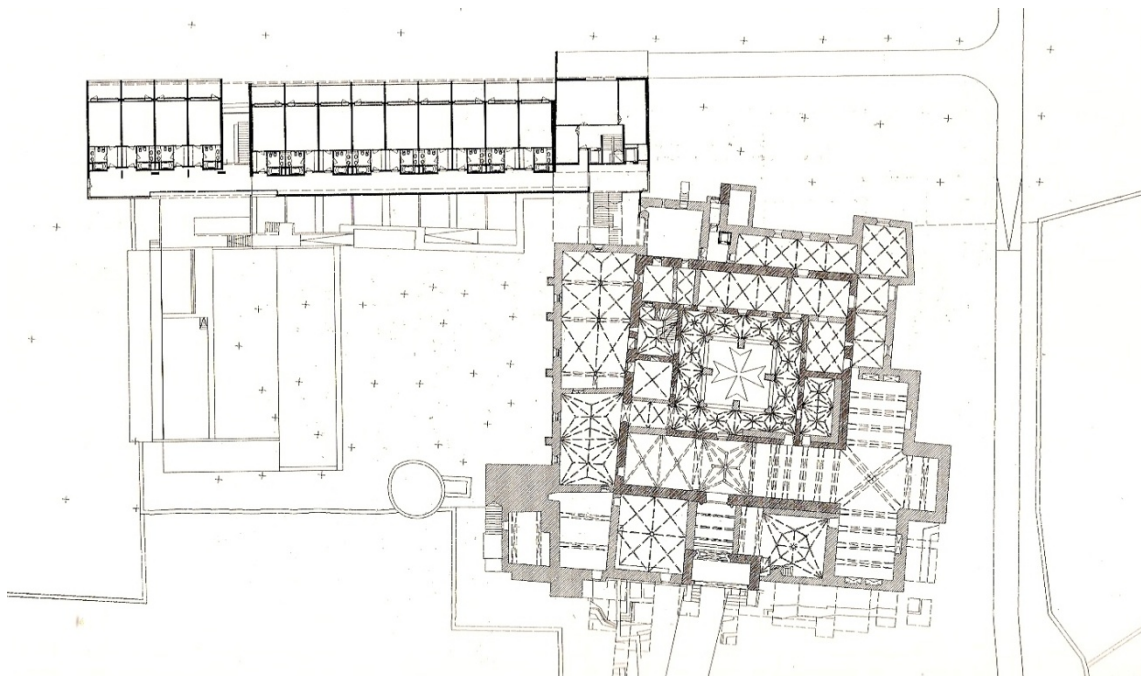


Imagem 182 - - Plantas do piso superior

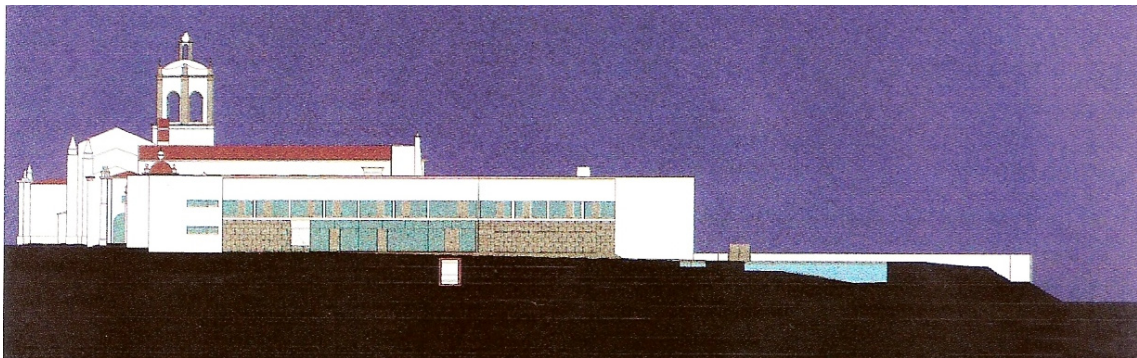


Imagem 189- Alçado Nascente

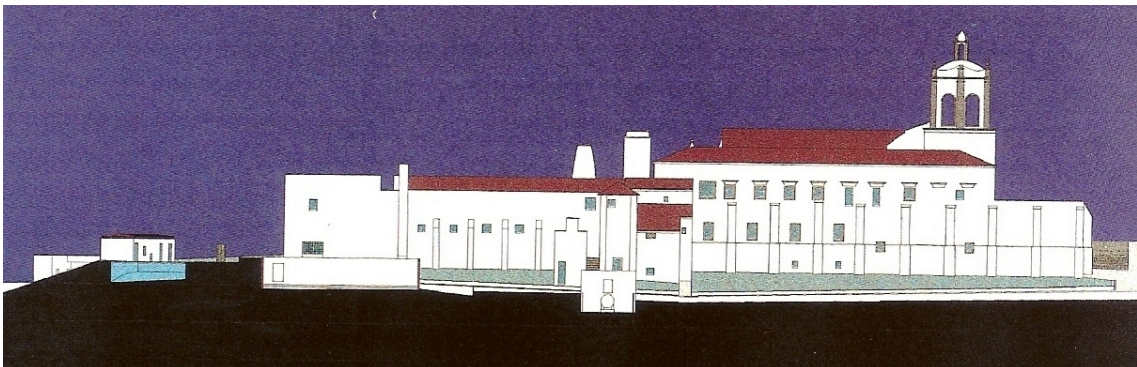


Imagem 190 – Alçado Norte

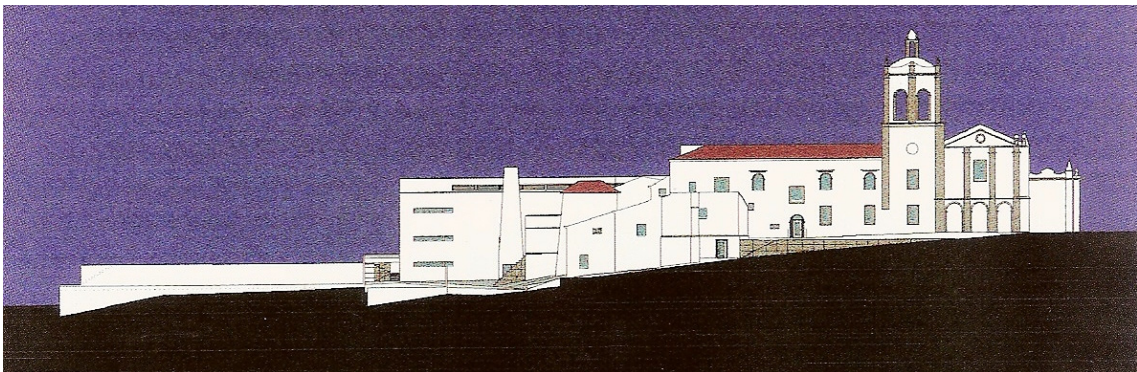


Imagem 191 – Alçado Poente

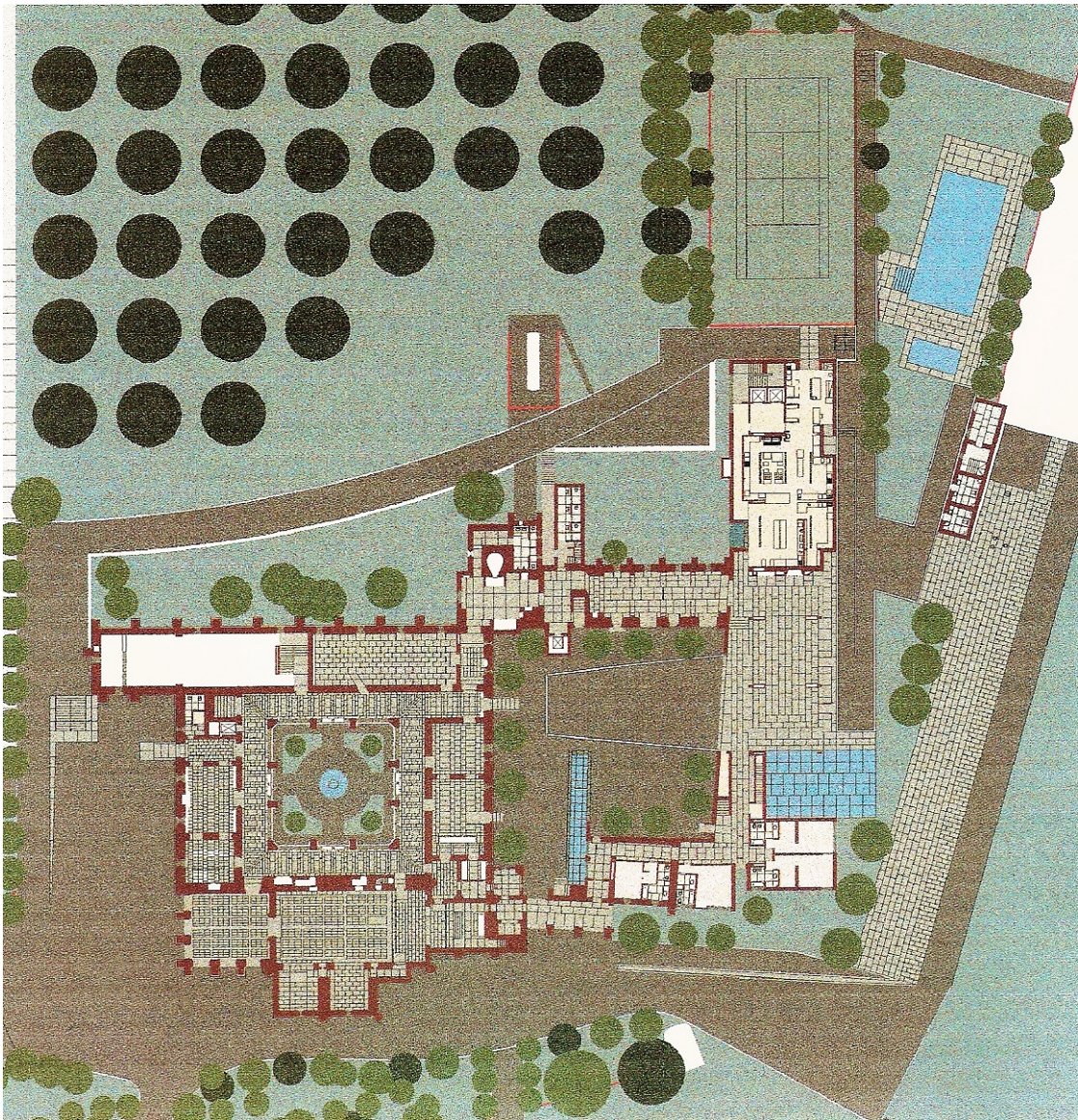
VII. Pousada de Nossa Senhora da Assunção

Imagem 186- Planta do piso principal da pousada

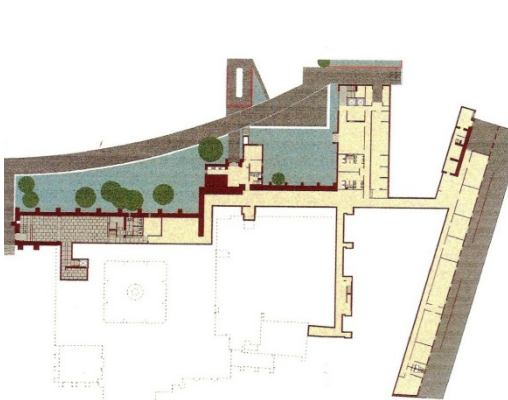


Imagem 187- Planta do piso inferior da pousada



Imagem 188 – Planta do piso superior da pousada

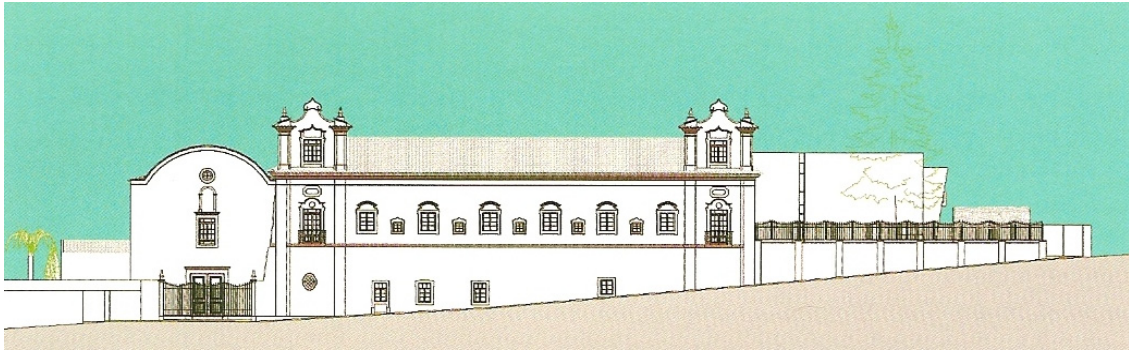


Imagem 194 – Alçado Sudeste



Imagem 195 – Corte transversal

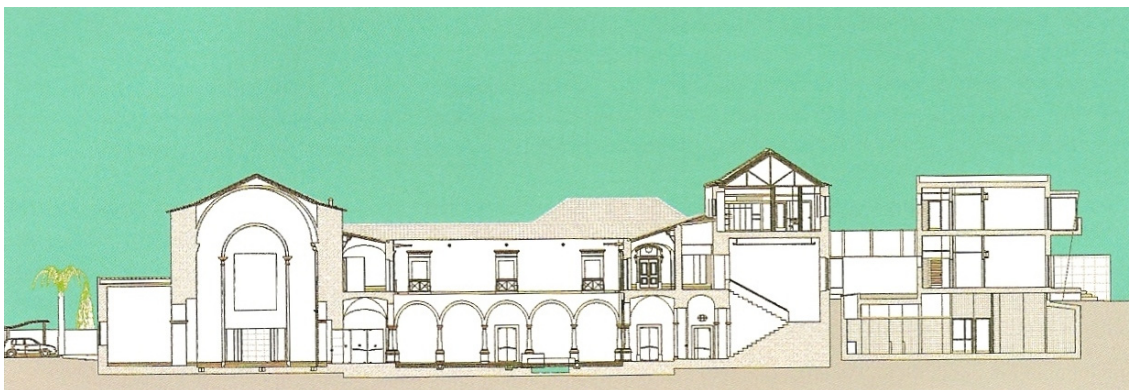


Imagem 196 - Corte transversal

VIII. Pousada do Convento da Graça

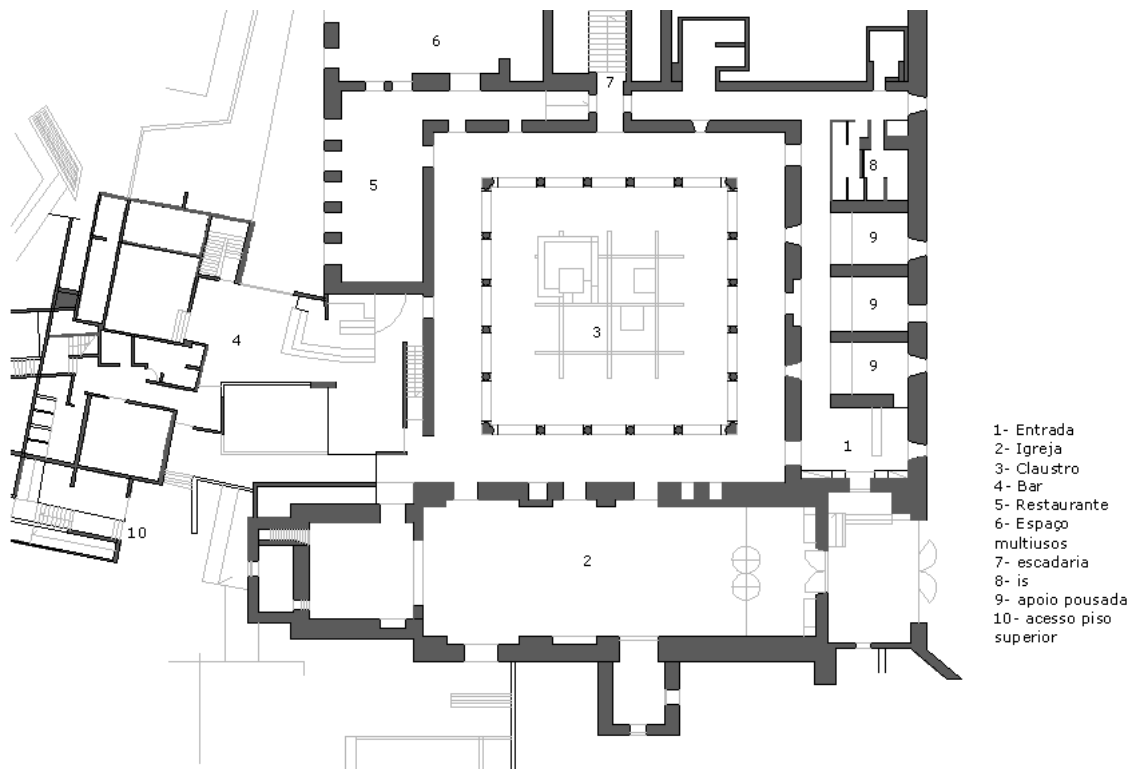


Imagem 192 - Planta do piso térreo

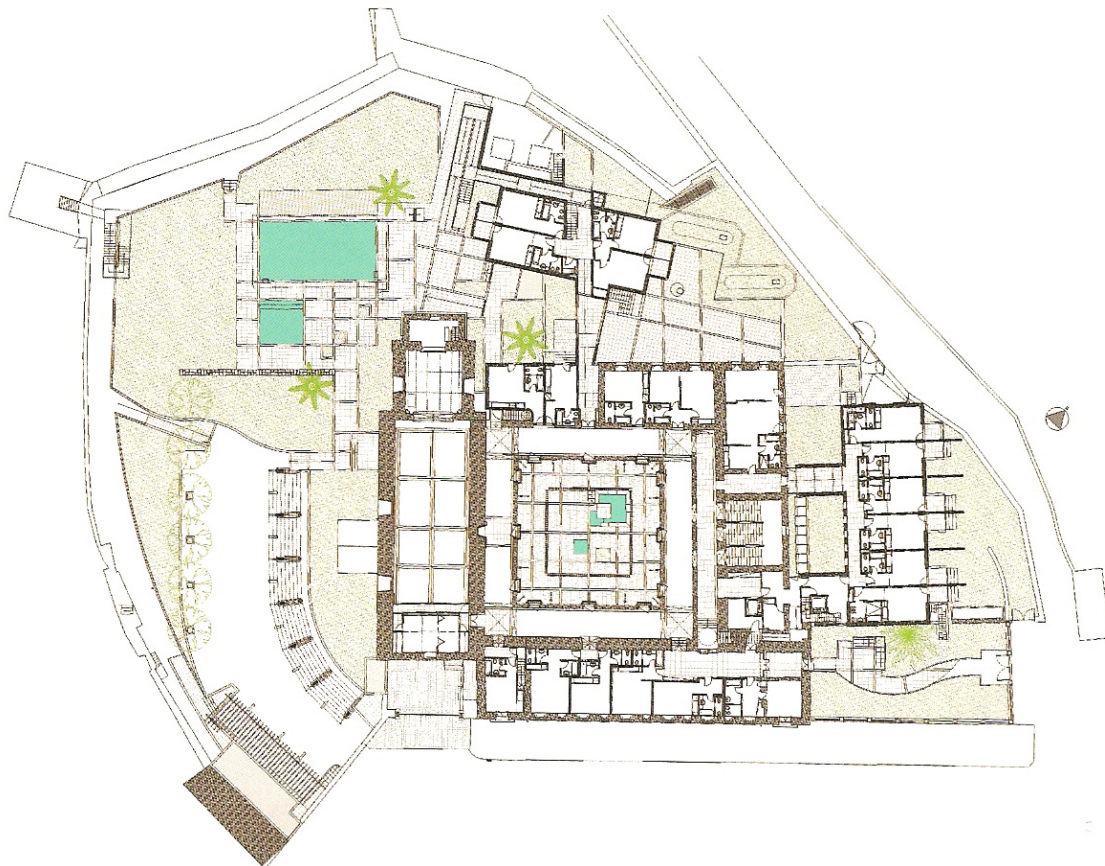


Imagem 193 - Planta do piso superior

FONTES DE IMAGEM

	Páginas
Imagem 1 a 12 – Imagem de Autora	10 a 14
Imagem 13 a 20 – Sr. Guilherme	14
Imagem 21 e 24 – SILVA, Manuel Azevedo p. 187 e 187	24 e 26
Imagem 22 e 23 – MANTAS, Vasco p. 222	24 e 26
Imagem 25 – Google Earth	28
Imagem 26 a 33 – Imagem de Autora	28
Imagem 34 e 35 – MONTEIRO, Paulo Celso p. 80	32
Imagem 36 a 52 – Imagem de Autora	34 a 44
Imagem 53 – Foto Prazeres	46
Imagem 54 a 61 – Sr. Guilherme	46
Imagem 62 – ALVES, Alexandre p. 16	48
Imagem 63 – Sr. Guilherme	48
Imagem 64 a 69 – Imagem de Autora	52
Imagem 70 a 78 – Sr. Guilherme	62 e 64
Imagem 79 – Foto Prazeres	66
Imagem 80 e 81 – Sr. Guilherme	70
Imagem 82 e 83 – Imagem de Autora	74
Imagem 84 – Sr. Guilherme	74
Imagem 85 – CUNHA, João Pedro p.116	80
Imagem 86 – Internet	86
Imagem 87 a 110 – CUNHA, João Pedro p. 300	88 a 92
Imagem 111 – Internet	114
Imagem 112 – Pousada de Sta. Marinha Fig.17	118
Imagem 113, 115, 117, 119 - Pousada de Sta. Marinha fig. 35 a 41	120
Imagem 114, 116, 118, 120 – Imagem de Autora	120
Imagem 121 – Pousada de Sta. Marinha fig. 21.....	122
Imagem 122 – Internet	122
Imagem 123, 124, 126, 128, 130, 132 – RAMALHO, Margarida p. 24 e 28 ..	126
Imagem 125, 127, 129, 131 – Imagem de Autora	126

Imagem 133 – TEIXEIRA, Francisco p. 10	130
Imagem 134, 135, 137, 140 – CLEMENTE, Hipólito p. 13 a 18	132
Imagem 136, 138, 139, 141 a 149 – Imagem de Autora.....	132 e 134
Imagem 150, 151, 154, 156, 158 – RAMALHO, Margarida p. 18 a 30 .	136 e 138
Imagem 152, 153, 155, 157, 159 – Imagem de Autora	138
Imagem 160 – Internet	140
Imagem 161, 162, 163, 165, 166, 168, 169, 171, - PEREIRA, Vasco p. 72 a105.....	140 e 142
Imagem 164, 167, 170, 172 – Imagem de Autora	142
Imagem 173 a 175 – COUCEIRO, João p. 139	180 e 181
Imagem 176 e 180 – RAMALHO, Margarida p. 24 e 25	182 e 183
Imagem 181 a 185 – GRAÇA, João Luís Carrilho p. 66 a 69	184 e 185
Imagem 186 a 191 – RAMALHO, Margarida p. 19 a 21	186 e 187
Imagem 194 a 196, 193 – PEREIRA, Vasco p. 74, 77 e 79	188 e 189
Imagem 192 – Imagem de Autora	189

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**Bibliografia**

ALÇADA, Margarida; GRILO, Maria Inácia Teles – **Caminhos do património: DGEMN**. Lisboa : Livros Horizonte, D.L. 1999. 254 p. ISBN 9729763828.

ALFONSO, Ernesto de – **Guia de história da arquitectura: estilos arquitectónicos**. Lisboa : Presença, 2006. 312 p. ISBN 9722335847.

ALMEIDA, C. A. Ferreira de – Património: Riegl e hoje. Revista da Faculdade de Letras. Porto. 2:10 (1993) 407-416.

ALVES, Alexandre – **Apontamentos para uma história do concelho de Mangualde**. Mangualde : Associação Cultural Azurara da Beira, 1984. 127 p.

ALVES, Alexandre – **O Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão: concelho de Mangualde**. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde, 1992. 189 p.

ANDRADE, Hugo Miguel – **Igrejas elípticas em Portugal**. Coimbra : [FCTUC], 2001. 96 p. Prova Final apresentada ao Departamento de Arquitectura.

CASTRO, Teresa - **Françoise Choay: a alegoria do património**. 2ª ed. Lisboa : Edições 70, 2006. 245 p. ISBN 9724412059.

CLEMENTE, Hipólito - **Pousada Flor da Rosa**. 2ª ed. [S.L.] : ENATUR, 2001. 48 p. ISBN 9729647224.

COCHERIL, Fr. Maur – Cistercienses. In Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura. Lisboa : Editorial Verbo, 1967. Vol. 5.

COLÓQUIO ARTE E ARQUITECTURA NAS ABADIAS CISTERCIENSES NOS SÉCULOS XVI, XVII E XVIII, ALCOBAÇA, 1994 – **Arte e arquitectura nas abadias cistercienses nos séculos XVI, XVII e XVIII: actas**. Lisboa : IPPAR, 2000. 327 p. ISBN 9728087780.

COLÓQUIO INTERNACIONAL CISTER: ESPAÇOS, TERRITÓRIOS, PAISAGENS, ALCOBAÇA, 1998 – Cister: espaços, territórios, paisagens: actas. Lisboa : IPPAR, Ministério da Cultura, 2000. Vol. 1 e 2.

COUCEIRO, João, coord. - **Urbanidade e património**. Lisboa : IGAPHE, 1998. 143 p.

CORREIA, Fernando Rui de Alberto Rosado – **De conventos a pousadas: a requalificação da função através dos tempos**. Lisboa : [FAUTL], 2003. 271p. Dissertação de Mestrado.

CUNHA, João Pedro F. G. Alves da – **Metodologias de intervenção no património cisterciense em Portugal**. Lisboa : [FAUTL], 2003. 302p. Dissertação de Mestrado.

FERNANDES, José Manuel – **Arquitectura portuguesa: temas actuais**. Lisboa : Cotovia, 1993. 106 p. ISBN 972802830X.

GOMES, Saul António – **Visitações a mosteiros cistercienses em Portugal: séculos XV e XVI**. Lisboa : IPPAR, 1998. 483 p. ISBN 9728087551.

GOMES, Luís Filipe Coutinho; CARVALHO, Pedro Sobral de – **O património arqueológico do concelho de Mangualde**. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde, 1992. 173 p.

GOMES, Paulo Fernando Sequeira Varela – **Igrejas de planta centralizada em Portugal no século XVII: arquitectura, religião e política**. Coimbra : [FCTUC], 1998. 560 p. Dissertação de Mestrado.

GUSMÃO, Artur Nobre de – Os mosteiros de Cister na época moderna. Porto : [s.n.], 1957. Vol. 2.

GRAÇA, João Luís Carrilho da – **Carrilho da Graça**. Lisboa : Editorial Blau, 1995. 96 p. ISBN 9728311028.

LOBO, Susana – **Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do séc. XX**. Coimbra : Imprensa da Universidade, 2006. 179 p. ISBN 9728704925.

LOPES, Flávio Monteiro; CORREIA, Miguel Brito – **Património arquitectónico e arqueológico: cartas, recomendações e convenções internacionais**. Lisboa : Livros Horizonte, 2004. 351 p. ISBN 9722413074.

MARTINS, Ana Maria T. Ferreira – Espaço monástico: da cidade de Deus à cidade do Homem [Em linha]. [Consult. 17 Março 2009]. Disponível em WWW<URL: <http://ler.letras.up.pt/site/resumo.aspx?qry=id03id1130id2148&sum=sim&l=p&idn3=4408>.

MONTEIRO, Paulo Celso Fernandes – **Património de Mangualde**. 900. Mangualde: Câmara Municipal de Mangualde, 2003. 118 p. ISBN 9729895309.

MOURA, Eduardo Souto de - **Santa Maria do Bouro: construir uma pousada com as pedras de um mosteiro**. Lisboa : White & Blue , 2001. 79 p. ISBN 9728650019.

NÓBREGA, Pedro Pina – **Reflexões sobre um museu municipal de Mangualde**. Lisboa : [Universidade Aberta], 2005. Dissertação de Mestrado.

PEREIRA, Vasco Beça - **Pousada do Convento da Graça**. Lisboa : ENATUR, 2006. 111 p.

Pousada de Santa Marinha In Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Guimarães : DGEMN, 1985. ISSN 08701466. Vol. 130.

RAMALHO, Margarida - **Pousada N.ª Sra. da Assunção**. [Lisboa] : ENATUR, 1996. 47 p. ISBN 9729647232.

RAMALHO, Margarida - **Pousada Sta. Maria do Bouro**. [Lisboa] : ENATUR, 2000. 48 p. ISBN 9729647240.

SANTOS, Ana Paula Nabais; SILVA, Victor M.C. Leite – **Real Mosteiro de Santa Maria de Maceira Dão**. Porto : [Faculdade de Arquitectura], 1994. 121 p. Trabalho de Seminário.

SANTOS, Joaquim Rodrigues dos; ALVERNAZ, Pedro Nuno Brum Vieira – **Reabilitação de conventos e mosteiros para pousadas: breve ensaio**. Coimbra : [s.n.], 1999. 92 p. Trabalho apresentado ao Departamento de Arquitectura.

SILVA, Jorge Henrique Pais da; CALADO, Margarida – **Dicionário de termos de arte e arquitectura**. Lisboa : Editorial Presença, 2005. 395 p. ISBN 9722333364.

SILVA, Cidália M.F. – **Gramática das formas das igrejas cistercienses**. Coimbra : [s.n.], 1997. 114 p. Trabalho apresentado ao Departamento de Arquitectura.

SILVA, José Custódio Vieira da – **Paços medievais portugueses**. 2ª ed. Lisboa : IPPAR. 2002. 369 p. ISBN 9728736118.

SILVA, José Manuel Azevedo e – **Notícias e memórias paroquiais Setecentistas**. Mangualde : Polimage, 2009. 270 p. ISBN 9789728999674.

TEIXEIRA, Francisco - Património religioso e lugares sagrados. Pedra & Cal. Lisboa. 10:38 (2008) 10-16.

Links consultados

<http://arquitectos.pt/documentos/1219760322Z6fHJ4dy3Jr84ZA4.pdf> [Consult. Abril 2009]

<http://patrimoni.us.blogspot.com/2008/02/convento-das-bernardas-em-tavira.html> [Consult. Maio 2009]

http://pt.wikipedia.org/wiki/Categoria_Discuss%C3%A3o:Conventos [Consult. Maio 2009]

<http://revistas.unipar.br/akropolis/article/viewFile/376/342> [Consult. Maio 2009]

<http://www.cmmanualde.pt/default.asp?pag=html/conteudo77.htm> [Consult. Maio 2009]

http://www.ippar.pt/actividades/activ_classificacao.html [Consult. Março 2009]

http://www.ippar.pt/monumentos/mon_monasticos.html [Consult. Março 2009]

<http://www.portugalvirtual.pt/pousadas/pt/index.html> [Consult. Abril 2009]

<http://www.pousadas.pt/historicalhotels/PT/pousadas/Portugal/Norte/SantaMarinha/information/> [Consult. Abril 2009]

<http://www.prime.min>

[economia.pt/PresentationLayer/prime_apoios_00.aspx?activeitem=2&activesubitem=-1&idioma=1&accoid=69](http://www.prime.min/economia.pt/PresentationLayer/prime_apoios_00.aspx?activeitem=2&activesubitem=-1&idioma=1&accoid=69) [Consult. Maio 2009]

[http://www.infopedia.pt/\\$mangualde](http://www.infopedia.pt/$mangualde) [Consult. Maio 2009]

<http://www.prorestauro.com/index.php?option=content&task=view&id=30&Itemid=54> [Consult. Maio 2009]

<http://viasromanas.planetaclix.pt/index.html#viseufamalicao> [Consult. Junho 2009]

<http://neoarqueo.blogspot.com/2009/05/apos-debate-com-joao-ferreira-e-apos.html> [Consult. Junho 2009]

<http://www.oasrs.org/conteudo/mailling/Trabalhar%20com%20um%20Arquitecto.pdf> [Consult. Junho 2009]

http://www.ippar.pt/patrimonio/itinerarios/cister/circ_cister.html [Consult. Junho 2009]

DESENHOS

(Parte II)

LEGENDA:

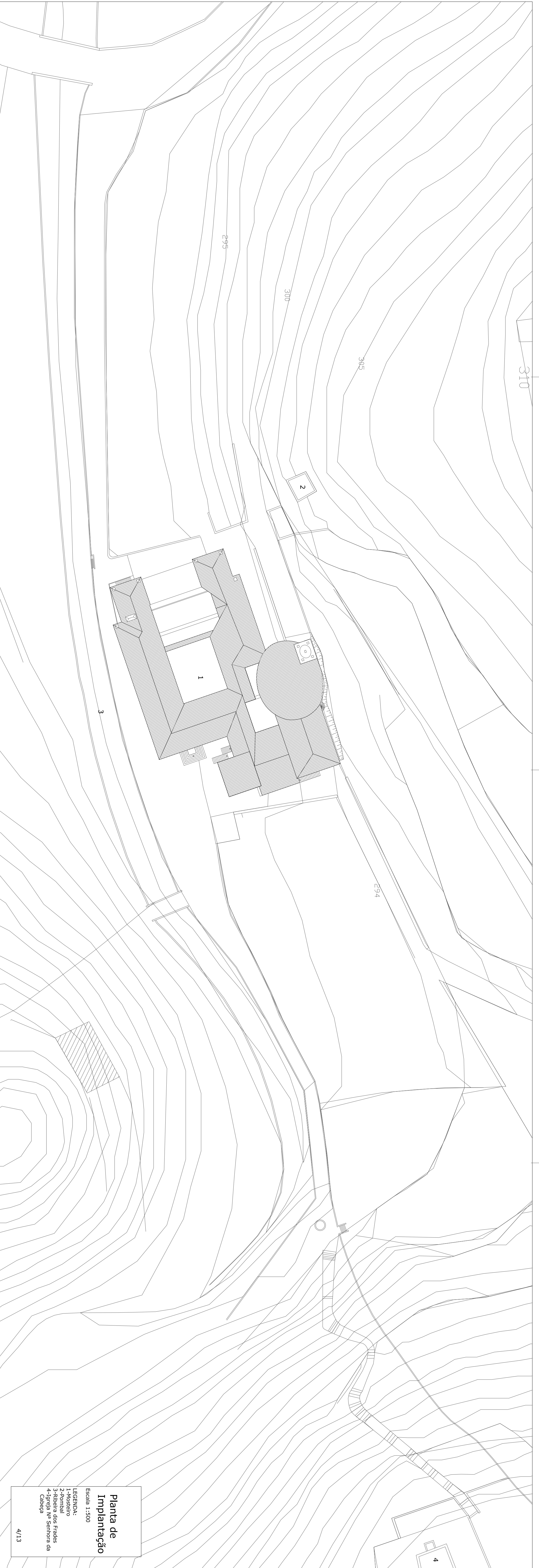
- 1-Planta de localização (1:25000)
- 2-Planta de localização (1:5000)

- 3-EXISTENTE
- 4-Planta de implantação (1:500)
- 5-Plantas (1:500)
- 6-Cortes e Alçados(1:500)

- 7-PROPOSTA
- 8-Planta de Implantação (1:500)
- 9-Plantas : piso 2 e 1 (1:500)
- 10-Planta do piso 0 e Corte DD' (1:500)
- 11-Cortes AA', BB', CC'
- 12-Cortes EE'
- 13-imagens 3d (sem escala)

índice

EXISTENTE

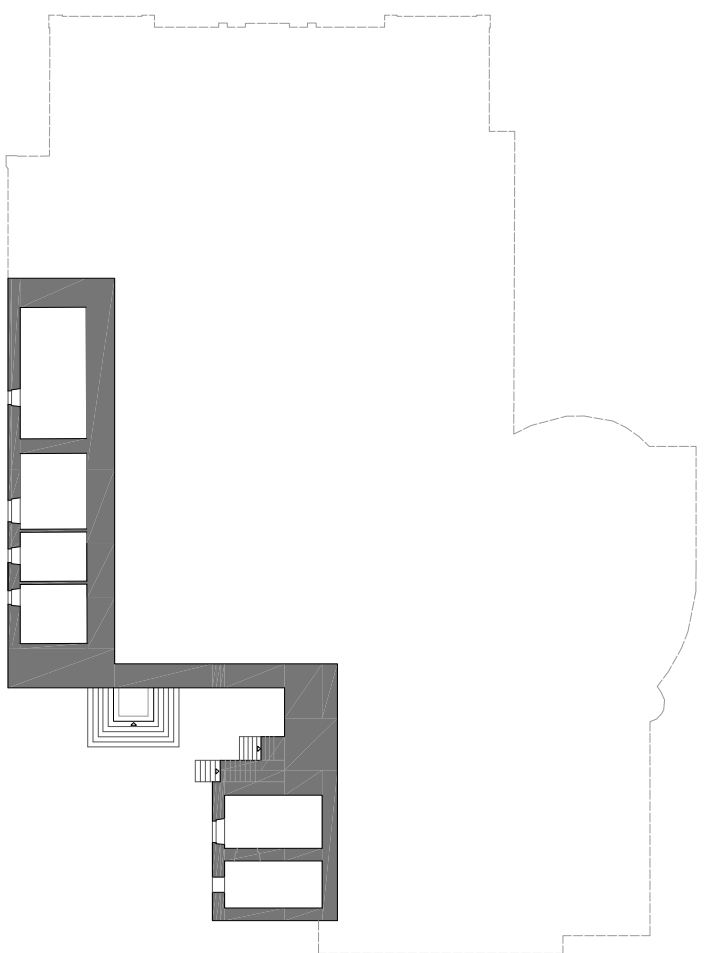
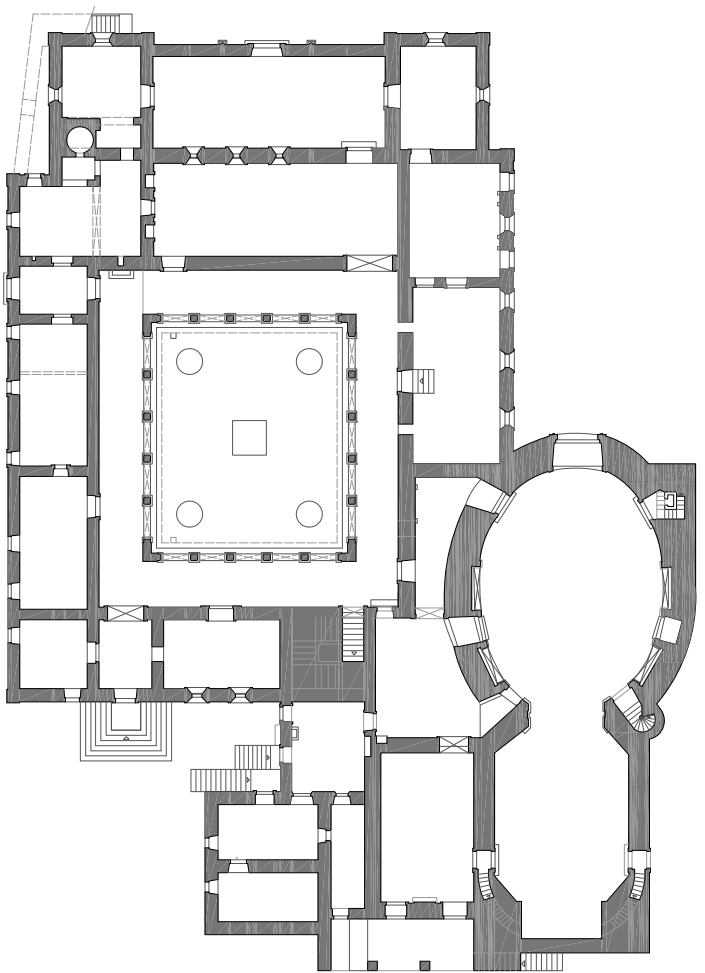


**Planta de
Implantação**

Escala 1:500

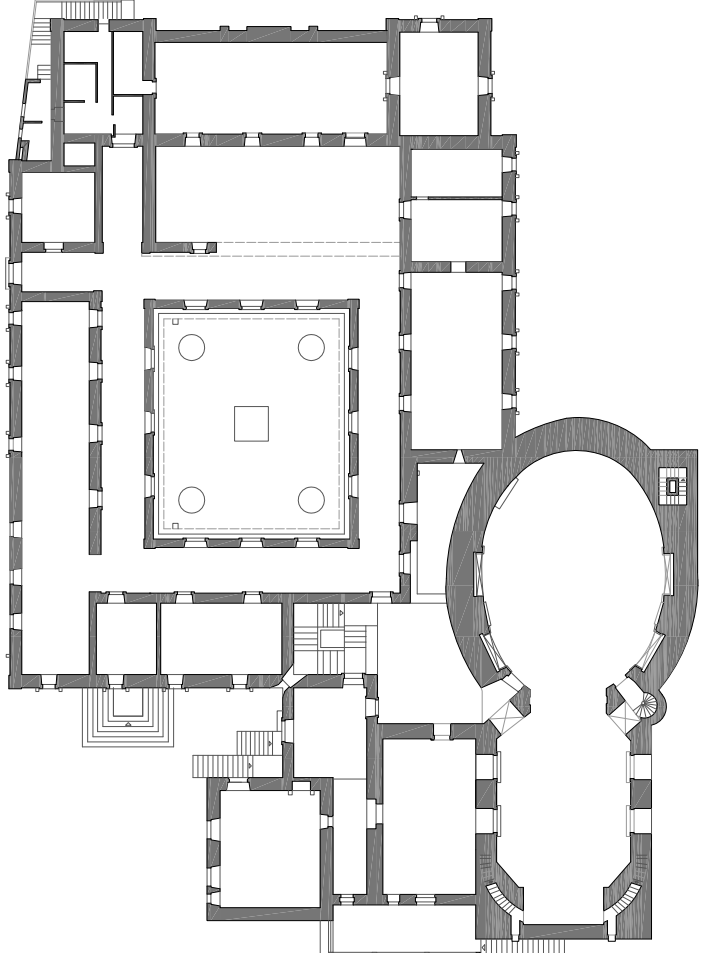
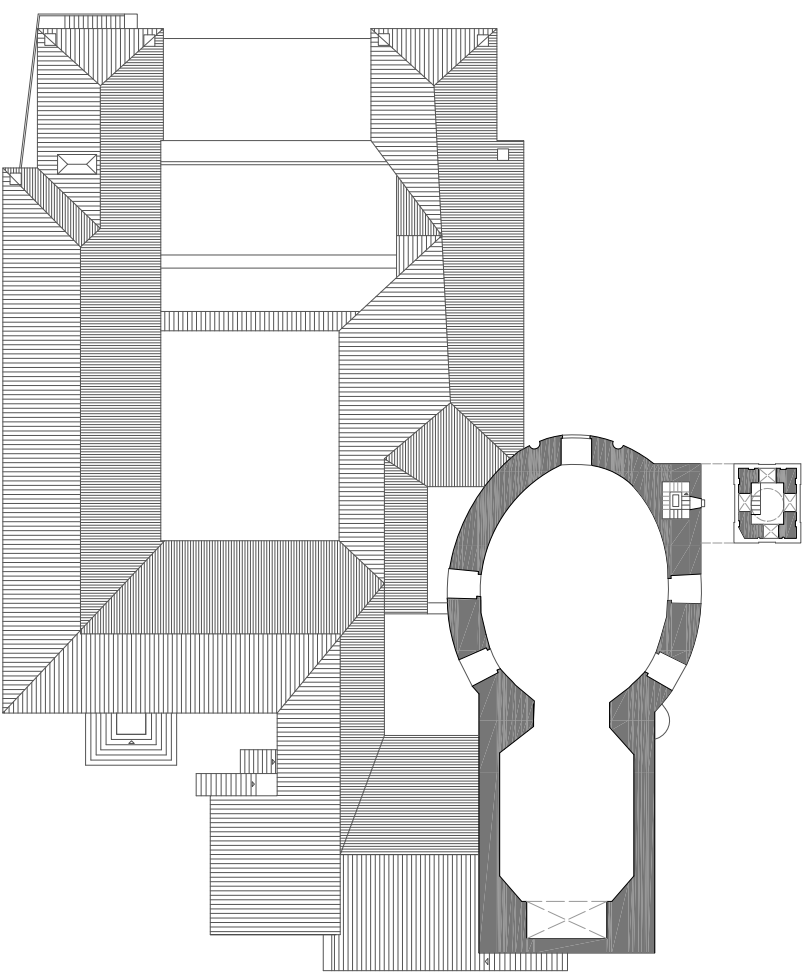
LEGENDA:

- 1-Mosteiro
- 2-Frondi
- 3-Ribreira dos Frades
- 4-Igreja N^o Senhora da Cabeça



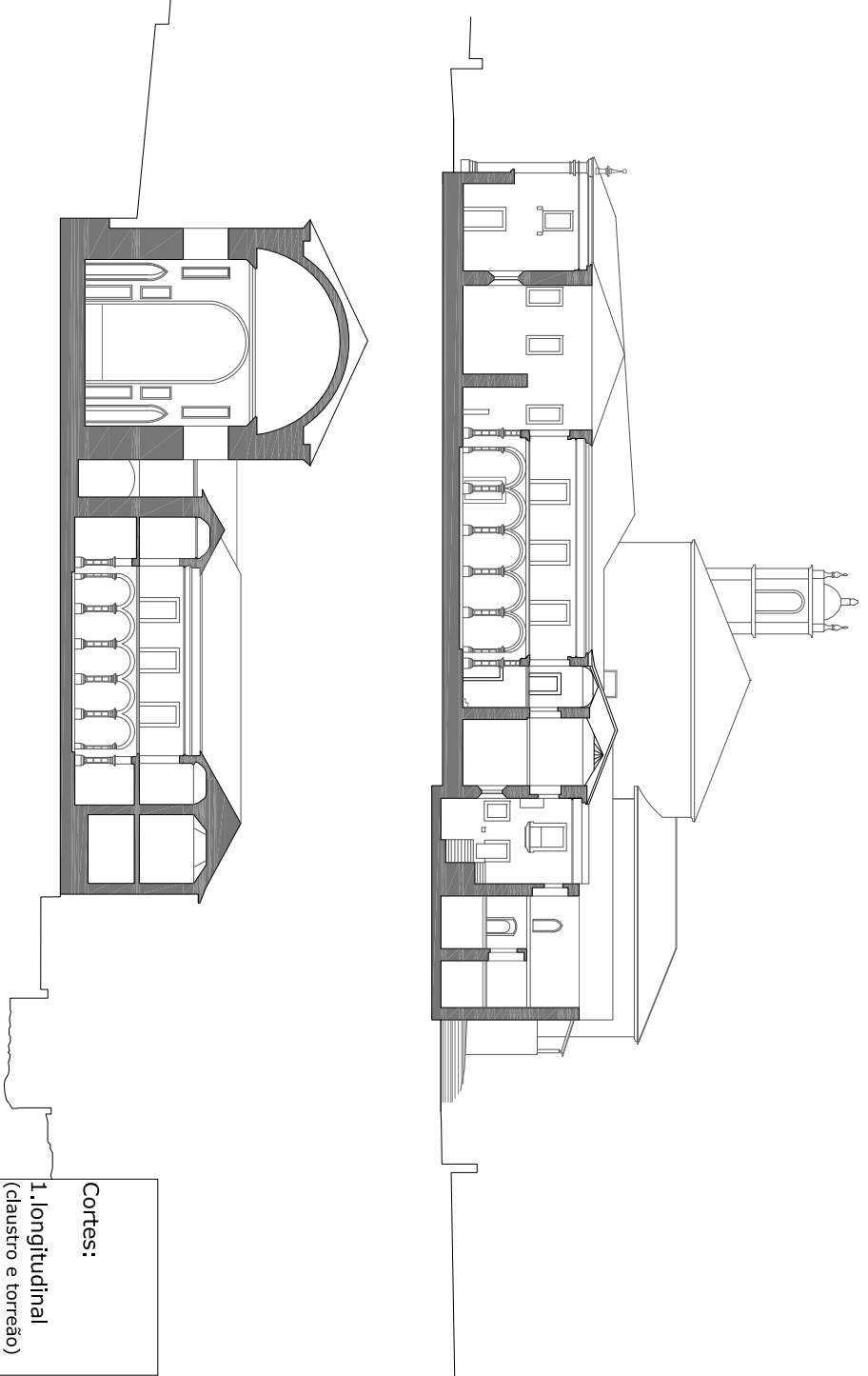
Plantas:
 . Piso 1
 . Piso 0

Escala 1:500

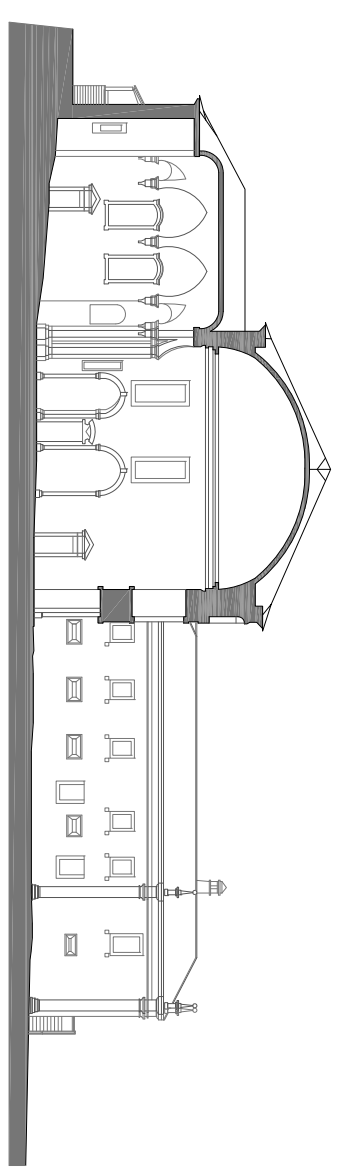


Plantas:
 . Piso 3
 . Piso 2

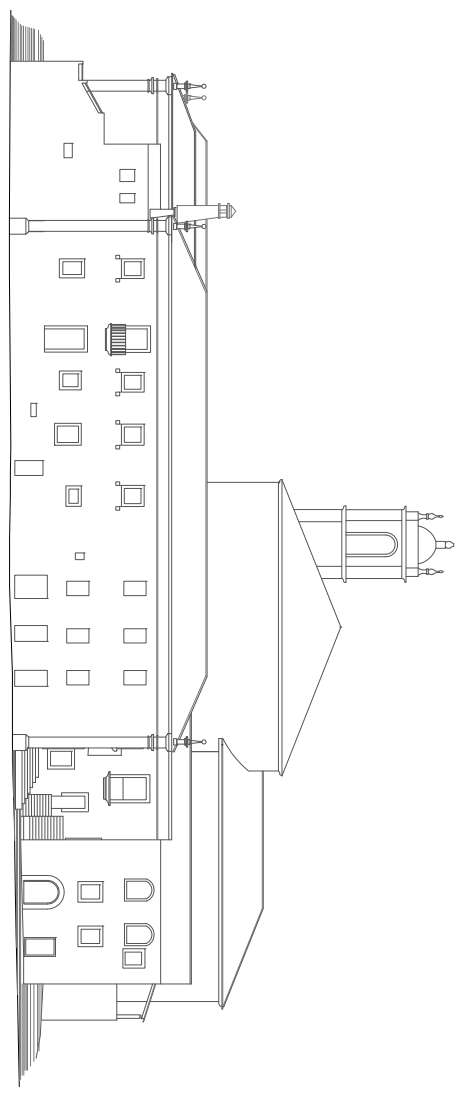
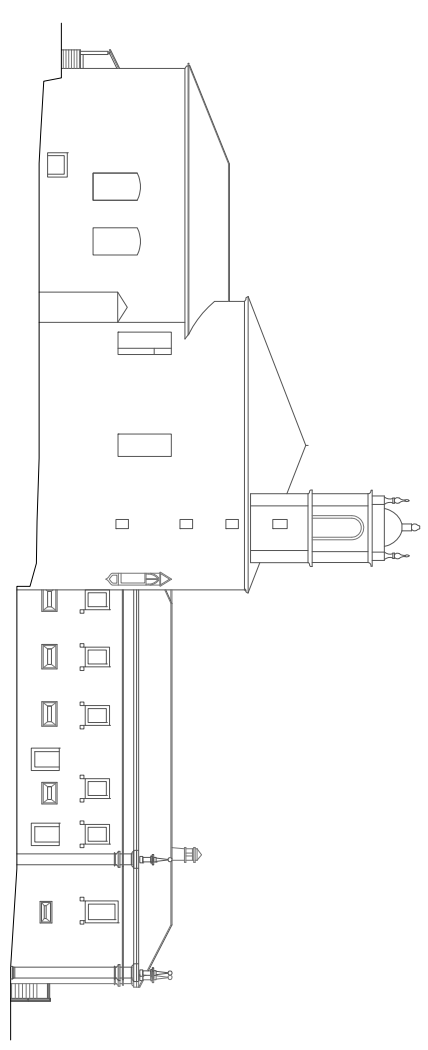
Escala 1:500



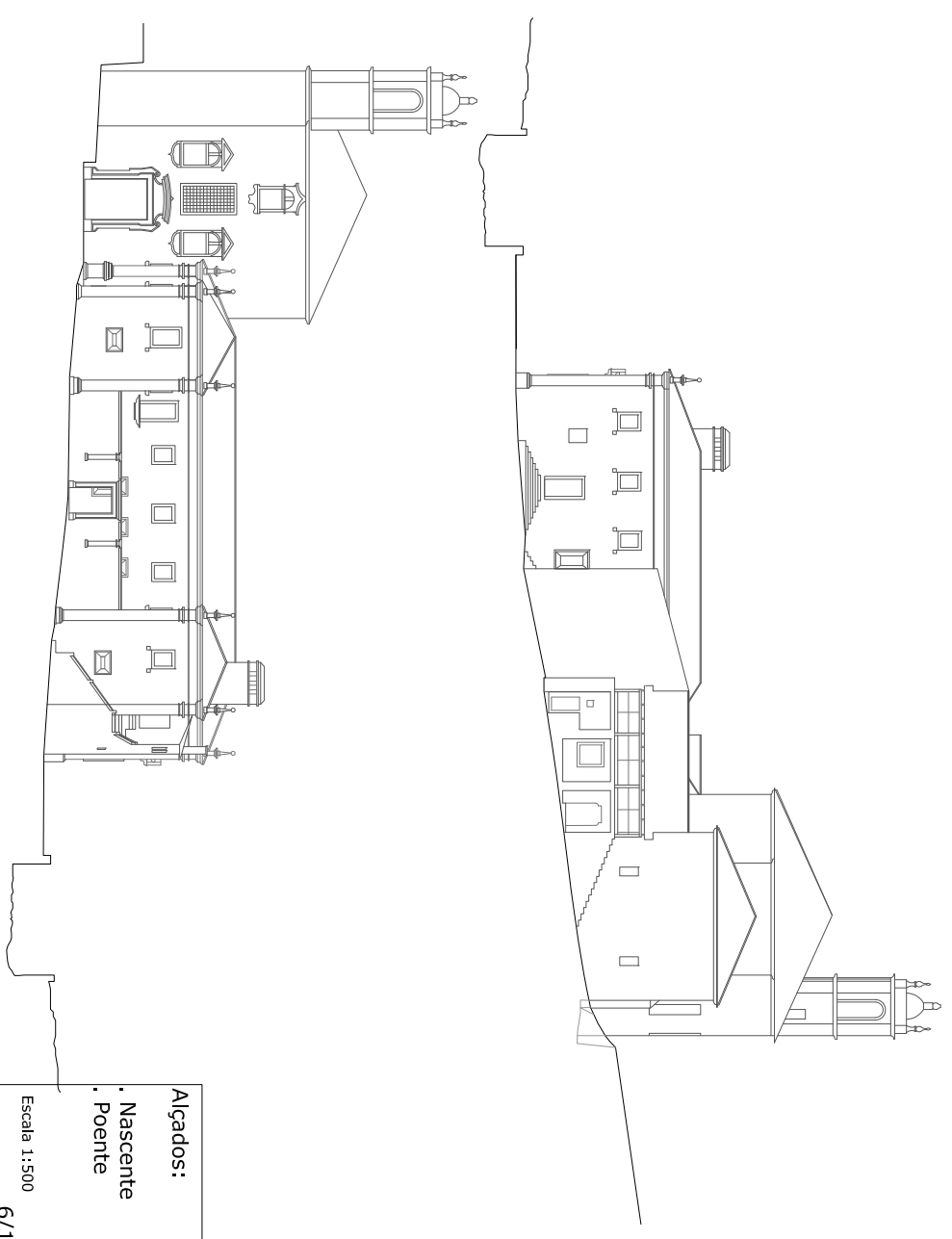
Cortes:
 1. longitudinal
 (claustro e torreão)
 2. transversal
 (igreja e claustro)



Cortes:
 3. longitudinal
 (igreja)

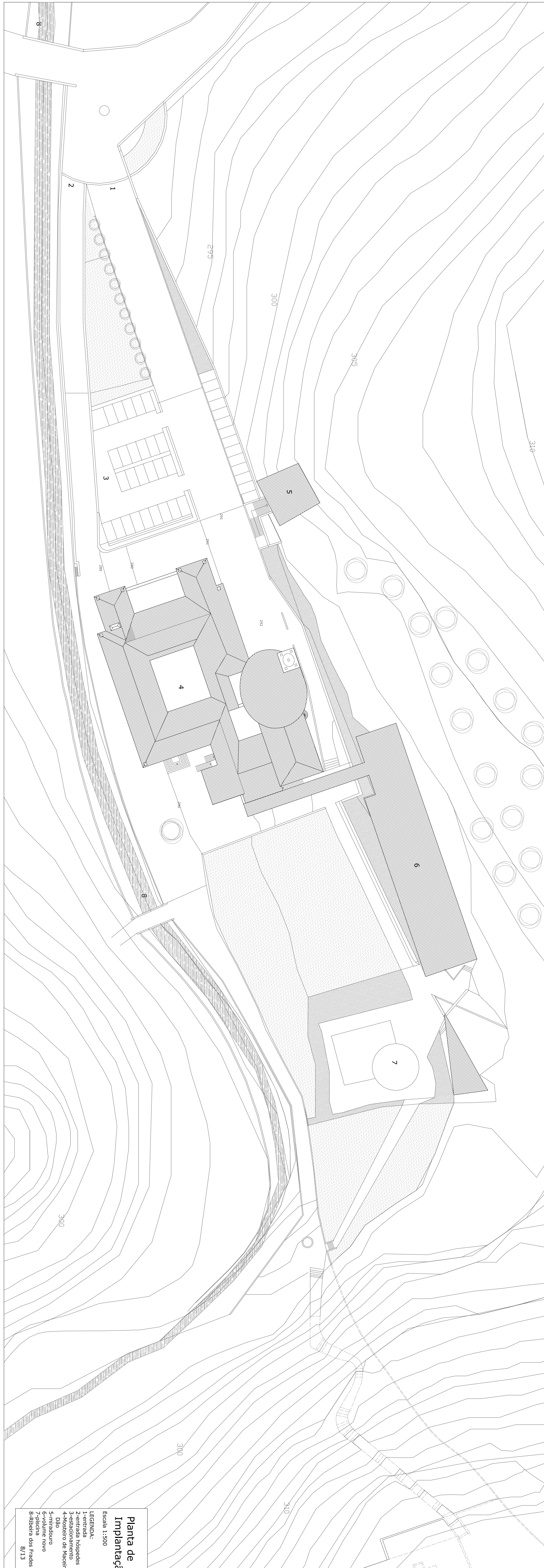


Alçados:
 . Norte
 . Sul



Alçados:
 . Nascente
 . Poente
 Escala 1:500
 6/13

PROPOSTA



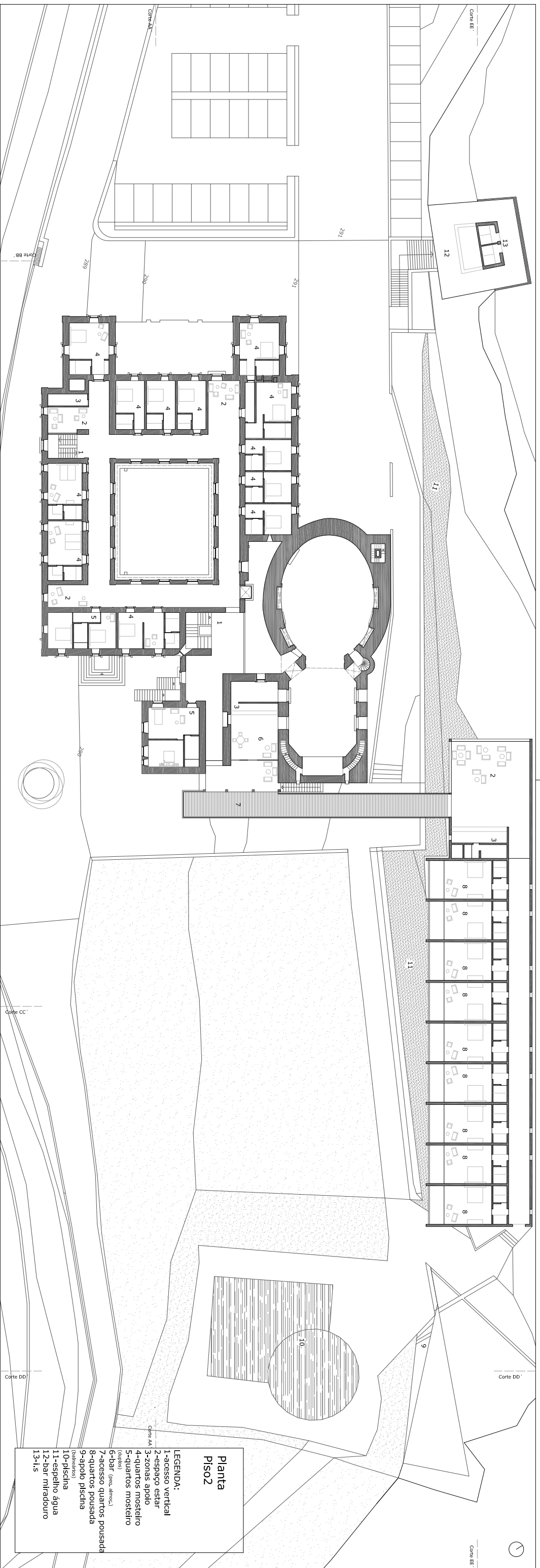
**Planta de
Implantação**

Escala 1:500

LEGENDA:

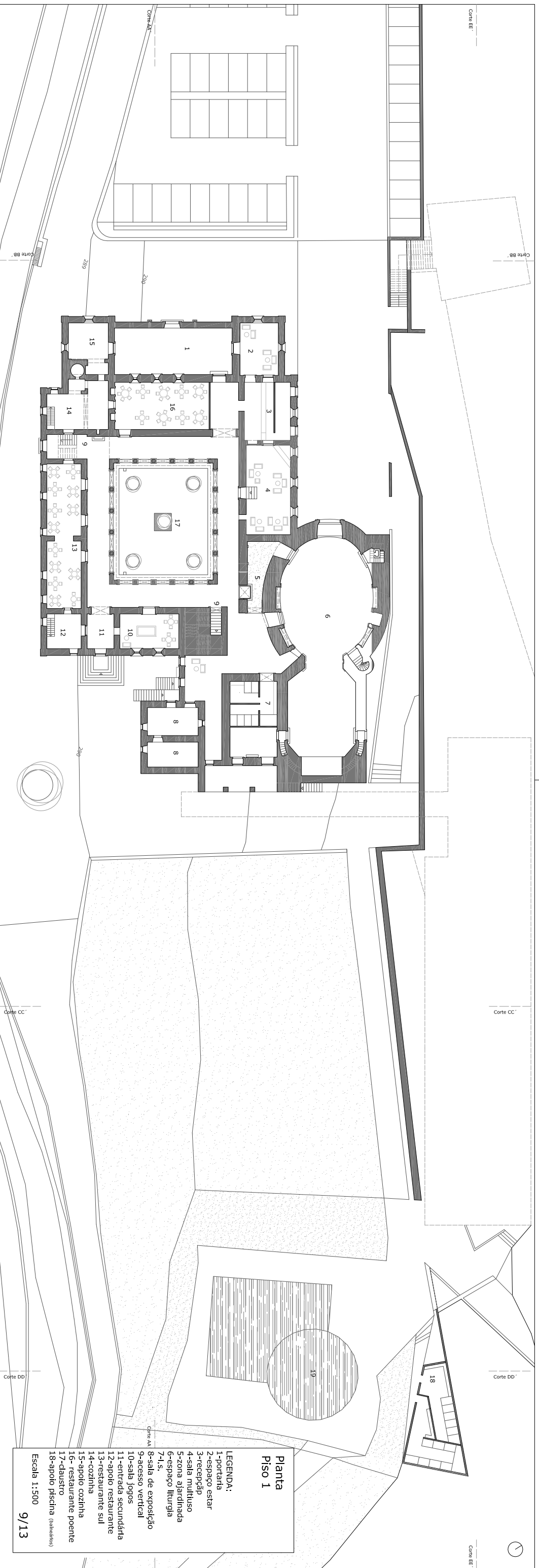
- 1-entrada
- 2-entrada hóspedes
- 3-estacionamento
- 4-Mosteiro de Macieira
- Dão
- 5-irritadouro
- 6-volumo novo
- 7-piscina
- 8-Ribeira dos Frades

8/13



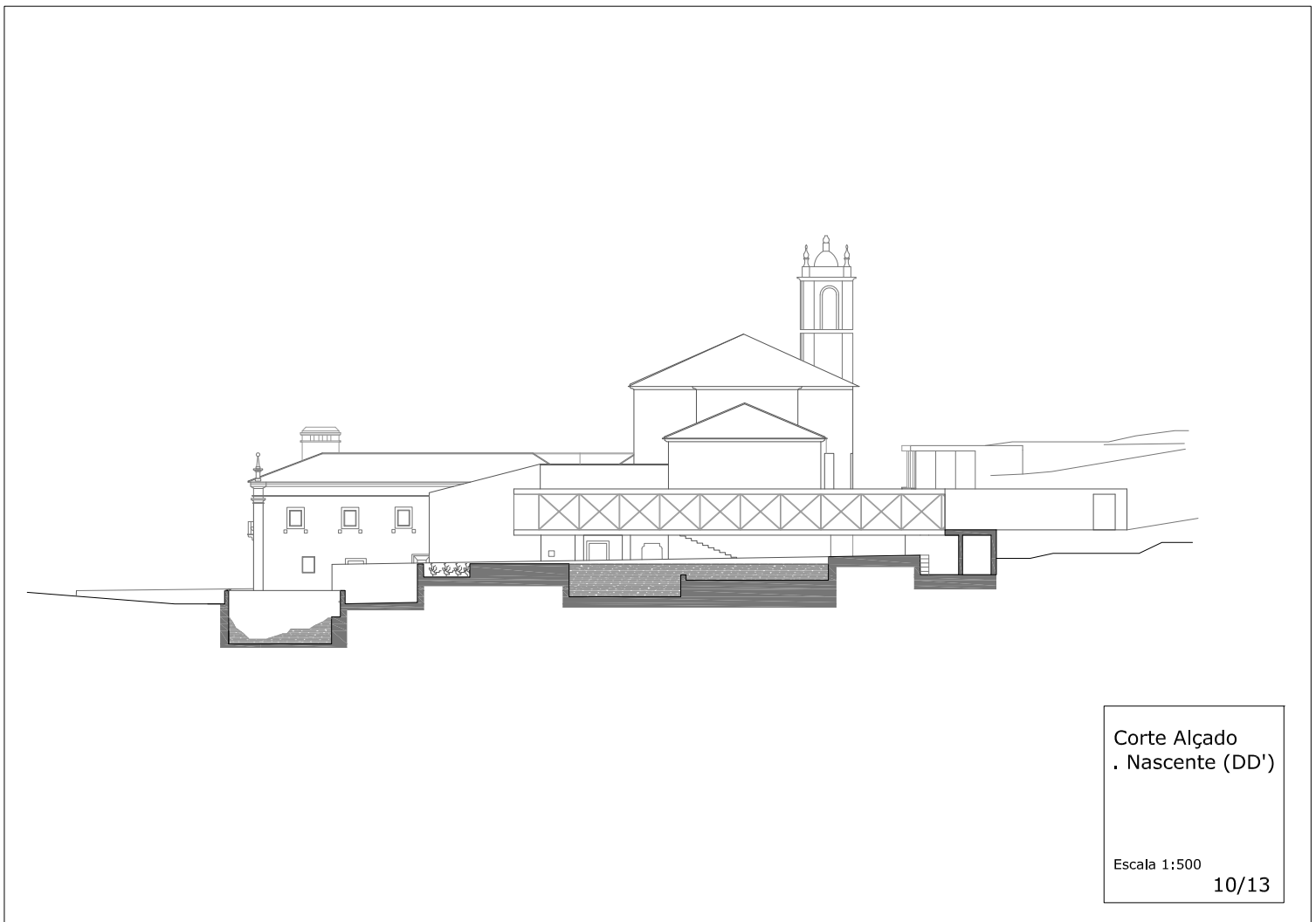
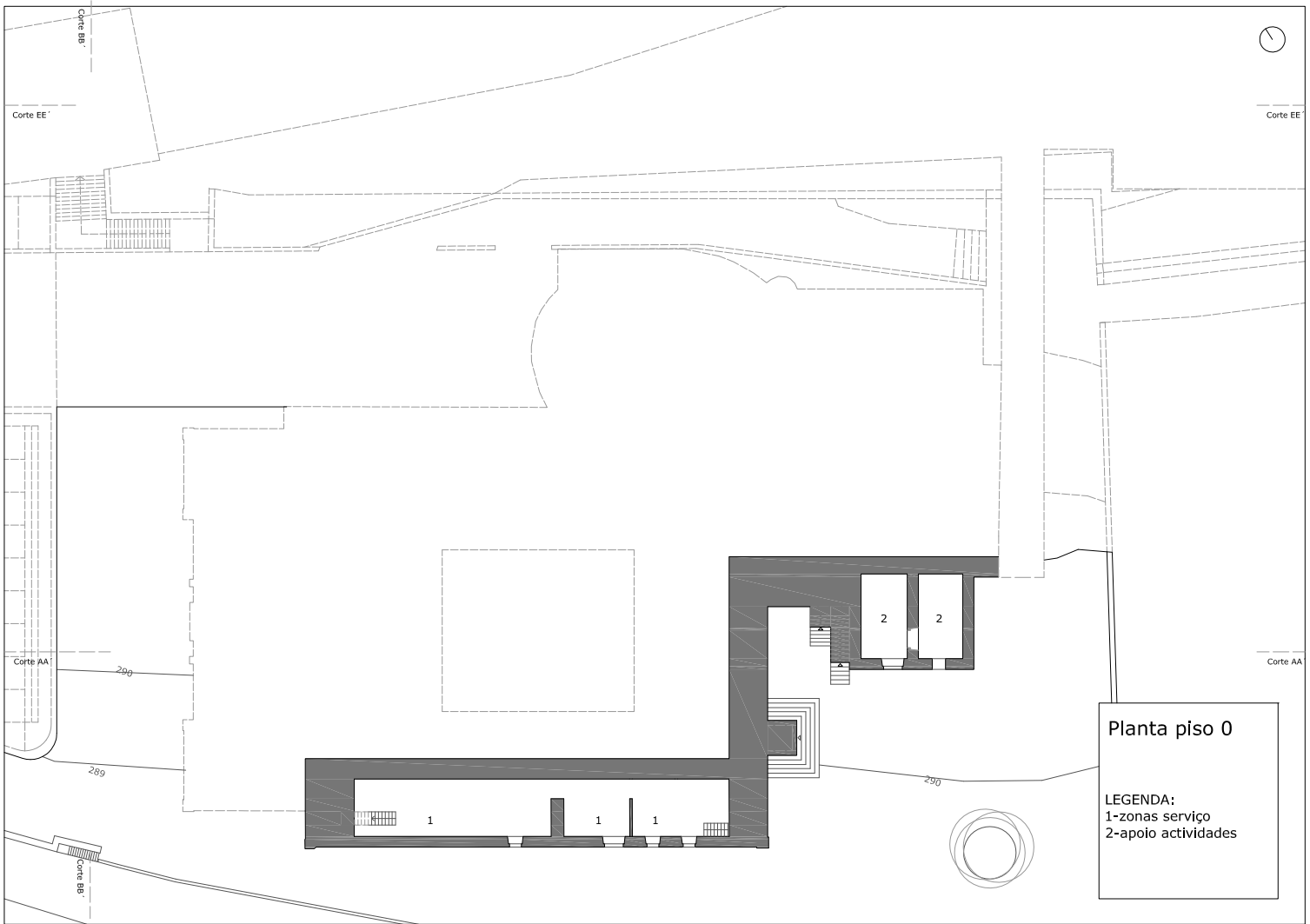
**Planta
Piso 2**

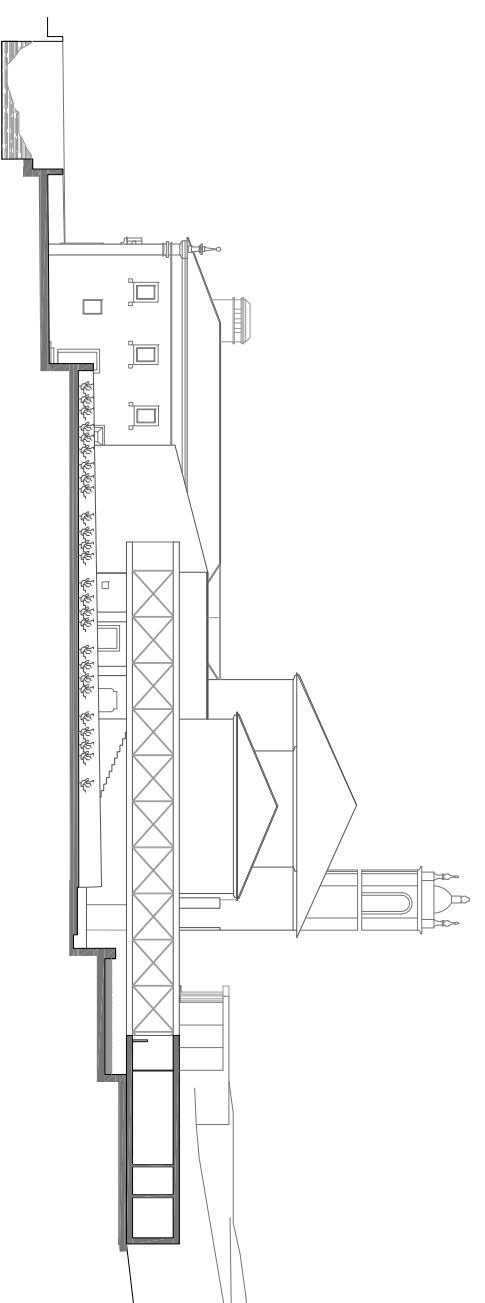
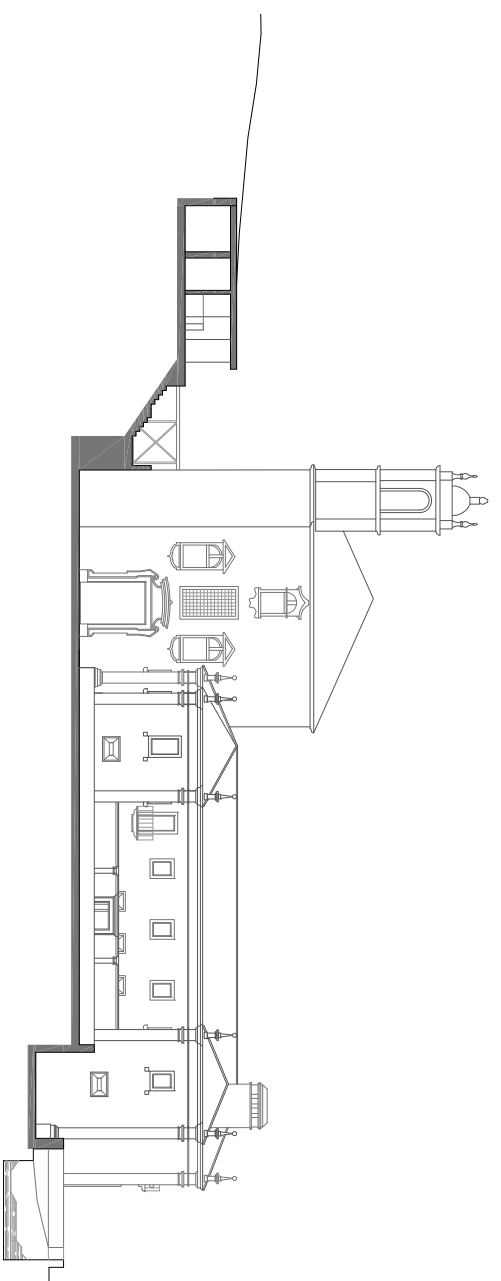
- LEGENDA:**
- 1-acesso vertical
 - 2-espaco estar
 - 3-zonas apoio
 - 4-quartos apolo
 - 5-quartos mosteiro
 - 6-bar (res. almoc.)
 - 7-acesso quartos pousada
 - 8-quartos pousada
 - 9-apolo piscina (rehabilitado)
 - 10-piscina
 - 11-espelho água
 - 12-bar miradouro
 - 13-15



**Planta
Piso 1**

- LEGENDA:**
- 1-portaria
 - 2-espaco estar
 - 3-recepção
 - 4-sala multuso
 - 5-zona ajardinada
 - 6-espaco liturgia
 - 7-1-s.
 - 8-sala de exposiçao
 - 9-acesso vertical
 - 10-sala jogos
 - 11-entrada secundária
 - 12-apolo restaurante
 - 13-restaurante sul
 - 14-cozinha
 - 15-apolo cozinha
 - 16- restaurante poente
 - 17-daustro
 - 18-apolo piscina (rehabilitado)

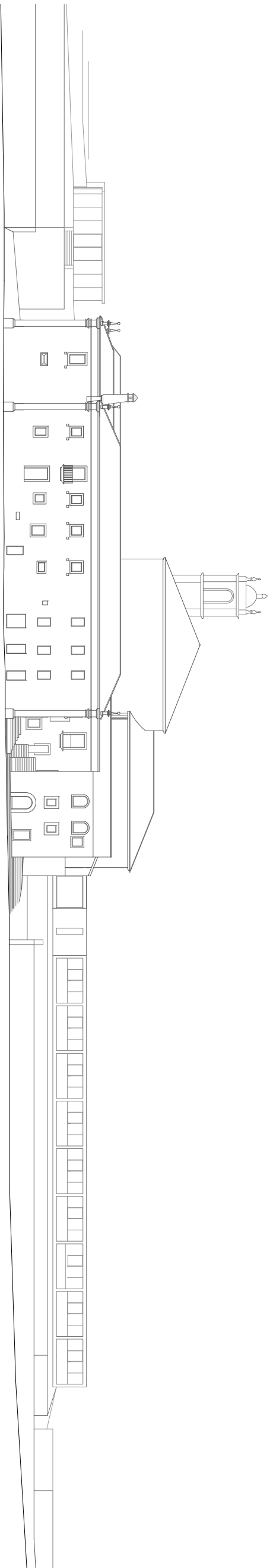




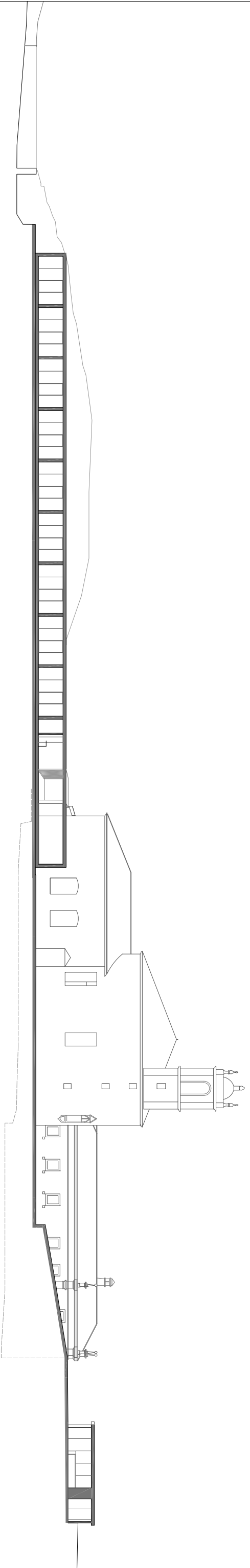
Corte Algado
• Poente (BB')
• Nascente (CC')



Corte Algado
• Sul (AA')
Escala 1:500
11/13



Algado Sul
Escala 1:500
12/13



Corte Algado
Norte (EE)

